



Número: 64

Horta, Sexta-Feira, 25 de Novembro de 1983

REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

D I Á R I O

DA ASSEMBLEIA REGIONAL

II Legislatura

IV Sessão legislativa

Presidente: Deputado Alvaro Monjardino
(Substituído aquando da sua intervenção pelo
Deputado Roberto Amaral)

Secretários: Deputados Fernando Dutra e Emílio Porto

SUMÁRIO

Os trabalhos iniciaram-se às 15.00 horas.

1. Período de Antes da Ordem do Dia:

Pelo Sr. Presidente foi referido o expediente e a correspondência, bem como respostas do Governo Regional a requerimentos, anteriormente apresentados por alguns Sr. Deputados.

Ainda neste período, intervieram sobre assuntos de interesse relevante para a Região - e a diverso título - os Srs. Deputados António Silveira (PSD), João de Brito (PSD) e Carlos César (PS).

2. Período da Ordem do Dia:

-Continuação da apreciação do Plano e Orçamento da Região Autónoma dos Açores para 1984.

Intervieram, a diverso título, o Sr. Secretário Regional das Finanças, Alvaro Dâmaso, os Srs. Deputados Carlos César (PS), José Manuel Bettencourt (PS), Roberto Amaral (PS), o Sr. Secretário Regional Adjunto para a Cooperação Externa e Integração Europeia, Nunes Liberato, Dionísio de Sousa (PS), José Ribeiro (PSD), Vasco Garcia (PSD), o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura, Reis Leite, Manuel Goulart (PS), Pacheco de Almeida (PSD) e Alvaro Monjardino (PSD).

Os trabalhos terminaram às 20.15 horas.

Presidente: Vai proceder-se à chamada.
(Eram 15.00 horas)

(Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Deputados: **PSD** - Adelaide Teles, Alvaro Monjardino, António Silveira, Carlos Teixeira, Cinelândia Sousa, Regina Ribeiro, David Santos, Fernando Faria, Fernando Dutra, Renato Moura, Borges de Carvalho, Altino de Melo, Pacheco de Almeida, José Ribeiro, Mário Freitas, Mário Silveira, João de Brito, Jorge Cruz, Manuel Valadão, Manuel Melo, Emanuel Carreiro, João Luís Soares, Fátima Oliveira, Vasco Garcia, Joaquim da Ponte; **PS** - Manuel Goulart, Jesuino Facha, Carlos Mendonça, Emílio Porto, Conceição Bettencourt, Martins Mota, Dionísio de Sousa, José Manuel Bettencourt, Carlos César,

Roberto Amaral; **CDS** - Nuno Bettencourt; **Independente** - Alvarino Pinheiro.

Presidente: Estão presentes 37 Deputados. Está aberta a Sessão. Pode entrar o público.

Período de Antes da Ordem do Dia:

Expediente e correspondência:

- O Grupo Parlamentar do Partido Socialista, comunicou a constituição da respectiva Direcção que é a seguinte:

Presidente: Sr. Deputado Dionísio de Sousa;

Vice-Presidentes: Srs. Deputados Carlos Mendonça e Carlos César.

- O Sr. Presidente do Governo Regional, envia aqui várias cartas com respostas a requerimentos. Eu tenho dificuldade - a partir do texto das cartas que se referem a números de officios

- em anunciar quais são os requerimentos a que elas respondem. Fosse como fosse, já se mandou à Secretaria que comunicasse aos Srs. Deputados interessados.

- Há uma que traz um parecer da Secretaria Regional da Educação e Cultura e que é sobre a Zona Protegida do Valverde de Santa Maria.

- A primeira diz respeito ao diploma complementar sobre o Monte da Guia. Deve ser sobre a Zona Protegida do Monte da Guia, e também se fazem referências aos diplomas regulamentares relativos aos Decretos Regionais 1/80-A e 8/82-A.

Eu suponho que tudo isto tem que ver - é exactamente - com zonas protegidas e patrimónios classificados.

- Temos ainda aqui, a resposta a um pedido de informação - dos Srs. Deputados Fátima Oliveira, António Silveira e José Ribeiro - relativo a subsídios para o combate à brucelose.

O Governo explica as razões do atraso do processamento desse subsídio. Também já foi comunicado aos Srs. Deputados.

- Ainda uma informação do Governo Regional sobre um requerimento dos Srs. Deputados Manuel Valadão e Adelaide Teles, relativo à sede dos serviços agrícolas e veterinários da Ilha Graciosa.

Não há requerimentos.

Temos um parecer da Comissão para os Assuntos Sociais sobre o Projecto de Decreto Legislativo Regional que visa "A integração dum subsídio de manutenção do Regime de Segurança Social para o Clero Diocesano Regular e Ministros de Diversas Confissões Religiosas", e o parecer da Comissão para os Assuntos Económicos e Financeiros sobre a Proposta de Decreto Legislativo Regional que regula a "Exploração de Pedreiras".

Desta vez, é o que temos. Além disto, nada mais, e também não há informações a prestar, senão a de que ontem cheguei mais tarde porque estive em Lisboa, em representação da Assembleia Regional, nas cerimónias de recepção à Presidente da República da Islândia que se deslocou ao nosso País, donde partiu ontem mesmo.

Intervenções para o Período de Antes da Ordem do Dia, temos duas inscrições do PSD.

Vou dar, portanto, a palavra ao Sr. Deputado António Silveira, aliás, ficou com ela reservada do dia anterior.

Deputado António Silveira (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

No cumprimento do disposto no nº 1 do artigo 49º do Estatuto Político Administrativo da Região Autónoma dos Açores, visitou o Governo Regional a Ilha de S. Jorge, de 24 a 26 do passado mês de Outubro.

Para qualquer uma das nossas ilhas é sempre um momento alto este da visita do segundo mais

importante Órgão de Governo próprio da Região. Primeiro porque o próprio Governo tem ocasião de ver "in loco" as realizações já efectuadas, as em curso, e/ou, preparar aquelas que futuramente se terão de implementar no sentido de dotar cada zona da Região com o essencial ao seu auto-progresso, projectado no todo regional.

Mais do que o próprio Governo, as populações também têm ocasião (por diminuta que seja) de contactar os membros do Governo e de viva voz, lhe apontar pequenos ou grandes problemas do dia a dia; na ânsia de verem os mesmos ultrapassados e/ou solucionados.

Para além destas considerações, a visita do Governo àquela zona da Região, valeu, ou foi fundamental, em vários sentidos:

1º - Durante essa visita foram postos à disposição das populações locais empreendimentos, que valem não só pelo esforço do investimento realizado, mas pelo quanto no campo cultural, social e desportivo, poderão agora responder a uma interrogativa de longa data, se aos locais não faltar ânimo e coragem para darem vida a esses significativos melhoramentos, promovendo acções que são vectores bases do desenvolvimento humano. Uma sociedade só poderá ser verdadeiramente realizada se for capaz ela própria de se auto-promover, trocando o cómodo das sessões "telenovescas" e das horas de fúteis lazeres por um esforço maior na aprendizagem e na divulgação da cultura local, nomeadamente no campo do folclore, da música, do desporto, do artesanato, e ou, na complementação de encontros ou debates de formação profissional. E esta a maior riqueza de um povo, e a cota parte que lhe cabe, no caminhar, cada vez mais seguro, para a meta pretendida - uma sociedade sócio e economicamente evoluída.

2º - O encontro de trabalho Governo-Deputados-Autarquias, foi uma prova provada de que, quando o diálogo é correcto, construtivo e realista, se podem encontrar algumas soluções para as preocupações tidas ao longo dos tempos. E que a unidade também se constrói do encontro dos poderes, cada qual dentro dos parâmetros que a Lei lhe confere, mas não vendo nas palavras nem em algumas atitudes de uns e outros pontos mas que nunca nasceram por abortados à nascença, quando o objectivo a alcançar é maior e mais amplo do que pequenas querelas institucionais desgastantes e cerceadoras de desenvolvimento.

A minha palavra de respeito aos Autarcas jorgenses, porque souberam ser eles mesmos, e sem inibições, com liberdade, mas com a responsabilidade dos cargos que assumem, pôr as questões que preocupam as populações que servem dia a dia, entendidas no sentido de que pequenas paróquias também formam a diocese.

Esta Região é de todos e para todos, e só com o esforço de cada açoriano, ela será viável e possível. Por isso é urgente cada vez

mais eliminarem-se barreiras do poder mais, do ter ou ser mais, não esquecendo que o civismo que é apanágio deste povo açoriano lhe confere a maturidade suficiente para saber respeitar as Instituições e quem as dirige, pelo respeito também que a essas Instituições deve merecer o povo que as sustenta.

Presidente do Governo Regional (Mota Amaral):
Muito bem!

O Orador: Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O terceiro aspecto importante da visita que vos falo, foi a verdade objectiva das respostas dos governantes às questões levantadas. Usou-se o "sim", o "talvez" mas também o "não". Aí está uma atitude coerente de quem sempre se deve nortear por falar a linguagem precisa e não "abstracta" ou "ocasional" que só cria ilusões e gera desenganos.

Concordamos com alguns dos "não é possível agora", porque também queremos dar o nosso contributo no sentido do equilíbrio de todas as zonas desta Região. Mas não aceitamos como definitivas algumas dessas respostas ou resoluções tomadas, que apenas vêm minorar situações graves do momento, aproveitando até meios disponíveis, mas cuja solução definitiva, porque precisa e necessária para o tão falado (e em vias de concretizar) equilíbrio regional, devem ser encontradas no próximo Plano a Médio Prazo, cuja feitura e implementação irá de certo atender as zonas que ainda não foram contempladas com algumas infraestruturas da praxe, ou por projectos de investimentos produtivos, imprescindíveis para a fixação da população que porventura em algumas zonas, poderão até ser provenientes de uma corrente emigratória e até migratória sendo este último vector, complexo, mas possível, na descentralização da densidade populacional açoriana.

Obrigado.

Presidente: Sr. Deputado João de Brito Medeiros tem a palavra para uma intervenção.

Deputado João de Brito (PSD): Sr. Presidente, Sr. Presidente do Governo Regional, Srs. Secretários Regionais, Srs. Deputados:

O Concelho de Vila Franca do Campo, embora seja um dos concelhos territorialmente mais pequenos da Ilha de S. Miguel, nos recursos naturais apresenta, numa tal amplitude de possibilidades e potencialidades que devem ser devidamente atendidos no quadro do desenvolvimento sócio-económico da Região.

As suas principais actividades geradoras de riqueza assentam no sector piscatório, com fortes tradições históricas; no sector agrícola, sobretudo nos ramos frutícola e pecuário e, por último, no turístico, que se encontra já na fase de arranque das infraestruturas.

Hoje, a nossa intervenção nesta Câmara

tem a intenção de levantar algumas questões que são na sua maioria conhecidas dos governantes, mas que entendemos necessitarem de serem novamente ventiladas, de modo a que se venham a concretizar a curto prazo, algumas aspirações já bastante reclamadas e justas da classe piscatória deste Concelho.

Agora não se pretende trazer a lume a tão controversa localização das instalações do futuro porto de pesca e abrigo, mas sim, aperfeiçoar e melhorar o que já existe, de modo a proporcionar um nível de vida compatível com a dignidade humana, daqueles que escolhem este sector de actividade.

O actual porto de pesca de Vila Franca do Campo é inquestionavelmente uma infraestrutura privilegiada, pois situa-se geograficamente na parte central da ilha, oferecendo condições de segurança e abrigo aos barcos que se deslocam da zona sueste ficando próximo dos melhores bancos de pesca.

As condições naturais, favoráveis para a actividade piscatória, fizeram-se sentir desde o início do seu povoamento.

A implementação deste porto veio-se corporizando através de sucessivas gerações que sempre souberam retirar os benefícios da aplicação dos investimentos realizados.

Sobranceiro ao porto, construiu-se um aglomerado de casas concentradas com características próprias, onde, ainda hoje, se alberga parte de uma população que precisa ser urgentemente descongestionada para outras áreas, com o apoio do Governo Regional.

Neste pequeno espaço territorial, tem sido transmitido de geração em geração um manancial de conhecimentos e uma experiência de pesca artesanal que devem ser complementarizados com os ensinamentos e aprendizagem de técnicas mais sofisticadas.

Dá que se deve evitar a perda desta riqueza humana, em parte já valorizada, que tem pretensões de promoção, deseja acompanhar o progresso.

Devido às exigências de acompanhamento no avanço das novas técnicas e ao esforço de aperfeiçoamento, terão de ser postos à disposição dos pescadores os meios que lhes proporcionarão, certamente, um nível de vida compatível com os outros sectores de actividade.

Não podemos parar, sob pena de os vermos, a curto prazo, reduzidos a um pequeno núcleo de pescadores.

Por isso, é necessário que se continue a proceder à instalação de equipamento e melhoramento das infraestruturas já existentes e à implantação de outras que os entusiasmem na prossecução da sua actividade.

A não concretização destes investimentos conduzirão inevitavelmente a que os descendentes

optem por outras actividades mais remuneradas e dignas.

Todavia, é do conhecimento geral que em qualquer sector de actividade primária, tanto a introdução de novas técnicas, como a própria reconversão só proporcionarão resultados palpáveis a longo prazo.

Não temos dúvidas de que para os ensinamentos serem mais rapidamente compreendidos e absorvidos, terão de ser criadas as condições mínimas de base para que, na segunda fase, se possa progredir obtendo resultados positivos do esforço desenvolvido, caso contrário, tudo se pode tornar infrutífero.

Pelos elementos recolhidos, confirma-se que o porto de Vila Franca do Campo assume um papel de destaque na vida sócio-económica daquela comunidade, salientando-se que cerca de 1.500 pessoas estão dependentes daquele sector. O parque é constituído por 32 embarcações, cuja actividade envolve 240 pescadores com uma actividade laboral média anual de 220/250 dias.

Os quantitativos pescados são da ordem dos 600.000 quilos que se traduz num valor que deve oscilar entre os 36 e 40 mil contos.

Aqueles valores há que integrar o pescado descarregado no porto de Ponta Delgada, bem como, as remunerações auferidas pelos pescadores que operam na safra do atum, e que se encontram distribuídos por diversas traineiras.

Os números, por si só, são suficientemente esclarecedores, mas os pescadores deste Concelho, aguardam, pacientemente, que o seu caderno de aspirações venha agora encontrar eco.

Passamos a enumerar as justas aspirações que a classe piscatória pretende que sejam satisfeitas, de modo a assegurar, no futuro, uma maior operacionalidade e funcionamento do porto de pesca, sem que seja preciso dispendir verbas avultadas.

1) - Instalação de um estaleiro para reconstrução e reparação

O elevado número de embarcações que operam neste porto e a boa situação geográfica permitiram que durante anos esta actividade fosse um polo de desenvolvimento neste Concelho.

O desaparecimento de alguns calafates, a emigração de outros e a crise no sector fizeram encerrar as instalações provisórias até ali existentes. Hoje, constata-se que existe um pequeno barracão com uma área coberta de cerca de 2m² que verte água e sem o mínimo de condições que dignifique o trabalho e a profissão.

Ao contrário do que se verifica noutras localidades, ainda ali restam pessoas especializadas, experientes e interessadas em serem úteis a esta comunidade, mas que não possuem instalações e equipamentos que proporcionem esta actividade. Então, especialmente no Inverno, é vulgar assis-

tir-se a demoras prolongadas na reparação e beneficiação de embarcações o que impede os pescadores de se deslocarem ao mar, em busca de peixe, pondo muitas vezes em risco a subsistência do seu agregado familiar.

As fortes tradições desta actividade neste Concelho podem, com o apoio do Governo, contribuir para que a política a implementar na reconversão da nossa frota pesqueira possa, a partir deste Concelho e para esta ilha, expandir-se com bons resultados.

2) - Rampa de varagem

A grande actividade desenvolvida pelo número de embarcações que operam naquele porto levaram, através dos tempos, a um estado de forte degradação da rampa de varagem, causando danos económicos à frota pesqueira. O Governo Regional, consciente do estado deplorável em que se encontrava aquela rampa, procedeu em 1977 a obras de recuperação pelo revestimento e ampliação da mesma.

Tudo indicava que obras realizadas iriam assegurar uma mais fácil e eficiente operacionalidade das embarcações.

Infelizmente, na prática, isto não aconteceu. Pois, veio a verificar-se que o revestimento da mesma se cobriu de líquenes que dificultavam a deslocação de pessoas e bens, e, até mesmo, provocando alguns acidentes de certa gravidade.

Tomaram-se as medidas cautelares que se impunha para minimizar os riscos, mas isto não é suficiente, espera-se a recuperação daquela estrutura o mais breve possível.

Por outro lado, a ampliação da rampa projectada com as melhores intenções, trouxe o abaixamento do nível das águas do mar entre os dois cais, o que impede a fácil navegabilidade das embarcações com a maré vazia.

Daí que as manobras das embarcações na saída para a faina e na entrada com o produto, fiquem condicionados às marés. Isto para não quantificar o número de horas que os pescadores perdem, principalmente no regresso, aguardando a subida do nível das águas, depois de um dia duro e cheio de canseiras.

Há ainda a salientar que está implementada, nas cercanias do porto, uma indústria de transformação de peixe, cuja actividade é importante para a economia do Concelho, e que alguns anos a esta parte está privada de receber o pescado através daquele porto por dificuldades de operacionalidade na tracagem das traineiras.

Afigura-se-nos que a ultrapassagem destas deficiências passa por ligeiro aprofundamento da área entre os dois cais, na época estival, por ser a que oferece uma operação mais fácil e rápida.

3) - Reconstrução e conservação de sanitárias

A existência de um porto implica, necessariamente, que haja uma série de pequenas instalações

que proporcionam o bem estar daqueles que passam parte da sua vida ligados à pesca.

As actuais instalações sanitárias praticamente não funcionam, levando a que o porto não apresente as condições higieno-sanitárias que requer uma estrutura daquela natureza.

Esta situação, é mais gritante por aquele porto servir de passagem a muitos forasteiros, incluindo estrangeiros, que se deslocam ao ilhéu de Vila Franca do Campo, ponto turístico da costa sul da Ilha de S. Miguel.

4) - Rede de frio

Como em muitas partes da Região, foram construídas redes de frio para apoio à pesca. A implantação daquela estrutura, anexa ao porto, é o reconhecimento da importância que se reveste a pesca para o desenvolvimento daquele Concelho. Razões de vária ordem, naturalmente, impediram que só se iniciasse há dois meses. A classe piscatória congratula-se com o facto e começa a utilizá-la na conservação de isco, permitindo ir à pesca com mais assiduidade.

5) - Reserva natural de Vila Franca do Campo

A Região através da sua autonomia política e administrativa, ao longo destes anos, tem vindo a criar reservas naturais por decretos legislativos regionais.

Foi uma feliz deliberação defender e preservar o inestimável valor patrimonial natural que a Região possui.

Mas para que estas reservas se mantenham intactas nas suas características próprias, bem como, no seu equilíbrio ecológico pressupõe-se que haja que conservá-las e protegê-las sob pena de se degradarem sucessivamente.

Referimo-nos ao ilhéu de Vila Franca do Campo, que é visitado por muitos turistas e que está sujeito a um grande número de riscos. Já tivemos oportunidade de contemplar a destruição de uma parte da sua vegetação provocada por um incêndio.

Afigura-se-nos que é indispensável a colocação de pelo menos dísticos que chamem a atenção dos visitantes para os cuidados a ter com uma reserva natural.

Na zona mais alta do ilhéu verifica-se que o cultivo da vinha foi abandonado, proporcionando o convite dos mais descuidados a devaneios.

6) - Carreiras regulares de barcos entre Vila Franca e o ilhéu

Ainda não vai longe o tempo em que para se efectuar uma deslocação de Vila Franca do Campo ao ilhéu, a fim de beneficiar da sua piscina natural, de águas calmas e límpidas, era necessário recorrer ao afretamento de um barco. Não podendo todos os extractos sociais usufruir deste bem natural.

Felizmente, que de algum tempo a esta parte,

o percurso tem vindo a ser assegurado por uma carreira regular no período de Julho a Setembro por uma embarcação, cujo investimento é elevado.

Temos vindo a constatar que a manutenção da carreira no ano seguinte deve-se ao entusiasmo de outro proprietário do barco, na esperança de retirar alguns lucros.

Não podemos correr o risco de amanhã não haver ninguém na disposição de assegurar este percurso ou então que alguém o pode por num preço que não seja acessível a todos os extractos sociais.

Daí que a solução passa também pelo apoio financeiro a prestar às pessoas que desenvolvem este tipo de actividade e pela criação de condições indispensáveis à manutenção daquele percurso.

Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

O que acabo de expôr nesta tribuna traduz o sentido de uma comunidade que tem vindo a aguardar com paciência e espírito de compreensão a concretização dos investimentos de que tanto carece mas ainda permanece a esperança porque confia no Governo Regional.

Disse.

Presidente: Sr. Deputado Carlos César pede a palavra para?

Deputado Carlos César (PS): Para prestar um esclarecimento.

Presidente: Muito bem, tem a palavra.

Deputado Carlos César (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu gostaria de me associar, neste momento, à intervenção que aqui foi feita pelo Sr. Deputado João de Brito, especialmente porque estou recordado de, há algum tempo atrás - concretamente a Junta de Freguesia de Vila Franca do Campo - ter feito sentir, particularmente ao Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas, diversas situações respeitantes ao estado actual do "porto" de Vila Franca do Campo, cuja situação é aquela que aqui foi descrita pelo Sr. Deputado do Partido Social Democrata.

Lembro-me também de, a este propósito, ter dirigido em requerimento ao Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas que teve a bondade de me responder - em quatro linhas - acerca de oito ou nove questões que eu tinha-lhe colocado.

Quatro linhas que resumiam uma verdade, de facto irrefutável, - é que o Governo estava a estudar o assunto e ainda não tinha qualquer decisão tomada sobre ele -.

Pode ser que, com o contributo do Sr. Deputado - porque sempre é mais fácil os da casa convencerem-se a si próprios - esta situação seja resolvida. Mas, eu achava indispensável que - se o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas, desejasse prestar algum esclarecimento ao seu colega de Partido - associasse, a esse

esclarecimento, uma resposta sobre as razões, pelas quais esse memorando nunca foi respondido, e sobre as razões, pelas quais, até ao momento, não houve nenhum esclarecimento adicional à sua resposta ao meu requerimento, sobre esta mesma matéria.

Muito obrigado.

Presidente: Não há mais intervenções, pelo que vamos passar ao **Período da Ordem do Dia**.

Ontem foram formulados vários pedidos de esclarecimento, na sequência da apresentação feita, pelo Sr. Secretário Regional das Finanças, das Propostas do Plano e do Orçamento para 1984. Julgo que agora será a ocasião de o Sr. Secretário Regional das Finanças - na medida em que a tal estiver habilitado - prestar os esclarecimentos solicitados.

Conforme já ficou entendido, haverá elasticidade quanto à maneira de prestação dessas informações. Poderão ser complementadas imediatamente por Membros do Governo Regional, ou poderá, essa eventual complementação, ficar diferida para o período dos debates.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional.

Secretário Regional das Finanças (Álvaro Dâmaso): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Responderei às questões de ordem geral que me foram colocadas ontem pelos Srs. Deputados de ambas as bancadas, remetendo, naturalmente, as restantes e de natureza sectorial, para as intervenções que os meus colegas do Governo farão em seguida. Julgo que assim se encontra o método expedito e com alguma economicidade no tempo.

Procurarei seguir, nas respostas que eu vou dar às questões que me foram colocadas, a ordem porque elas foram feitas - pedindo desculpa para o caso de fazer alguma alteração nesta ordem, dado o conjunto de perguntas que foram efectuadas e, por vezes, a necessidade que eu terei de estabelecer alguma sistematização, que me parece importante do ponto de vista da clareza -.

Assim, começarei pelo conjunto de questões levantadas pelo Deputado Carlos César, da bancada do Partido Socialista. Questões e comentários, mais os comentários do que as perguntas.

Ouvi o Sr. Deputado Carlos César com aquilo a que se pode chamar: uma verdadeira paciência democrática, como ouvi os seus pedidos de esclarecimento, também com idêntica paciência também já havia esperado o Grupo Parlamentar do Partido Socialista que, após o intervalo concedido pela Mesa da Assembleia, ainda usou de mais tempo.

Agradeço ao Sr. Deputado a referência elogiosa que fez da minha intervenção, apreciando-a como sendo uma intervenção de Estado. E, com efeito, este o sentido que tenho das minhas funções - aliás reconhecidas já pelo Deputado Martins Goulart, hoje ausente -.

Não terá sido, suficientemente, crítico o Sr. Deputado da bancada do Partido Socialista, nem sequer foi original, inovador - como o funcionário daquela excelente série televisiva: "Sim, Sr. Ministro". Sabia que a tarefa da oposição era a de contestar, criticar - não tem sido, muita vez, aquela que eu esperava - a de apresentar alternativas, mas, no que realmente nunca pensei foi que surgisse uma nova atitude - esta, sim, inovadora, original, genial até - que é, na expressão corrente, popular mas carregada de significado, a de enfiar barretes e, barretes esses, que não lhe eram especialmente dirigidos.

Fê-lo com facilidade, e fê-lo sem sequer tentar ver se o servia. Levou-o até às orelhas, senão vejamos.

Diz que no discurso que eu ontem proferi nesta Câmara, terei atribuído o que de bom foi feito ao Governo, e o que de mau existe à oposição.

Sr. Deputado, em parte alguma do meu discurso - lido ou subentendido - me referi a qualquer actividade da oposição, até porque ela pouco se vê. O Sr. Deputado é que extrapolou, recriou um texto de acordo até com a visão que tem da actividade do seu Partido.

Só uma vez, Sr. Deputado, no meu discurso, falei em oposição e foi na parte final, para sublinhar que as opções do Plano eram as nossas e não as da oposição. Repito e fi-lo, com total propriedade, porquanto a bancada a que pertence não só se opôs ao Plano a Médio Prazo como, pela voz do Sr. Deputado Carlos César afirmou, com inusitada antecedência e inabilidade, ir opôr-se também ao presente Plano.

Deputado José Manuel Bettencourt (PS):
E muito bem!

O Orador: O Sr. Deputado, neste particular, teve a franqueza, que lhe advem da sua juventude, afirmou que o Governo fez bem e a oposição mal, depois, o Sr. Deputado - contrariamente àquilo que afirmou - não conferi ao Governo a exclusividade da valorização da posição estratégica da Região, nem critiquei as medidas fiscais ou outras medidas de política, decretadas recentemente, pelo Governo da República.

Sou capaz de perceber a sua desatenção, em face do que relatam os Órgãos de Comunicação Social sobre certos e recentes eventos, no interior do Partido Socialista, a que o Sr. Deputado parece estar na linha da frente. Como sou capaz de perceber, pelas mesmas razões, que o Sr. Deputado não tenha tido tempo para ler os documentos apresentados a esta Assembleia.

O que não consigo explicar, contudo, é aonde foi o Sr. Deputado descobrir as críticas que fiz ao actual Governo da República, ou em que se baseia para afirmar que atribui ao Governo o exclusivo da concretização e desenvolvimento

da Autonomia, ou sequer dos passos positivos que foram dados nesse sentido.

Falei sempre em órgãos de governo próprio que, como o Sr. Deputado devia saber, trata-se dum conceito jurídico que abrange, quer a Assembleia, quer o Governo.

Quanto às recentes medidas que o Governo da República tomou, a posição do Governo Regional foi a de compreendê-las, tendo em atenção a grave e séria situação económica em que se encontra o País e, que eu referi também, que a Região não estaria imune a essa situação de crise, como também compreendeu o Tribunal Constitucional que quis sobrepor o interesse nacional a um interesse de ordem jurídica e ancestralmente aceite.

Sendo uma lei da Assembleia da República, não deveria ser o Governo Regional a ser ouvido, como o Sr. Deputado pretendeu dizer.

O Governo não as criticou, nem as contestou, por reconhecer serem necessárias na actual conjuntura económica. Veja, que na minha intervenção, que eu até referi que as medidas do tipo daquelas que foram tomadas não constituíam, de forma nenhuma, novidade no nosso País, sublinhando, assim, uma política conjuntural adequada.

Falou em falácia o Sr. Deputado e falou, por uma razão, porque não foi capaz de compreender e aceitar a verdade que o meu discurso trouxe. De resto as medidas do Governo, para responder à crise, são as enunciadas em documentos apresentados nesta Câmara e que, agora, debatemos.

O Governo Regional não tem que se mostrar agradecido pela receita adicional, proveniente de impostos extraordinários que não foram criados para suprir falta de receitas do nosso Orçamento, mas sim, sentir-se preocupado pela situação a que se chegou. E, de resto, Sr. Deputado, por muito que alguém queira, não pode ser imputada à Região a crise nacional, dado até, Sr. Deputado, o seu peso populacional e económico no todo nacional.

Quanto ao bairrismo existente nos Açores, de que o Sr. Deputado falou, entendi que o fundamento das suas palavras eram fruto duma experiência pessoal e de certos depósitos no seu subconsciente, em consequência daqueles acontecimentos recentes, no interior do seu Partido e de que o Sr. Deputado foi, e continua a ser, personagem activa.

A política de desenvolvimento harmónico levada a cabo e sempre aprovada por esta Assembleia, não cria bairrismos, mas sim, visa dar satisfação das necessidades de cada uma das parcelas desse território, por forma a que, cada açoriano, independentemente do lugar onde viva, tenha acesso aos bens da civilização.

Quanto à teoria das vantagens comparativas, recomendo-lhe Sr. Deputado que aprofunde um

pouco mais os seus conhecimentos (está em idade para isso) e reconheça que não é este o lugar para dar lições de política económica, embora o fizesse com o prazer de dar algumas lições a um antigo aluno meu.

Por fim, e relativamente à questão que me colocou sobre a confiança na gestão financeira da Região, o Sr. Deputado, com inábil raciocínio falacioso, confundiu coisas totalmente distintas. Não acredito que o Sr. Deputado ousasse falar sobre conceitos que não domina com um mínimo de profundidade.

Gerir financeiramente significamuito mais do que perseguir indivíduos que incorrem em alcances, abusam do que lhe está confiado, negligenciam os seus deveres. Quanto a estes e outros, o que sempre se tem feito é pôr em marcha os mecanismos legais disciplinares e judiciais que estão ao nosso alcance. E esta via tem sido desencadeada sempre que para isso encontramos os fundamentos necessários.

Nós não devemos, nós não tememos, Sr. Deputado e, também neste domínio, o Governo não tem cruzado os braços e por proposta sua, aprovou esta Assembleia a constituição duma Comissão Especial destinada a inquirir dos actos do Governo, como também - e o Sr. Deputado está na base disto - se levantou um inquérito à actividade de uma das empresas públicas que exerce a sua actividade na Região.

Estes propósitos são, efectivamente, medidas de fiscalização que acompanham uma gestão financeira cuidadosa, rigorosa e adequada. Uma coisa é a gestão das finanças públicas que tem sido reconhecido, Sr. Deputado - não pelo senhor, mas por quem disso sabe e tem séculos de actividade.

Deputada Conceição Bettencourt (PS): Séculos...!!!

O Orador: E peço ao Sr. Deputado que me dispense de referir exemplos muito recentes e tornados públicos.

Deputado Carlos César (PS): Pode referir.

O Orador: Confundir isto é, concerteza, tentar transformar, Sr. Deputado, a vida, que é séria e que procuramos que seja a melhor para o nosso povo, num circo no qual o Sr. Deputado pretende ser artista por força, sem que, contudo, ainda tenha conseguido recortar o seu papel naquele ambiente.

Deputado José Manuel Bettencourt (PS): Chegaremos.

O Orador: Concerteza que chegarão. O Congresso está próximo.

A sensação de que o Sr. Deputado fala, quanto a esta matéria, é a sua própria e que o próprio Sr. Deputado tem procurado, a todo o transe, generalizar - por certo, Sr. Deputado, nas funções da oposição - e, isso, a si pertence.

Quanto às restantes questões que me foram colocadas, de forma mais técnica e mais concisa, começaria por responder - pedindo-lhes desculpa agora pelo facto de poder ter alterado alguma das ordens - ao Sr. Deputado Carlos Mendonça, que colocou três questões fundamentais. E a primeira era esta: como cativar os agentes económicos para a Região? Assim a sintetizo.

O Sr. Deputado sabe, e pelo que aí terá visto - no Plano deste ano e ao longo dos três Planos que o antecederam - que se consagram um conjunto de incentivos financeiros e fiscais, um conjunto de estímulos considerados suficientes na nossa economia para que a iniciativa privada, interna e externa, possa concretizar, efectivamente, os seus projectos de investimento, desde que esses projectos de investimento sejam financeiramente equilibrados, viáveis e tragam riqueza, entendida esta sob a forma de rendimentos a distribuir pela população.

A lei regional, mesmo, que também foi aprovada por esta Câmara, estabelece até um processo de apreciação desses pedidos, que é menos burocratizante do que aquele que existia a nível nacional. Constitui também preocupação do Governo da República, neste domínio, por aí - disso tive conhecimento ainda na passada segunda-feira na Assembleia da República - tentar procurar um aligeiramento na apreciação e decisão sobre projectos de investimento, para evitar, até, que a demora nesses projectos seja afectada pelo agravamento das taxas de juro.

Falou o Sr. Deputado ainda em que critérios de rigor se iriam usar nas despesas correntes das empresas públicas para as viabilizar?

Esses critérios de rigor, em termos de despesas correntes, são, efectivamente, em primeiro lugar, um critério quantitativo, no sentido de não deixar que o global dessas despesas suba acima dum determinado montante; procuramos racionalizar sistemas; procuramos reduzir determinadas despesas que não são necessárias - podiam ser, se a situação económica fosse outra, mas que, neste momento, não devem ser realizadas - procuramos fixar objectivos; celebrar contratos-programa analisar, em cada ano, rigorosamente, os orçamentos que essas empresas apresentam anualmente, e remeto o Sr. Deputado, também para a confirmação desses objectivos - que não são de agora, que vão ser para o próximo ano, mas não são, exclusivamente, no próximo ano - remeto o Sr. Deputado para a leitura dos jornais, porque é público, onde vêm publicadas as contas e os balanços das empresas públicas na nossa Região.

Perguntou ainda, em que é que consistiria a contenção das despesas correntes no Orçamento Regional.

O Sr. Deputado sabe, e terá lido o documento, que o défice entre as receitas correntes e

as despesas correntes decrescia, num montante que ainda ontem aqui referia, como terá visto ainda também que o crescimento nominal, que se verifica nessas despesas e, enfim, abaixo da taxa de inflação esperada - do deflactor, se quiser, das despesas públicas.

Portanto, isso significa um decréscimo real. Este também é o primeiro critério quantitativo para conter as despesas correntes.

Portanto, ainda digo, quanto a esse assunto, que também é critério a manutenção do valor que certas despesas correntes assumiram em 1983 e que se mantem, rigorosamente, idêntico no Orçamento do próximo ano. O que também disse ontem, é que apenas aquela subida nominal das despesas correntes tinha dois fundamentos exclusivos: o aumento de vencimentos públicos, que é esperado, e a subida do serviço da dívida que a Região tem e que esta Assembleia aprovou.

É evidente que também vamos continuar o esforço - um esforço sério - na formação de pessoal, para aumentar a produtividade dos serviços públicos.

Vamos modernizar o funcionamento de determinados sectores, designadamente o funcionamento do meu sector das finanças, da contabilidade pública.

Espero que muito em breve - mas são dias - tenhamos já, quase a funcionar, a informatização na contabilidade pública, com benefícios evidentes para a celeridade do processamento e com benefícios evidentes para a libertação de pessoal.

Depois, o Sr. Deputado Borges de Carvalho a quem, embora não esteja presente, entendi responder a uma das perguntas que me foi dirigida, porque, ela feita publicamente e nesta Assembleia e neste local, julgo que este é o momento próprio para dar essas respostas, porque senão correríamos o risco de estarmos aqui com dois métodos diferentes e a prejudicar o andamento dos trabalhos.

O Sr. Deputado Borges de Carvalho, dado o elenco de perguntas que fez, saliento uma delas: a que classificação técnica obedecia a inclusão no Plano de determinadas verbas destinadas às empresas públicas?

Essas verbas que se encontram no Plano destinadas às empresas públicas, são afectas a projectos de investimento dessas empresas públicas e são também destinadas à cobertura da diferença entre o preço de custo, dos serviços ou bens que essas empresas vendem, e o preço de venda, delas, no mercado.

O Sr. Deputado Dionísio de Sousa, no seu conjunto de perguntas, referiu também alguns jogos de palavras que eu teria usado no meu discurso de ontem. Bem, a interpretação é sua, é legítima, pode fazer essas e outras, mas, disse que eu tinha considerado algumas coisas como acabadas e outras teria dado a entender

- e fez algumas reticências nisso - que não estariam acabadas.

Disse: para si, a Autonomia não é uma questão acabada, recortada, mas, para si, parece que os custos da insularidade é uma questão, perfeitamente, finalizada.

Esclareço o Sr. Deputado que os custos da insularidade - não disse que eram uma questão acabada - estão já fixados, não só no nosso Estatuto, mas também na Constituição da República.

Como princípio está consagrado. Aquilo em que este princípio se pode desenvolver é na sua quantificação e digo-lhe que nesta matéria, não é, nem está de forma nenhuma, acabado.

A Autonomia é uma processo dinâmico, alguns momentos essenciais da Autonomia também são processos - embora particulares e especiais dinâmicos, formando depois todo o conjunto.

Não considero que as verbas recebidas do Estado, a este título, sejam as finais, por todo o sempre.

Também, ainda quanto a essas questões acabadas, falou o Sr. Deputado nas contrapartidas decorrentes de acordos na Região e que visam a concessão, a determinados países, facilidades nos Açores, de ordem militar ou de outra ordem.

Também esta não é, de forma nenhuma, uma questão acabada. Há negociações em curso. O que podemos dizer que é acabado é a fixação do princípio; o que podemos dizer que é acabado é, efectivamente, o acordo a que se chegou de que, desses acordos, decorrem benefícios financeiros que são dirigidos para o desenvolvimento da nossa Região.

A sua quantificação nunca poderia ser acabada porque essa, até, é revista anualmente e depende da evolução da própria conjuntura.

Não se trata, efectivamente, Sr. Deputado - nestes aspectos que lhe disse - de nenhum sigilo de Estado. No entanto, sabe quais são as reservas que envolvem negociações entre Estados diferentes. Não há ninguém que desconheça esse princípio, nem ninguém que o contesta, mesmo qualquer que seja o sitio ou o local do mundo, onde se situe o observador médio.

O Sr. Deputado Melo Alves, também se referiu às despesas correntes: como é que nós iríamos restringir essas despesas correntes? E, quanto às despesas correntes nas despesas públicas: quais seriam os nossos critérios?

Se o Sr. Deputado Melo Alves não se importar, eu não vou repetir a resposta que dei ao Sr. Deputado Carlos Mendonça, portanto reproduzo - sem o fazer expressamente - àquilo que lhe disse, a não ser que o Sr. Deputado queira qualquer esclarecimento suplementar.

O Sr. Deputado Roberto Amaral fez um conjunto de perguntas - sete, se não me falha a memória, ou, de acordo com os elementos que tenho que

passarei a responder. Não vou responder a todas porque algumas são de ordem sectorial e, como disse no início, remeto-as para os colegas que farão as intervenções seguintes.

Mas começarei por me referir a uma que me é particularmente grata e agradeço ao Sr. Deputado por a ter colocado, porque me permitirá explicar aquilo que penso sobre a matéria e o resultado até de alguns estudos profundos e desenvolvidos que tenho feito sobre isto.

O Sr. Deputado pergunta-me quais são os meus critérios para distinguir - na sua expressão - os sectores produtivos dos sectores sociais.

Esta tem vindo a ser a classificação...

Deputado Roberto Amaral (PS): ... de desenvolvimento.

O Orador: ... - já lá chego - ...esta tem vindo a ser a classificação usada no nosso Plano.

Aquilo que eu referi no meu discurso - e é isso que lhe irei explicar - foi área de desenvolvimento económico e área de desenvolvimento social.

Deputado Roberto Amaral (PS): (Negação inaudível).

O Orador: Esta é a expressão do meu discurso, ele está distribuído e é isso que tenho dito nos últimos tempos. Disse-o na Comissão, disse-o ontem e tenho até trocado impressões com vários Deputados desta Assembleia sobre esta matéria.

O nosso Plano é um Plano de desenvolvimento económico e social. A ele correspondem duas grandes áreas que consagram e que concentram os recursos financeiros para as promover.

Aliás, nisto não estou sozinho. Estou extraordinariamente, bem acompanhado por quase todos - alguns não conheço - os planos de desenvolvimento do mundo ocidental. Perdoe-se-me o esquecimento da outra parte, mas não conheço. Quanto a estes, aparecem, e tenho, se o Sr. Deputado quiser - não tenho aqui comigo - mas posso documentar perfeitamente isto que vou dizer.

Nos Planos, as verbas dos vários programas e projectos são agrupadas, de acordo com estas duas áreas, incluindo-se; na área do desenvolvimento económico, as chamadas infraestruturas económicas; incluindo-se, na área do desenvolvimento social, algumas das infraestruturas sociais.

Esta é a razão porque eu digo, que uma análise correcta da estrutura do nosso Plano tem de assentar na consideração dessas duas grandes áreas de desenvolvimento: a área de desenvolvimento económico e a área de desenvolvimento social. Não falei em sector de desenvolvimento económico, nem em sector de desenvolvimento social.

Se, para o caso, me fiz entender assim, esclareço que não. Portanto, foi: área de desenvolvimento económico e área de desenvolvimento

social.

Quanto a uma outra questão, que me coloca, sobre os estudos, relativamente a matéria fiscal, que vêm referidos na Proposta de Orçamento, apresentada a esta Assembleia, digo-lhe que esses estudos são em duas direcções: na direcção da tributação indirecta e na direcção da tributação directa.

Quanto a essas duas direcções - a esses dois vectores - existem já estudos preliminares, desenvolvidos, sobre aquilo que nós julgamos, ainda nesta fase, dever ser a adaptação do sistema fiscal à nossa realidade económica e social.

Um deles - no caso da tributação indirecta - até vai ocorrer por força duma própria modificação no sistema tributário do País, que é a aplicação do IVA - o imposto sobre o valor acrescentado - e que, segundo o Ministério das Finanças tem anunciado frequentes vezes, pretende ver-se executada a partir do ano de 1985.

Quanto ao estudo da tributação directa, esse estudo foi feito, já há alguns meses atrás, iniciado até pelo meu antecessor, e já pensado e reflectido também por mim, embora com os mesmos consultores, e terei, Sr. Deputado, muito gosto em que o Sr. Deputado tome conhecimento destas nossas grandes orientações, nesta matéria, enquanto estudo, e poderei, quando o Sr. Deputado entender, dar-lhe conta dessas orientações, ainda preliminares, sobre essas matérias. Os estudos existem e estão em meu poder.

Para referir, pelo menos, algumas grandes linhas, o que esse estudo, no campo da tributação directa, visa é corrigir distorções que tem o nosso sistema fiscal, pelo facto do nosso sistema fiscal - que é aqui aplicado na Região - ser perfeitamente idêntico a um sistema fiscal concebido e aplicado num território com continuidade geográfica. Este é o primeiro grande pressuposto desse estudo.

Como também, pelo facto das nossas características económicas e sociais serem distintas das do Continente, e isto não é uma opinião minha. E texto de lei e forma de lei. São os próprios fundamentos da Autonomia, que eu disse.

Referiu-me ainda algumas outras questões, como: a integração europeia, os apoios à exportação, o número de funcionários públicos, o apoio ao sector cooperativo. Pois, quanto a essas questões, como disse, remeto-o para o debate seguinte e para as intervenções dos meus colegas.

O Sr. Deputado José Manuel Bettencourt que também não vejo na Sala, mas a exemplo do que fiz já com um Deputado do PSD... já o vejo, estava ausente por uns minutos.

Deputado José Manuel Bettencourt (PS): (Afirmção inaudível).

O Orador: Certamente, Sr. Deputado, e tenho presenciado que os ouve com gosto e ouvido...

Deputado José Manuel Bettencourt (PS):
E com muito respeito.

O Orador: ...e com muito respeito, tal quanto o meu.

Deputado José Manuel Bettencourt (PS):
Muito obrigado.

O Orador: O Sr. Deputado José Manuel Bettencourt, depois de referir que eu teria dito - disse-o e repito-o - que nem sempre governamos num mar de rosas - as dificuldades são conhecidas, Sr. Deputado, têm sido trazidas a esta Sala, têm sido debatidas, o Sr. Deputado concordou - disse que eu teria acabado o discurso num certo tom florido.

Digo-lhe uma coisa, Sr. Deputado, neste mundo, nesta época, é preferível que, a um pessimismo imobilizador, anquilosamente, se quiser, se ponha uma tônica optimista, capaz de vencer as dificuldades que nós enfrentamos.

Eu não terminei, com um óptica optimista, dizendo que o dia de amanhã - sábado - seja melhor do que o dia de hoje. Não foi isso que eu disse.

O que eu disse foi que uma política restritiva teria de ter uma perspectiva de desenvolvimento seguinte, porque a restrição por restrição não conduz a lado nenhum.

Referiu ainda o Sr. Deputado, que eu teria, aqui, numa citação que fiz de um discurso do Vice-Primeiro Ministro, aquando da apresentação do Programa do IX Governo Constitucional, esquecido o conteúdo desse mesmo Programa.

Eu julgo que o Sr. Deputado estava desatento - só por isto - porque, realmente, as primeiras palavras são do Sr. Primeiro Ministro. As duas primeiras linhas desta parte do discurso são das palavras proferidas, então, pelo Sr. Primeiro Ministro, mas, logo, disse: esta linha de opção está consagrada, com ênfase, no Programa, com referências como estas: "apoio às tarefas..."; "esforço financeiro possível", etc....

Portanto, referi o próprio Programa. Não referi o programa do Sr. Vice-Primeiro Ministro. Referi o Programa dum Governo Constitucional, que é um Governo de coligação, em que está o PSD e em que está o Partido Socialista.

Finalmente, umas outras questões, soltas que me foram colocadas e que dizem respeito a uma questão que vem começando a ser, efectivamente, uma questão grave, que é a questão dos edificios onde estão instalados serviços, ainda periféricos, do Estado, designadamente os serviços de finanças, de justiça e, porventura, ainda outros.

O Governo Regional tem feito um esforço extraordinário, no sentido de que o Estado cumpra as suas obrigações nesta matéria. Sucedem-se negociações, sucedem-se levantamentos exaustivos das situações gritantes que existem nesse domínio, tem sido, sucessivamente acordado,

com vários Governos a realização dessas obras, algumas delas têm avançado, outras têm ficado postergadas.

Ainda recentemente e numa deslocação a Lisboa, se tratou com o Ministro da Justiça, sobre essa matéria, deixando-se-lhe um memorando, com uma ordem de prioridades, de acordo com as necessidades mais evidentes.

Temos a convicção de que este problema também irá ser resolvido com as disponibilidades financeiras - concerteza - e com as disponibilidades estabelecidas, mas defenderemos, sempre, que a Região, neste domínio, não seja preterida, em função de outros investimentos que o Estado tenha que fazer nas mesmas áreas e noutros pontos do território nacional.

Muito obrigado.

(Palmas do Governo e do PSD)

(Contestação da bancada do PS)

Presidente: O Sr. Deputado Carlos César pediu a palavra para?

Deputado Carlos César (PS): Para um protesto.

Presidente: Para a formulação dum protesto, tem a palavra.

Deputado Carlos César (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional das Finanças:

Eu não gosto - talvez pela minha juventude - de discutir aquilo que considero irrelevante em ser discutido. Estava nessa minha linha de raciocínio a parte que o Sr. me dedicou do seu discurso. Todavia, sobressairam algumas questões que não me dispensam algum comentário, pese embora a circunstância do Sr. Secretário Regional das Finanças não ter respondido às minhas perguntas, ontem formuladas, ou melhor, ter respondido apenas a uma das seis questões que havia formulado - e não respondeu, de resto, da melhor maneira, como já veremos.

Visivelmente nervoso, o Sr. Secretário Regional das Finanças, para quem a idade não foi capaz de conter esse delírio, fez aqui um discurso bizantino, assente na minha pessoa e não no conteúdo da minha intervenção.

Evidentemente que eu não estarei aqui, especialmente, interessado em exaltar as qualidades da juventude porque não desejo amargurar-lhe a existência, mas a sua vaidade sexagenária, com que aqui se pronunciou, esteve muito longe da maturidade com que a idade que aparenta devia traduzir.

Eu não deixei para a oposição tudo o que era mau, não lhe dava essa chance. O que eu disse, ontem, foi que o Governo Regional procurava num discurso que, de resto, era de justificação, ao fim e ao cabo, da execução dos primeiros três anos do Plano a Médio Prazo e de apresentação do Plano de 1984, e coibiu-se, numa atitude de humildade que lhe seria, de resto, louvável

e que seria até, possivelmente, compreensível da parte da oposição.

O Governo inibiu-se de dizer quais eram os aspectos em que também a sua actividade governativa tinha falhado e resumiu, para a sua intervenção durante estes três anos, tudo o que havia de excelente, tudo o que havia de bom...

Secretário Regional das Finanças (Alvaro Dâmaso): E bom é!

O Orador: ...nas interlinhas colocando, ou endereçando para os "velhos do Restelo", ou para a oposição, ou para o Governo da República - aí já a maioria seria socialista e as citações não seriam referenciadas no Vice-Primeiro Ministro - a responsabilidade do que não correria muito bem por estas bandas.

Expendeu aqui também, em pressuposta resposta a uma questão que eu coloquei de forma completamente diferente, num conceito jurídico-constitucional muito pouco afoito, em matéria das suas capacidades nesse domínio, e das teses do seu Partido, de Autonomia progressiva, em que se ateve à circunstância da Região estar inibida de regulamentar ou contrariar certas disposições gerais.

Sem dúvida que, o Sr. Secretário Regional das Finanças se sentirá em grandes dificuldades quando, por exemplo, fôr aprovada uma lei do aborto e o seu conceito jurídico-constitucional ter de ser, necessariamente, transposto para uma lei desse tipo. O que será então, e o que ficará então dos seus pruridos de moral vitoriana?

O Sr. Secretário Regional das Finanças não fez hoje, de facto, um discurso de homem de Estado - lamento dizer-lhe - embora tenha perdido muito tempo com as minhas perguntas - cerca de 50% do tempo da sua intervenção.

Para finalizar e porque não julgo que esta discussão, ou que a maneira que o Sr. Secretário Regional a colocou hoje, tenha qualquer utilidade, em termos da discussão do Plano e em termos dos que nos ouvem, eu termino, remetendo-o para um texto de Almada Negreiros que, provavelmente, o Sr. Secretário Regional das Finanças deve ter lido, nos seus tempos de 1974/75, em que essas leituras eram recomendáveis e, certamente, lhe eram muito sensíveis.

Sr. Secretário Regional das Finanças, remeto-o para esse texto, o "Manifesto ao Dantas", que será, provavelmente, um factor de contenção da sua exuberância discursiva.

Muito obrigado.

Presidente: O Sr. Secretário Regional das Finanças, provavelmente, quer usar da palavra para um contraprotesto. Não é verdade?

Secretário Regional das Finanças (Alvaro Dâmaso): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Quero usar da palavra para um protesto, visto que o Sr. Deputado que acaba de falar

usou da palavra para um comentário.

Na verdade, Sr. Deputado, continua desatento porque eu respondi às seis perguntas que o Sr. Deputado colocou e respondi também aos comentários que antecederam as questões que o Sr. Deputado colocou, só que algumas das suas perguntas tinham que ser enquadradas num contexto diferente, profundamente mais jurídico e correcto do que o Sr. Deputado usou. Esta é a primeira questão.

De resto, dispenso-me com certeza de, sequer, comentar as suas palavras iniciais. Por outro lado, e quanto à questão de ter sido eu a atribuir à oposição tudo o que de mau aconteceu, foi o Sr. Deputado que o disse. Eu volto a reafirmar que, no meu discurso, nunca, nunca, referi qualquer actividade da oposição. As palavras, Sr. Deputado, são suas. Daí também o seu barrete.

E pouco mais teria a dizer se não fosse a citação final que o Sr. Deputado fez, pouco elucidativa, mas que agradeço pelo valor do seu autor.

Muito obrigado.

Presidente: O Sr. Deputado José Manuel Bettencourt pede a palavra para?

Deputado José Manuel Bettencourt (PS): Sr. Presidente, é na sequência da intervenção do Sr. Secretário Regional das Finanças e Plano, quando usou da palavra para responder aos pedidos de esclarecimento que lhe haviam sido, anteriormente feitos, porque, daqueles que eu dirigi ao Sr. Secretário Regional, não ouvi, da parte dele, a respectiva resposta.

Presidente: Então é para um reforço de pedidos de esclarecimento, não é verdade?

Deputado José Manuel Bettencourt (PS): É a lembrança para um pedido de esclarecimento que não foi respondido.

Presidente: Perfeitamente, tem a palavra.

Deputado José Manuel Bettencourt (PS): Sr. Secretário Regional das Finanças e do Plano: Eu dirigi alguns pedidos de esclarecimento, exclusivamente em função da exposição que V. Exª aqui expendeu ontem, no acto de apresentação da Proposta de Plano para 1984.

É possível que, na sequência da sua exposição e como reflexo a ela própria, um dos pedidos de esclarecimento que lhe dirigi não seja, especificamente, da área da sua Secretaria Regional mas foi, objectivamente, referido pela sua exposição. E, concretamente, em relação à passagem, do discurso de V. Exª, em que afirma e faz referência ao desenvolvimento dos Açores.

Na sequência dessa afirmação - se bem me lembro - perguntei ao Sr. Secretário Regional que especificasse, com clareza, os indicativos inequívocos, no âmbito dos sectores produtivos na Região, que possam, de uma forma clara, ser o significado comprovativo para esse próprio desenvolvimento.

Não vi, nem ouvi, das suas respostas, a abordagem a esta pergunta que lhe dirigi.

Pergunto-lhe se, na altura em que o Sr. Secretário Regional afirmou que o desenvolvimento dos Açores era um facto, tem que concluir que, de duas uma, ou o Sr. Secretário Regional tem conhecimento, de facto, dessas situações e, como tal, não compreendo porque não respondeu, ou se, pelo contrário, não tem, não compreendo porque as proferiu.

Presidente: Sr. Secretário Regional tem a palavra.

Secretário Regional das Finanças (Alvaro Dâmaso): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Para responder à questão que agora me foi colocada.

É evidente que eu tenho conhecimento, e não só eu, Sr. Deputado! O Sr. Deputado também tem! O povo dos Açores também tem, conhecimento palpável até do que é que consistiu o desenvolvimento ou a promoção de desenvolvimento ao longo desses mais de 7 anos de funcionamento de órgãos de governo próprio.

Deputada Conceição Bettencourt (PS): (Contestação inaudível)

O Orador: Servimos o povo, Srª Deputada, não a Jacob!

Deputada Conceição Bettencourt (PS): Isso é uma afirmação que se fizesse a uma observação?!

O Orador: E eu a responder-lhe.

Deputada Conceição Bettencourt (PS): A sua atitude... é... louvável!

O Orador: Por outro lado, Sr. Deputado, esses indicadores vêm num documento que eu tive o cuidado de distribuir aos Srs. Deputados que, provavelmente, o terão na sua frente, mas, mais uma vez, digo, Sr. Deputado, pena é que os Srs. Deputados não tenham tempo, ou paciência, ou vontade, para ler a informação que se lhes dá.

Pena é que os Srs. Deputados não tenham tempo, ou vontade, para ler os relatórios de execução do Plano que se apresentam, regularmente, a esta Assembleia.

Pena é, Sr. Deputado, que não tenham tempo, ou vontade, para ler as contas da Região que há 7 anos apresentamos, de forma atempada, a esta Assembleia.

E, quando não referi esta questão, deixei-a, propositadamente, para a intervenção de cada um dos meus colegas no Governo que, de forma desenvolvida, concreta e pontual, por vezes, irão referir em que é que o desenvolvimento desta Região se traduziu, até hoje.

Muito obrigado.

Presidente: O Sr. Deputado Roberto Amaral pede a palavra para?

Deputado Roberto Amaral (PS): Um reforço de pedido de esclarecimento.

Presidente: Um reforço de pedido de esclare-

cimento...

(Risos)

Presidente: ...isso é uma figura regimental que tem especial cabimento na discussão do Plano e Orçamento, mas acho perfeitamente admissível. Tem a palavra.

Deputado Roberto Amaral (PS): Sr. Presidente, eu estou a usar uma expressão sua...

Presidente: Está certo... está certo... perfeitamente. Até por isso é que estou, mas não só.

Deputado Roberto Amaral (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu creio que, das 7 perguntas que fiz, há uma ainda que cabe à Secretaria Regional das Finanças e que não foi respondida. Isto, na medida em que envolve a atribuição de meios financeiros e de eventuais medidas, também de carácter económico e financeiro.

Concretamente, é a que solicitava a informação sobre as empresas públicas regionais, quais aquelas que já apresentaram contrato-programa e quais, das que apresentaram, os que já foram aprovados.

Por outro lado, aproveito para agradecer a explicação dada pelo Sr. Secretário das Finanças quanto aos sectores de desenvolvimento que agora teve o cuidado - e concordo agora - de lhe atribuir também o qualificativo de sectores de desenvolvimento económico e sectores de desenvolvimento social, porquanto, na exposição que inicialmente fez, não me pareceu que tivessem sido referidos. Ou eu percebi mal e disso me penitencio ou então foi o Sr. Secretário que, por um "lapsus linguae", não atribuiu esses qualificativos.

Por outro lado ainda, gostaria de lhe perguntar, na sequência dos esclarecimentos que fez o favor de prestar, sobre os diplomas que estão ainda em estudo na sua Secretaria, relativamente à tributação directa e indirecta e a sua adequação aqui à Região, e na medida em que afirmou que esses estudos já estão feitos há uns meses, se se considerou a vontade do Governo da República, aliás, expressa na Carta de Intenções dirigida ao Fundo Monetário Internacional, de transformar toda a tributação nacional num imposto único.

Gostaria de saber se isto está contemplado e, se no caso de não estar, se se tenciona articular estes diplomas regionais com os nacionais.

E era só.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional das Finanças.

Secretário Regional das Finanças (Alvaro Dâmaso): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Penitência por penitência, o Sr. Deputado penitenciou-se porque eu, de facto, no meu discurso, as expressões que eu usei - está escrito - foram aquelas que usei aqui nas minhas respostas.

Penitência por penitência - dizia eu - realmente omitei esta resposta que a mim me pertencia.

E efectivamente verdade que há uma empresa que já tem contrato-programa aprovado, que é a EDA. E verdade que há uma outra empresa que está, neste momento, a finalizar o seu contrato-programa e que é a SATA. Eram as duas grandes empresas públicas, aqui na Região, que mereciam que lhes fosse concedido prioridades.

Quanto a outras empresas, designadamente, no caso da banca, só temos um e no caso de companhias de seguros, têm funcionado, até hoje, com programas anuais provisionais que são aprovados e com contas de gerência que também são aprovadas e até públicas.

Quanto à questão relativa à criação dum imposto único, posso dizer que, na altura em que o estudo foi feito, já havia a intenção - manifestada por vários Governos da República e suponho até que vem num célebre plano de desenvolvimento, ainda nos tempos áureos da Revolução - e já está, pelo menos, elencada esta questão para o caso de se vir a verificar essa realidade no País.

Portanto não se trata duma questão que vai ser estudada. Quando muito irá ser aprofundada, mas ela já está considerada, efectivamente, no estudo a que me referi, e que, repito outra vez, tenho muito gosto em que o Sr. Deputado tome conhecimento ainda nessa fase preliminar dos trabalhos existentes.

Presidente: Bem, Srs. Deputados, terminou a fase das respostas directas aos pedidos de esclarecimento, pelo que vamos abrir os debates.

Por razões que se ligam com cumprimentos de horários, eu iria dar a palavra ao Sr. Secretário Regional para a Cooperação Externa e Integração Europeia, para uma intervenção.

Secretário Regional para a Cooperação Externa e Integração Europeia (Nunes Liberato): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O Plano para 1984 é um conjunto coerente de acções de investimento e de fomento da economia e da sociedade regionais, conjunto esse que se subordina a grandes opções que se têm mantido válidas durante o período de vigência do Plano de Médio Prazo, ou seja entre 1981 e 1984.

Não é razoável, pois, limitar a sua análise ao mero elenco dos projectos previstos e às verbas atribuídas a cada um.

Um dos ângulos pelo qual interessa ver o Plano é naturalmente o das suas incidências externas, que agora pretendo trazer à vossa reflexão.

São múltiplos e variados os aspectos do Plano que têm implicações externas. Gostaria de me referir, essencialmente, a 4 deles:

- o seu enquadramento internacional;
- as receitas que suportam o Plano;

- a cooperação técnica e económica;
- o processo de integração europeia.

Não me alargarei sobre o enquadramento internacional. O próprio Plano se lhes refere.

Embora recentemente se tenham aberto algumas perspectivas no desanuviamento do ambiente de crise que se tem vivido nos últimos anos na economia mundial, essas perspectivas permanecem incertas sobretudo no que diz respeito à Europa. Já no que diz respeito aos Estados Unidos os elementos existentes são mais animadores. Assim, só dificilmente o enquadramento externo pode ter efeitos positivos na Região durante o período de vigência deste Plano.

E também num contexto de agravamento das tensões internacionais que temos vivido nas últimas semanas, o que, como aliás aponta a Comissão para os Assuntos Económicos e Financeiros da Assembleia Regional, tem sublinhado a importância geo-estratégica da nossa Região.

As receitas da Região, que suportam o Plano (e entrando no segundo ponto de reflexão) têm uma origem externa muito apreciável.

A principal é sem dúvida a proveniente dos Estados Unidos da América do Norte relacionada com as facilidades militares cuja renegociação se encontra em curso.

Mas outras fontes de financiamento provêm do estrangeiro. A França tem destinado verbas para auxiliar o pagamento de determinadas obras por contrapartida em relação à utilização de infraestruturas de interesse militar nos Açores.

Por sua vez, a República Federal da Alemanha concedeu à Região um empréstimo (o primeiro nos termos do artigo 87º do Estatuto da Autonomia) para financiamento, em condições muito favoráveis, do programa de desenvolvimento agro-pecuário do Pico.

A negociação deste empréstimo, já aprovado pela Assembleia Regional, presidiram essencialmente critérios de diversificação das fontes de financiamento da Região. Outras entidades, como o próprio Governo alemão, O Banco Europeu de Investimentos, o Banco Mundial, o Fundo EFTA e outros, têm-nos transmitido a sua disponibilidade para utilizar na Região recursos financeiros que, por várias razões, não têm sido aplicados no Continente.

A eventual aceitação destes recursos tem contudo que se fixar de forma muito prudente e que ter em conta o comportamento do escudo face a divisas estrangeiras e o elevado risco cambial que tais operações encerram.

A cooperação técnica e económica estabelece-se no entanto em vários aspectos e com diversos países, que cito a título exemplificativo (e referindo-me, em especial, ao Plano para 1984):

- com a França, em matéria de formação de professores;

- com a Noruega, em matéria de investigação nas pescas e de estatística;

- com o Reino Unido, em matéria de agro-pecuária e de formação de professores;

- com a Suécia, em matéria de planeamento hospitalar;

- com a República Federal da Alemanha, em matéria de cartografia de solos e assuntos agrícolas;

- com a Holanda, em matéria de ensino especial e de apoio à Universidade;

- com a Irlanda, em matéria de agro-pecuária. Limitei-me a referir, a título exemplificativo, os aspectos que parecem mais importantes neste contexto.

São igualmente importantes a promoção do comércio externo e do turismo e a remoção de algumas dificuldades que se põem, na maior das vezes sem fundamento, à entrada de produtos açorianos em vários países.

E pois vasta e diversificada a cooperação externa que será desenvolvida no âmbito do Plano para 1984 e que, na maioria dos casos, se reveste de seguimento em relação a acções que vêm sendo desenvolvidas nos últimos anos.

Outra linha de actuação que o Governo Regional tem prosseguido com todo o empenho refere-se a uma correcta preparação da entrada nas Comunidades Europeia e, neste aspecto, referirei algumas questões que me foram postas - ao Sr. Secretário Regional das Finanças mas que me compete a mim responder - na fase inicial do debate.

Trata-se de uma referência sempre presente na programação do Plano, em especial no que diz respeito aos seus sectores económicos.

A adesão não constitui nem um objectivo nem uma opção do Plano. Constitui sim um incentivo à opção sempre reafirmada pelo Governo Regional da modernização da economia açoriana, fulcro do nosso Plano de Médio Prazo, cuja vigência termina com o plano que hoje aqui debatemos.

Na linha de rumo desta opção o Governo Regional tem, durante este quadriénio, posto em execução, mediante decretos legislativos aprovados por esta Assembleia, mecanismos de apoio e de fomento da iniciativa privada, em coerência com o modelo de desenvolvimento que vem aplicando à Região. A agricultura, as pescas, a indústria, o comércio e o turismo dispõem hoje de incentivos muito consideráveis, criados nos últimos 4 anos.

Esta acção de preparação da adesão tem sido desenvolvida independentemente das diversas vicissitudes que o processo de negociação tem atravessado. É isto na convicção que o Governo Regional mantém, de que as medidas de preparação são positivas, independentemente do momento em que se concretizará a adesão.

A este respeito, gostaria de vos fazer, de uma

forma muito breve, um ponto de situação das negociações.

Dos 20 dossiers em que estas se dividem apenas faltam concluir 5: a Agricultura, as Pescas, as Questões Orçamentais, a Fiscalidade e as Questões Institucionais.

Os dossiers já encerrados contemplam todas as questões em que havia interesses específicos da Região a defender, nomeadamente:

- o regime fiscal dos tabacos;
- o regime de preços e transportes do carvão e do aço;
- o regime dos transportes rodoviários.

Permanecem na mesa das negociações o regime do imposto de valor acrescentado, a questão das pescas e a questão da forma de transição para o sector agrícola.

As negociações irão ter uma sessão muito importante no próximo dia 29 com uma reunião a nível ministerial em que estarei presente. Nesta reunião e na cimeira de Atenas, a realizar de 4 a 6 de Dezembro, todo este processo será clarificado, segundo esperamos.

Do ponto de vista do Governo Regional essa clarificação é indispensável para o prosseguimento dos trabalhos, agora que se completaram cinco anos sobre o início das negociações, e que finalmente o Conselho de Ministros da CEE ultrapassou num dos pontos de bloqueamento, ou seja, a questão dos produtos agrícolas mediterrânicos. O aparecimento de uma situação de impasse, nesta fase da negociação, terá que ser considerada como intolerável.

Não se pode pois esperar mais que a CEE seja perfeita para que se possa concretizar a adesão.

Há também naturalmente que obter justa solução para os problemas que se põem aos Açores nos dossiers mais delicados, e gostaria de distinguir alguns:

- um regime do imposto do valor acrescentado que seja conforme ao estipulado no Estatuto e que não agrave as desigualdades derivadas da insularidade;
- uma solução para as pescas que reserve as zonas mais importantes da Zona Económica Exclusiva para a frota regional;
- uma transição no sector agrícola que dê os preços de garantia da CEE aos produtos açorianos;
- um apoio monetário significativo aos projectos de desenvolvimento da Região.

Entretanto, foram já aprovados pelo Conselho de Ministros da CEE, no passado dia 27 de Outubro, dois projectos, a título de acções comuns de pré-adesão, respeitando um à florestação e outro a caminhos de penetração. As convenções de financiamento serão assinadas em Dezembro e representam uma doação de perto de 100 mil contos (cerca

de 50% do seu custo).

Os projectos relativos às pescas completarão, a breve prazo, o montante de cerca de 210 mil contos atribuídos à Região neste contexto.

Não se prevê a doação de mais ajudas de pré-adesão. O que é importante é a Região esteja preparada, o que acontece indiscutivelmente, para apresentar nos primeiros dias após a adesão projectos a serem financiados pelos Fundos da Comunidade.

O Plano para 1984 inclui, para além das verbas inscritas com este objectivo em cada um dos sectores a que já fiz referência, um projecto específico de preparação da adesão às Comunidades Europeias, cuja gestão se encontra cometida ao meu Gabinete.

Este projecto possibilitou no ano em curso a realização de estágio nos serviços da Comissão das Comunidades por técnicos da Administração Regional (quatro até ao momento) e nalguns domínios, previamente, em relação à participação dos serviços do Governo da República, a organização de seminários de informação dos agentes económicos, nomeadamente os agricultores e os empresários em geral, preparar visitas de trabalho de empresários e trabalhadores, por exemplo no sector das pescas.

Nesta linha, o Governo prosseguirá uma acção de permanente informação e auscultação dos parceiros sociais, visto ser destes, naturalmente, que resultará o bom sucesso da adesão.

São pois inumeráveis as incidências deste Plano no contexto externo.

Mas a terminar, gostaria de salientar que todas estas acções se enquadram numa política de cooperação externa que o Governo Regional tem adoptado e que assenta nos seguintes pontos:

- aprofundar o relacionamento com a Europa, através da integração nas Comunidades e de uma participação muito activa nas organizações europeias de carácter regional, sem esquecer as relações privilegiadas com o Continente americano derivadas da emigração açoriana e das interessantes possibilidades de incremento das exportações;
- participar activamente nas comissões internacionais de carácter bilateral e que respeitam directa ou indirectamente os Açores, em especial nos casos em que haja de obter contrapartidas significativas para a Região;
- participar nas organizações internacionais que lidam com problemas de maior interesse para os Açores, como é o caso dos assuntos marítimos, onde temos desenvolvido uma acção muito intensa, seja no Direito do Mar seja na questão do depósito de detritos no Oceano;
- manter relações de cooperação muito estreitas com regiões de características políticas ou geográficas semelhantes às nossas, como é o caso, a título exemplificativo, da Bermuda,

das Canárias e do Hawai;

- manter, em geral, uma atitude de abertura aos contactos internacionais.

As relações com o exterior, estabelecidas nos termos da Constituição e do Estatuto da Autonomia, darão, assim estamos certos, um relevante contributo para o desenvolvimento económico e social da Região.

Muito obrigado.

(Palmas do Governo e da bancada do PSD)

Presidente: Dou agora a palavra ao Sr. Deputado Dionísio de Sousa.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

No sector da Educação, o Plano/84, é apresentado com um desenvolvimento da programação e das grandes orientações políticas do PMP/81-84 e como último integrado neste, considerado um balanço das metas alcançadas.

Depois de se referir que as grandes linhas de orientação do PMP, no tocante às áreas da educação e da cultura foram conseguidas, acrescenta-se: "E pela educação e cultura que as sociedades conseguem encontrar o caminho do progresso e do desenvolvimento e foi neste médio prazo **que se arrancou definitivamente para uma escolarização efectiva de toda a população, podendo afirmar-se que hoje, nos Açores se cumpre efectivamente a escolaridade obrigatória e se abrem perspectivas encorajadoras para uma futura escolarização de nove anos**".

Aqui chegado, farei para tentar confirmar ou pôr à prova estas afirmações. Elas devem poder comprovar-se com números. E começarei a caça ao número.

O documento oficial mais antigo que encontrei sobre o assunto foi o Ante-Plano 77/80 do DREPA, em que, no 2º volume, página 45, sob a rubrica nível de cumprimento da escolarização obrigatória e que é previamente definida como a relação entre os alunos aprovados na 4ª classe e os matriculados no 1º ano do preparatório, afirma-se: "Pode dizer-se que o nível de escolaridade obrigatória aumenta no sentido de Santa Maria-Corvo apresentando para o total regional uma percentagem de 29,6%, o que leva a concluir que os níveis são ainda inferiores aos de outras regiões portuguesas".

Em documento de 1981 e do DREPA sobre "A evolução sócio-económica recente" afirma-se na página 56: "Notável a percentagem, aliás sempre crescente, dos finalistas do básico-primário que se matriculam no preparatório: 80% em 76/77 e já 91% em 79/80".

Neste mesmo documento vem expresso aquilo a que se chama a taxa de escolarização (quadro 4, página 58). Mas algo de estranho se deve passar com ela. Efectivamente por taxa de escolarização, ou se costuma entender a relação percen-

tual, dentro de um determinado escalão etário, entre a população residente e a que frequenta o grau de ensino correspondente àquele escalão etário ou entre aquele escalão etário e a população total. Mas, pelos números constantes do quadro, que vão de 70,8% a 75,7% no primário e de 60 a 74,7% no preparatório, verifica-se que aquela taxa de escolarização, não corresponde nem a uma nem outra daquelas relações. Resta-me a conclusão frustrante de saber o que é a taxa de escolarização da SREC/DREPA/81. Fica-me, porém, o conforto de estar em boa companhia. E que a própria UNESCO também não deve saber. Num estudo efectuado por aquele organismo sobre a educação em Portugal, refere-se que a taxa de escolarização em 72/73 para o grupo etário dos 7 aos 11 anos era de 100%.

Já agora acrescenta-se que há outros aspectos que parecem indicar que as estatísticas da SREC/DREPA não servem para fornecer informação mas para entreter a adivinhação.

Assim nos textos de 82 e 83 sobre "A evolução da situação sócio-económica" deixa de aparecer a taxa de escolarização discriminada por graus de ensino, para se falar, em 82, da taxa de escolaridade geral dos 3 aos 19 anos e, em 83, de novo, da taxa de escolarização, sem discriminação dos graus de ensino, mas agora para o grupo etário dos 6 aos 19 anos. Julgo que é pertinente perguntar para que serve um aparelho estatístico que muda de averiguações e de parâmetros, de ano para ano?

No já citado texto do DREPA de Outubro de 82, adquirimos um novo conhecimento para o tema que nos interessa e deparamo-nos com mais uma inovação estatística. Diz-se: "No ensino privado é cada vez menor a fuga à escolaridade, se bem que não disponhamos de dados seguros para o ano escolar de 78/79". Segue-se um gráfico "necessariamente preciso" para nos dar a ideia de que, depois de um decréscimo de mais ou menos 27.700 alunos para mais 27.600, entre 1976 e 77, houve um aumento de mais ou menos 27.800 alunos para mais 28.200 em 80 e 81. Não há, porém, a indicação de qualquer percentagem. O que, aliás, acontece para a maioria das informações estatísticas desse volume, no sector da educação. Foi o ano dos números absolutos, o que equivale a tentar fazer estatísticas sem números.

Espero que os Srs. Deputados, não se sintam frustrados por depois de esta monótona e cansativa viagem por três volumes de textos oficiais, ainda não saberem como vai o cumprimento da escolaridade obrigatória nos Açores. E se se sentirem, façam como eu, procurem grandes ânimos para o 4º volume do DREPA, de Junho de 1983. Irão deparar aí, na página 15, com um quadro intitulado: "prosseguimento de estudos" e onde

vem indicada a percentagem de alunos que transitam do ensino primário para o preparatório. Foram 86% em 79/80, 87,1% em 80/81 e 88,6% em 81/82:

E de verificar, como primeira observação, que algo continua mal no reino das estatísticas da educação nos Açores. O que, em documento de 1981, era apresentado com uma percentagem de 91% em 83 aparece reduzido a uma percentagem de 86%.

Apesar da diferença ser substancial (5%) a conclusão tirada é exactamente a mesma: Sucesso do sistema de ensino. Sucesso da política de ensino. Sucesso do Plano.

A pergunta a fazer é óbvia. Quem pode confiar nestes números? Quem pode confiar no triunfalismo destas conclusões?

Em contraponto que nos parece elucidativo, lembramos que, nos trabalhos preparatórios para o PMP 77/80 do Governo da República, se afirma na página 497:

"Na transição do ensino primário para o ciclo, um dos grandes problemas detectados é o elevado número de abandonos (cerca de 20%), em contraste com o pequeno número destes (cerca de 2%) entre o ciclo e o secundário". E acrescenta-se: "Chama-se a atenção para o facto de, no sistema escolar, haver um compartimento real que se aproxima mais de um sistema de escolaridade de 4 anos que é urgente corrigir".

O contraste é evidente. Num caso, perante abandonos entre o primário e o preparatório que rondam os 20% conclui-se: "há algo que é urgente corrigir". No outro, perante abandonos que rondam os 13%, conclui-se triunfalmente: "nos Açores cumpre-se efectivamente a escolaridade obrigatória".

Se se acrescentar que os abandonos do preparatório para o secundário nos Açores não rondam os 2% mas os 30%, só uma muito condescendente e injustificada auto-complacência, permite ao Governo Regional afirmar "que se abrem perspectivas encorajadoras para uma futura escolarização de 9 anos".

Além disso, mesmo em 1983, o Governo Regional não parece nada seguro quanto ao cumprimento da escolaridade obrigatória no próprio ensino primário.

Considere-se o que se afirma a páginas 23 e 24 do Anexo ao Plano/84: "Se não variou muito em números absolutos a população em idade escolar matriculada no ensino primário: 28.377 alunos em 1977 e 28.651 em 1983, a verdade é que terá havido uma fuga a esse grau de ensino cada vez menor, dado que a população do escalão etário que lhe corresponde tem vindo progressivamente a diminuir".

Há porém um outro elemento muito mais importante para medir a "efectividade" da escolarização do que a simples consideração do número de alunos

que frequentam a escola. E o do seu aproveitamento escolar. Pelo menos, assim sempre foi entendido. Às altas taxas de reprovação, abandono ou desistência são consideradas pelo pedagogo actual como a auto-condenação do sistema escolar e educativo que as provoca.

Para que não se julgue tratar-se de uma afirmação exclusivamente baseada na concepção de ensino que tenha a pessoa que vos fala, cito apenas dois testemunhos em abono daquela afirmação.

Assim, no estudo da UNESCO, já atrás referido, no capítulo II respeitante à análise do sistema educativo, diz-se no número 43:

"No ciclo elementar do ensino primário verificam-se muitas reprovações (um quinto do total dos alunos reprovou em 1972/73) sendo múltiplas as causas". E, entre elas aponta-se "a tradição que quantas vezes, pretende que um "bom professor" é um professor severo que não permite facilmente a passagem para a classe imediatamente superior".

Na obra colectiva sobre "O sistema de ensino em Portugal" editada pela Fundação Gulbenkian em 1981, diz-se a página 607: "a função fortemente selectiva da escola portuguesa constitui um dos aspectos mais nefastos do sistema educativo actual, pois destrói as aspirações dos alunos e dos professores: aos primeiros, de facto, e para um número muito elevado, impossibilita a realização pessoal, pois a frequência da escola durante um número apreciável de anos, em condições de frustração permanente, torna-o hostil não só à escola como à sociedade, impedindo-os de prosseguir estudos; aos segundos incapacita-os de repensar criativamente o acto pedagógico.

O ensino escolar arrasta consigo a descida do status social do professor pois é sobre ele que recai o ónus das incapacidades do sistema.

Os custos sociais económicos desta situação são tão elevados que não poderá ser tolerada por mais tempo, sob pena de vir a comprometer o desenvolvimento do País nas próximas décadas. A primeira preocupação da educação, especialmente da educação de base não deve ser selectiva ou competitiva, mas formativa".

A citação foi longa talvez, mas atrevo-me a prolongá-la por mais algumas linhas, esperando que depressa percebam porque razão.

A páginas 615 da obra citada afirma-se ainda: "O insucesso escolar e o não cumprimento da escolaridade obrigatória e licença atingem taxas de tal modo elevadas que se podem considerar alarmantes, em consequência da inadaptação pedagógica resultante da não formação contínua dos professores, de um alto grau de selectividade resultante de um conceito retrógrado de avaliação ou, o que é mais grave, da aplicação incorrecta de conceitos mais actualizados sobre avaliação".

Perguntar-se-á a que propósito vem esta aparente digressão sobre aproveitamento escolar?

Em primeiro lugar, a proposta de um quadro sobre aproveitamento escolar, constante da página 17 da "Situação sócio-económica" do DREPA, de Julho de 1983. Vou tentar poupar-vos à citação dos números e limitar-me às conclusões que o acompanham, referentes aos anos lectivos de 79/80 a 81/82. Transcrevo: "a taxa de aproveitamento no ensino primário, embora crescente, não ultrapassa a casa dos 50%". (E de notar que, por acaso, até ultrapassa exactamente 0,2% em 80/81 e 0,8% em 81/82, mas o técnico "concludente" resolveu ignorar, neste caso, os números à direita da vírgula. Rigoroso complexo de esquerda, provavelmente)

Passo a citar de novo: "no básico preparatório que normalmente oscila entre os 60% e os 70%, a taxa de aproveitamento na Telescola é via de regra superior às obtidas no ensino oficial directo e particular". Perdoem-me não resistir à tentação de citar os números do quadro.

Parece-me que têm muito interesse para analisar quer aquilo que o sr. técnico-político "concludente" chamou "oscilação normal mas, talvez mais ainda para a conclusão final que irá tirar. Os números da taxa de aproveitamento são 66,9% para 79/80, 60,8% para 80/81 e de 67,9% para 81/82.

"No secundário (e aqui voltamos a citar as conclusões sobre o aproveitamento escolar) e à parte o ano lectivo de 81/82 que, no respeitante ao ensino oficial parece anómalo, a tendência é também crescente na modalidade do ensino particular, contrariamente ao verificado no oficial". Mais uma vez temos que voltar aos números que são de 62,8% para 79/80, 62,6 para 80/81 e 47,2 para 81/82.

E temos de voltar novamente a constatar as discrepâncias entre estatísticas publicadas em anos diferentes. Neste caso entre as de 82 e as de 1983. Discrepâncias que vão de mais 1,2%, (48,3 no primário para 79/80 no documento de 1982 e 49,5 no documento de 83) até 9,3 (72,1 no secundário para 1979/80 no documento de 82, para 62,8 no documento de 83). Poderá dizer-se que as discrepâncias são muito grandes ou que correspondem apenas a usar maior rigor posterior no trabalho dos dados. Mas, se nos lembrarmos que as taxas de crescimento anual médio no preparatório e no secundário são respectivamente de 1,9 e de 1,4, como se refere a página 24 do Plano/84, não podemos evitar a pergunta. Não estamos a chamar saído do sistema escolar àquilo que se reduz afinal, a doença do sistema estatístico?

Mas voltamos às conclusões do documento do DREPA. A mais aberrante estava reservada para o final. Ouçam-na: "Tudo leva a crer que

estamos a assistir a uma gradual melhoria na qualidade do ensino e a uma maior exigência no que concerne ao seu aproveitamento por parte dos alunos".

Conclusão das conclusões. Aquilo que, em boa pedagogia, é considerado o maior defeito de qualquer sistema escolar, extasia o técnico-político-demagogo do SREC/DREPA, como se da sua maior virtude se tratasse. Somos forçados a concluir que a fórmula tradicional para resumir a baixa produtividade e a alta selectividade anti-democrática do ensino português (de cada 100 alunos que frequentam a 4ª classe do ensino primário, 70 passam o seu exame, só 18 entram no ensino secundário e apenas 2 obtêm um grau universitário) seria considerado altamente elogioso para o SREC/DREPA.

Para que não julguem que se trata de alarmismo descabido de oposicionista mal intencionado, lembro-vos a proposta da UNESCO, do já citado estudo, perante taxas de aproveitamento no primário que não estão na casa dos 50% como as vossas, mas na casa dos 75%:

"Uma reciclagem pela rádio e pela televisão, seminários e documentação escrita deveria sensibilizar os professores para os problemas do rendimento escolar e prepará-los para o emprego de métodos de avaliação contínua dos alunos, permitindo suprimir os exames de passagem. Convém igualmente levá-los a admitir a possibilidade de uma promoção que automática dos alunos, ressalvando algumas actividades de recuperação".

Neste momento, não me admirarei que algum Sr. Deputado pergunte o seu quanto agastado até, o que tem tudo isto a ver com o Plano/84? Af vai a resposta. E a página 19 do Plano/84 que se afirma que uma das "linhas traçadas de preparação científica e pedagógica dos quadros docentes a todos os níveis do ensino, mas com cuidados especiais no âmbito da escolaridade obrigatória... é um aspecto a salientar no êxito da política educativa do Governo".

Srs. Deputados, a não ser que o êxito da política educativa do Governo Regional esteja em proporção directa com o insucesso escolar dos alunos, não vemos onde é que ele esteja. E isto mesmo que parece pensar o SREC/DREPA. Lamentamos ser mais exigentes do que eles, mas entre a UNESCO e a SREC não hesitamos, escolhemos a UNESCO. Tanto mais que não nos esquecemos que a apregoada concentração de esforços na preparação científica e pedagógica dos professores que leccionam no ensino obrigatório, não conseguiu nem em 81, nem em 82, nem em 83, criar, como se previa no PMP 81/84, para formação dos professores do ensino primário "um departamento de educação na Universidade dos Açores e incentivar a sua frequência".

Pelo contrário, deixou-se degradar de ano

para ano uma situação que já em 81, perante um decréscimo de 50,7% na frequência das escolas do Magistério Primário em documento do DREPA se considerava alarmante, e tentou-se contrariá-la, com desespero de causa, com a precária vitamina das bolsas de estudo.

Será talvez altura de alguém perguntar se não admitimos, pelo menos, a existência de alguns pequenos ou grandes êxitos, na actuação da SREC dentro do PMP 81/84.

É óbvio que não pode ter sido em pura perda que se investiram no sector da educação desde 77 a 81 mais de 3.000.000 de contos e se vai manter investimento semelhante para 81/84. Havia dinheiro relativamente abundante e fácil, havia meios técnicos e humanos no sector da construção civil atraídos pela construção de variadas estruturas e enveredou-se pela construção de escolas. Conseguiu-se assim travar a degradação do equipamento existente e ampliá-lo. Evitou-se em muitos casos à tangente a rotura do sistema e respondeu-se ao crescimento modesto do sistema escolar. Excessivamente modesto para o baixo nível donde partíramos.

Mas os verdadeiros problemas de um sistema escolar não estão nos edifícios ou nos equipamentos. Estão no interior do próprio sistema escolar e na sua inserção no contexto social, económico e cultural. E nesta opção seria de esperar e de exigir quanto mais de uma SREC criada sob o signo da regionalização e da autonomia democrática. Seria de esperar muito mais se lhe estivesse subjacente um qualquer modelo político para além da transferência das decisões últimas ou intermédias de rotina e de manutenção do sistema.

Onde está qualquer esforço, continuado e consequente de supressão das características do nosso sistema educativo dualista que sempre agravou as distâncias entre cultura popular e cultura erudita, entre a cultura escolar e a cultura familiar, entre a cultura oral tradicional e a cultura escrita? Não deveria ser este o domínio de eleição de uma regionalização como instrumento para a democratização efectiva do sistema de ensino?

Onde estão as escolas que, como se afirma na Proposta de Plano/84, com uma generalização que a existência de uma ou outra excepção de modo nenhum justifica que sejam, pela sua qualidade, efectivos polos de atracção e de cultura. As taxas de aproveitamento revelam que elas continuam a ser polos de rejeição daqueles para que foram criadas - os alunos.

Presidente: Sr. Deputado, era para dizer que está a chegar ao fim do seu tempo.

O Orador: Eu termino já.

Onde está a utilização de meios de comunicação de massa (televisão e rádio, pelo menos) de acordo com uma política cultural coerente,

com o processo de desenvolvimento sócio-cultural regional que se apregoa e propugna? Nem ao menos, até hoje, se conseguiu a utilização mínima, neste domínio dos meios técnicos que o actual, creio que chamado, Serviço Regional de Tecnologia Educativa possui?

Curiosamente, ou antes significativamente, deixou-se fora das preocupações dominantes do PMP, e em evolução ou involução, mais ou menos espontânea, as duas maiores áreas do sistema educativo, para superar os dualismos ou atenuar as desigualdades sociais que o sistema escolar tende, por si mesmo, a reproduzir. São eles o ensino pré-primário e a educação permanente.

O primeiro, porque é conhecido que é nos primeiros 4 ou 5 anos de vida que se marca o destino futuro das crianças.

O segundo, a educação permanente, porque, ela, quando entendida e praticada dentro do próprio sistema escolar e não considerada como mera actividade pontual na linha da simples alfabetização, tendo a abrir a totalidade do sistema escolar e dos seus agentes, nomeadamente dos professores, às exigências do meio social, económico e cultural, permitindo fazer refluir sobre ele as exigências e os desafios da totalidade do corpo social.

Tendo-se optado por outro caminho, reforçou-se a tendência natural do sistema escolar a funcionar como um corpo fechado ao meio e com regras e praxes próprias que reforçam a sua segregação. E vê-se que é este o risco que estão a correr as próprias instituições que, no sistema escolar dos Açores, foram criadas de raiz. E o caso da Universidade dos Açores, em que parecem começar a funcionar pesadamente as características das universidades clássicas, condicionando o seu funcionamento mais às exigências do seu corpo académico do que às necessidades do meio em que se insere.

Em resumo, para tudo concluir em duas ideias, deixaria as seguintes:

- A primeira: temos um Governo que conhece mal o sistema escolar que tem de gerir.

- A segunda: temos um Governo que gere mal o sistema escolar que possui.

(Bancada do PS: Muito bem! Muito bem!)

Presidente: Dou a palavra agora ao Sr. Deputado José Ribeiro.

Deputado José Ribeiro: (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Foi distribuído pelo Governo para apreciação e aprovação nesta Câmara, o Plano relativo ao ano de 1984. Consideramos o mesmo um trabalho bem ordenado e de grande alcance económico para o desenvolvimento da nossa Região. Analisar e comparar as suas 226 páginas, constitui um trabalho difícil para leigos em planeamento. Este Plano para 84, apresenta-se distribuído

por 54 programas e a verba total de 9.077.000 contos, mais 1.857.000 contos que o ano de 83, o que representa um aumento de cerca de 25%, a demonstrar claramente o esforço do Governo em bem servir, facto pouco comum em períodos de recessão como se vive actualmente no mundo. Por tudo isto e pelo mais que adiante diremos, confiamos o nosso apoio e aprovação na generalidade ao presente Plano.

A nossa solidariedade e concordância com o Plano na generalidade, não implica que na especialidade, não lhe tenhamos algumas críticas ajustadas e construtivas, especialmente nos programas que julgamos se podia ter aprofundado mais o assunto. Por outro lado, também julgamos que todos os Srs. Deputados desta Câmara, têm, pelo menos em consciência, algo a observar em pormenor, e se ficam calados é porque outros já abordaram esses assuntos. Também julgamos que todos os Membros do Governo, gostariam de ter melhorado e até aumentado os seus programas para execução, mas incluíram apenas o que lhes foi possível fazer com justiça e dignidade, de harmonia com as verbas disponíveis.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A verba inscrita no presente Plano para 84, concede cerca de 36 contos por habitante da Região, que depois de deduzidos os 3.064.305 contos inscritos nos não desagregados, ficam 6.012.695 contos distribuídos pelas nove ilhas, cabendo assim, cerca de 24 contos per capita. Mas as acções do Governo não se traduzem em operações de aritmética, por que tem de tomar ainda opções políticas. Contudo, estas simples operações de que falamos, servem de base para analisarmos e avaliarmos o Plano à luz fria dos números, porque as opções políticas apenas pertencem ao Executivo Regional.

De um modo geral, diremos que as verbas nos parecem bem dimensionadas, e apenas a Ilha do Faial à primeira vista nos parece desfazada, mas depois de analisarmos a razão dessas verbas avultadas no Plano, verificamos que o facto reside nos 300.000 contos destinados ao acabamento do hospital, e mais 80.000 contos para o porto da Horta, o que nos leva a concordar, por se destinarem a obras em curso que têm de ser acabadas.

As ilhas melhores contempladas no presente Plano são as de Santa Maria, Graciosa, Flores e Terceira, mas todas elas com os seus portos de mar em construção, ou a construir, os quais necessitam de verbas bastante substanciais, razão porque também damos a nossa concordância e ficamos com a esperança, que um dia também será a Ilha de S. Jorge, a ter os portos que merece e precisa, aliás como aconteceu com o seu aeroporto: demorou mas chegou. Na sequência

das ilhas dotadas com menores verbas distribuídas, temos S. Jorge, Pico, S. Miguel e Corvo. Nestes programas, com uns pequenos e acertados ajustes com as verbas do não desagregados, se poderá e chegará com justiça aos mais necessitados.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Esta é a nossa análise conscienciosa, a nível da Região, onde todos vivemos, trabalhamos e pretendemos defender harmoniosamente. Na base dessa análise colhemos o coeficiente bastante para apoiarmos as opções do Governo, assim como para comentar os programas inscritos no Plano, mas desta vez a nível mais restrito, ou seja, a Ilha de S. Jorge que nos elegeram, e deseja ver aqui defendidos, com justiça e firmeza, os seus pontos de vista.

Diremos que no campo da educação, o presente Plano termina de forma satisfatória os edifícios escolares em S. Jorge. Assim, solicitamos ao Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura, para anotar o desejo do povo de S. Jorge, de ver inscrito no próximo Plano de Médio Prazo, por quem estiver à frente da Secretaria, a inscrição de um programa para a construção de uma Escola Secundária em S. Jorge, para assim se encerrar em definitivo as construções escolares. São, ao todo, cerca de 11.000 habitantes que gostariam de ter os seus filhos a estudar na ilha, até eles terminarem os seus estudos ou ingressarem na Universidade.

Os programas inscritos para a cultura, saúde, segurança social, emprego, habitação, agricultura, pescas, energia, comércio, turismo, circuitos, investigação, informação, modernização e investimentos intermunicipais, apenas desejamos que as verbas, neles inscritas, com destino à Ilha de S. Jorge sejam realizadas na sua totalidade. A nossa missão, como Deputado, é tripla: em primeiro lugar defendemos os interesses da Região; em segundo a Ilha de S. Jorge e em terceiro apoiamos a política do Governo Regional.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não gostaríamos que o titular da Secretaria Regional dos Transportes e Turismo, pensasse, e certamente não pensará, que temos qualquer má vontade contra os programas da sua Secretaria, e muito menos contra a sua pessoa. As nossas exigências, aqui trazidas, ano após ano, aquando da aprovação do Plano, e desta vez também não fugirá à regra, apenas se fica a dever ao grande atraso de desenvolvimento em que foram entregues as áreas, da Secretaria Regional dos Transportes e Turismo, ao Governo Regional em 1976. Embora se tenha realizado um grande esforço nestes 7 anos, ainda não foi possível sanear totalmente, e, certamente, ainda vai demorar mais alguns anos.

E depois das concordâncias, aqui referidas, começamos por dizer que uma das solicitações vai para o programa nº 47, referente a portos marítimos. Neste campo, a Ilha de S. Jorge não é contemplada pelo segundo ano consecutivo, havendo outras ilhas com mais e melhores portos e continuam a ter obras de certo vulto. Contudo, não contestamos o facto por constituírem as tais opções políticas, que gostaríamos também de ver tomadas para se fazer o prolongamento do porto da Calheta em S. Jorge. Com uma pequena verba se podia fazer justiça a um povo, desde sempre sacrificado, e cada vez mais harmonicamente ligado à açorianidade e à social democracia.

A outra e última solicitação, vai para o program nº 45, projecto 45.2 e 45.3, os quais desejávamos ver aumentados por, se destinarem a reparações e conservação de estradas regionais, e as de S. Jorge se encontrarem muito carentes de beneficiação, como certamente terá sido observado "in loco", pelos Srs. Membros do Governo na sua última visita àquela ilha, e esperar mais um ano pode ser deveras ruinoso.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Este é o pensar generalizado de grande número de jorgenses, de quem somos agora intérpretes nesta Câmara, onde se discutem com seriedade e se resolvem os assuntos de interesse geral para a Região. Que nos perdoem os jorgenses se não dissemos tudo o que nos pediram para trazer aqui. Ao Governo solicitamos que anote estes pedidos, porque as nossas palavras não tiveram outra intenção que não fosse uma intervenção construtiva, porque o nosso único querer e desejo, agora e sempre, é saber que todo o povo desta nossa Região vive em paz e trabalho assegurado, assim como continuarmos a servir com lealdade e honestidade, o Governo de todos nós sem nunca traírmos a defesa daqueles que nos elegeram.

Obrigado.

Presidente: Dou agora a palavra ao Sr. Deputado Carlos César.

Deputado Carlos César (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo presentes:

E já tradicional o esforço académico e as dificuldades concretas na procura de uma base razoável para a definição de uma relação entre Estado e Cultura, que preserve ao máximo a autonomia desta e reconheça e reconduza a intervenção daquele a uma função de disponibilização dos meios administrativos, jurídicos, técnicos, financeiros e logísticos, indispensáveis ao exercício do direito à cultura.

Cumulativamente, ao Estado de uma maneira geral, ou aos órgãos regionais no caso dos Açores, é exigível, perante as circunstâncias comprovadas de acentuado sub-desenvolvimento cultural, uma

actividade de animação cultural que vocacione a comunidade para a compreensão geral dos problemas numa primeira fase, e que inspire um ambiente favorável à capacidade crítica e criadora, numa segunda.

Os problemas regionais, à parte de se situarem numa escala obviamente mais aflitiva, suscitam as mesmas preocupações e a mesma problemática na ética e nos termos desse relacionamento:

- Que relação entre Cultura e Estado? Que reciprocidade de interesses existe entre as instituições do poder político e a mobilidade e a agitação culturais, numa dialéctica que é insubordinada, mas que é historicamente complementar? Descendo, aqui mesmo, à realidade geocultural que assumimos - os Açores - que razões suscitam o atraso cultural, mas, sobretudo, que razões animam o estatismo do nosso nível nesse domínio, assumindo a tradição numa perspectiva conservadora contra a criação numa perspectiva de modernidade? Em que medida é possível culpabilizar as instituições do poder político no prolongamento actual desse atraso? Que filosofia inspira um Governo que incentiva; e que filosofia inspira um Governo que gera uma atitude de alheamento perante o problema?

Não desejo ser pretencioso na exposição deste tema e não me entregarei por isso a especulações inúteis sobre o conceito de Estado, de Civilização ou de Cultura.

Assentemos, para a ideia que procuro transmitir, num conceito de cultura que possui um elemento estático e outro dinâmico (definição, obviamente, não minha). O primeiro, justamente definido pela "apropriação ou consumo de funções ou de valores criados" anteriormente, e o segundo, pela "criação ou produção de funções ou de valores novos".

As dotações orçamentais que têm acompanhado a execução do Plano a Médio Prazo e, particularmente, o Plano de 84, ilustram a qualidade das reflexões que se seguem.

Hoje, com a alteração dos valores e das funções e sob a pressão de circunstâncias imperiosas, os homens precisam de achar em si mesmos, na sua inteligência e no seu carácter, os meios que, através de um julgamento são, lhes permitem decidir-se a uma acção imediata e fecunda. Não poderiam nem poderão fazê-lo sem o desmembramento de tradições que se tornaram inúteis ou mesmo perniciosas, se cada um deles não for depositário dos conhecimentos e dos métodos da cultura.

O Governo Regional - assim penso - escuda-se, nesta matéria, no apego à tradição, na absorção desenfreada dos seus valores regressivos, porque, mais do que preservá-la, a ela tradição, o Governo se opõe à criação, desenvolvendo um conceito desta última, intimamente, ou quase exclusivamente, ligado à defesa do património

arquitectónico, como se tratasse de uma empresa de construção civil; detesta os organismos de difusão cultural, e considera, embora não o diga, a cultura popular interventiva como o "fomento do desassossego e da confusão", como uma função de "contra-poder" a que o próprio poder se não pode associar suicidariamente.

Ao mesmo tempo vai ganhando corpo esse alibi grotesco da crise económica, que considera as actividades directamente reprodutivas como alvo exclusivo das concentrações orçamentais, relegando a cultura e os assuntos sociais para um plano incomensuravelmente desprezível nas dotações sectoriais dos Governos.

A imagem do Homem culto, capaz de aprender, reproduzir, recriar, vai desaparecendo na proporção da desumanidade das políticas. O tipo idealizado começa ser o do especialista, encerrado nas paredes rígidas do conhecimento específico, desviado da complexidade humana e da subjectividade da vida colectiva, fundando um "escol" desvirtuador da legitimidade cultural e popular dos centros de decisão.

Mas é o poder conservador apenas que alimenta essa elite, nas ciências políticas, nas ciências técnicas ou do espírito. Convém ao Poder, poupar-se o orçamento, deslumbram-se as massas pela distância que os designados "tecnocratas" marcam perante o homem comum. O resto, com que o Governo alimenta as massas (e "massas" não é um conceito marxista, mas tão só sociológico), o resto é contrabando cultural por via dos mais poderosos meios de comunicação (TV e rádio), deliberadamente afoitos na inibição cultural das nossas gentes, estacionando-as na recreação burguesa e aleatória, ou no snobismo elitista dos concursos de cultura a pontos, cheios de pretenciosismos, às vezes "provincianos" no conceito de Fernando Pessoa, despertando o bocejo indigesto do popular.

A crise económica desencadeia outros factores anti-culturais que um poder obsecado alimenta. O economicismo vicioso de uma certa classe política regional desfere, sob a capa de "fazer frente à crise", o golpe fatal sobre a cultura, a sua organização e os seus meios. Os espíritos ociosos e o sebastianismo economicista espalham, na sua ficção oportunista, que o homem não se alimenta do teatro, da música ou do alfabeto, numa contradição provocada e absolutamente simplória entre "Pão" e "Cultura".

Contudo, não pretendo aqui trazer-vos manifesto futurista da revolta das letras contra os números. Mas é na cultura, ou é a partir de certo estado cultural que o homem aprende para e com o seu trabalho, que aprende a dimensão do seu esforço individual e colectivo, que potencializa as tarefas de desenvolvimento, originárias ou determinadas pelos Governos, que responde, em consciência e com a maior produtividade,

aos apelos que se lhes dirige.

A Cultura passa assim a ser, inequivocamente, o investimento mais reprodutivo de todos.

E que, entregue exclusivamente à sua profissão, como consequência do que se usa dizer "o que nós precisamos é de trabalho", o homem empobrece a sua visão das coisas, mantendo-se no domínio estreito das pequenas preocupações quotidianas. Quebra a ligação que, hoje mais do que nunca, une a conquista do pão à inteligência e o progresso de um país ou de uma região à imaginação, compreensão e criatividade do respectivo povo.

A obra de educação cultural não está resumida à educação escolar, nem é tão um discurso para convencer as pessoas, não é passar concertos esotéricos, nem conferencistas de linguagem estereotipada. A animação cultural é uma tarefa global que não dispensa investimento e requer esforço criando condições para que o grupo, a comunidade, as populações ganhem em si mesmas confiança e reflitam sobre a sua função. Digamos que a animação cultural que compete ao Governo é uma pedagogia social onde as comunidades, as populações, são sujeitos de acção e não elementos perdidos na massa a receber passivamente as transformações de que são alvo. É por isso que um poder preocupado com uma política de extensão cultural, não é, nunca, um poder empenhado na estatização da cultura, como pretende dizer o Governo no Plano, justificando o seu agnosticismo cultural.

A propagação da cultura, citarei para me furtar à pretensão de teorizar o que se encontra teorizado, deve ser considerada como um serviço público, isto é, "como um conjunto de actividades organizadas em proveito da própria colectividade e sob a sua direcção". Tende a realizar, em suma, uma fórmula popular, "produzir para o serviço e não para o lucro".

Os meios para isso existem, podem ser acrescentados, e as virtudes numa Região como a nossa de uma Televisão, seriam soberanas. A utilização adequada dessa empresa pública, cuja expressão e a audiência são enormes, de acordo, aliás, com pretensões expostas pelo Governo aquando do Plano a Médio Prazo, em que se auto-responsabilizava por "propôr e apoiar a criação de programas especiais de defesa e promoção culturais", permitiria, através da sua utilização devida, condições de relativo e prévio êxito para a difusão cultural.

Porém, a actividade do Governo Regional nesse campo tem sido - e ultimamente, sobretudo - nula. Se exceptuarmos o "dinheirinho" que o Director Regional dos Assuntos Culturais ganhou no seu programa televisivo (aliás, quanto a isso foi dos únicos casos em que a RTP gastou mais ou menos bem gasto), sobressai o apoio

às filarmónicas, que se tornou, sob a designação megalómana de "Apoio a Instituições Culturais Privadas", a extensão de um rosário grotesco característico já da nossa Região, com que se contenta ou desfeita eleitorados e se esgota a incapacidade e a pobreza da política "cultural" do Governo. Em suma, é como se dissessem: "Toquem música, mas não percebam a nossa!".

E o mesmo se passa em relação às organizações desportivas. Periodicamente, chega o dia do "Pão por Deus", em que, farisaicamente também, se enche o Jornal Oficial de subsídios sem "rei nem roque" porque é preciso gastar os zero vírgula e tal por cento com que se ia esquecendo de dotar o sector da Cultura ou do Desporto.

Reconheça-se, então, por exemplo, a colecção Gaivota - expressão da modéstia de ambições do Governo - mas atente-se, por outro lado, na pressuposta política do Governo de "valorização, divulgação e animação do património cultural público" e encontraremos uma ilustradora resposta no estrangulamento orçamental das bibliotecas, arquivos e museus. Particularmente em certas ilhas dos Açores, embora animadas aqui e ali pela maior ou menor destreza e esforço dos seus responsáveis directos, essas instituições estão todavia condenadas pela política global adoptada a autênticos sepulcros de momentos culturais fugazes, à mistura com tralha sem qualquer valor histórico ou cultural e como instituições quartadas e despersonalizadas da sua função animadora da identidade da cultura açoriana e da absorção criadora de valores.

Mas, Cultura, mesmo assim, vai além de tudo isso e vai precisamente aonde este Governo não vai ou se recusa a ir. Assumiram-se preconceitos contra a alfabetização; ofereceu-se a passividade dos órgãos regionais à desvalorização funcional da educação escolar; não se educa na defesa do património natural e cultural; não se empregam monitores culturais enveredando-se, ao invés, por uma política de abstenção formativa das populações, com consequências nefastas na sua qualidade de vida; não se obtêm protocolos para realizações e cooperação no âmbito cultural com as autarquias, porque o Governo está preso no seu egocentrismo sem quaisquer resultados à vista.

Mais ainda: Cultura, que em termos modernos nos deve proporcionar a reflexão sobre a vida humana, no que ela possui de viável para prosseguir, para se desenvolver racionalmente, para se situar comunitariamente, para lhe conferir uma dimensão de responsabilidade e de moralidade na sua própria reprodução. E a propósito, muito a propósito, submerge a questão do planeamento familiar e da educação sexual. Mas, desta última, descance a maioria que dela não falarei nesta intervenção, até porque pessoas ainda existem

que atingem as raias do paroxismo perante a impressão a cores do aparelho reprodutor humano nos livros escolares de ciências naturais, de forma rigorosamente científica e adequada à promoção consciente do aluno.

Mas, sobre o planeamento familiar, se as vossas consciências se ofendem, vítimas de um engano, não lhe dêem esse nome, mas façam-no enraizar no comportamento das nossas gentes mais humildes, não deixando que o degradante, que a miséria, que a promiscuidade, que a orfandade, que a irresponsabilidade, que a fome, que outras consequências, em cadeia, se abatam sobre muitos lares, sustentadas numa ilusão de liberdade e moralidade involuntariamente suicidas.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo presentes:

Perdoar-me-ão, assim espero, algum excesso da minha fogosidade habitual no que disse, mas não me perdoem um milímetro do conteúdo que vos procurei transmitir. Não sou, de resto, na minha qualidade de deputado, nem o primeiro nem infelizmente o último, a se referir, nos presentes termos, perante a existência ou não de uma política cultural do Governo. Recordo-lhes, ^{atq}uma comunicação publicada na Imprensa da Ilha Terceira, que havia sido aprovada por unanimidade em plenário da União das Colectividades de Cultura e Recreio dos Açores - a UCRA - em que essa instituição, com natural legitimidade, apontava sem equívocos: "a negligência evidenciada pela Direcção Regional dos Assuntos Culturais", "o pendor obscurantista que parece pretender-se perspectivar na Região", "o objecto de demagogia para o Governo que constituem as nossas filarmónicas", a ausência de apoio à actividade teatral, sobretudo no meio rural, etc..

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo presentes:

Depois de tudo isto, olhando o Plano e Orçamento, pensando nos 0,5% para o "apoio à infância e à juventude, nos 0,4% para a cultura, nos 0,6 para a investigação, nos 0,8% para a informação, em todos os zeros vírgula tais por cento com que se olham estes aspectos, não há cultura, de facto, que nos iniba de esbracejar para convosco.

Reflecti numa óptica que entendi ajustada à concepção de um socialista do direito à cultura e dos deveres do Estado. Não encontrei, num sentido global, uma resposta reveladora de uma simultaneidade de análise por parte do Governo, nesta proposta de Plano, como aliás nas anteriores.

Constato isso com naturalidade, mas, sem dúvida que não com agrado.

Muito obrigado.

(Bancada do PS: Muito bem! Muito bem!)

Presidente: Sr. Deputado, lembrava que

está a aproximar-se do fim do seu tempo.

O Orador: Muito obrigado...

Presidente: Srs. Deputados, vamos fazer uma suspensão dos nossos trabalhos por 30 minutos.

Durante este intervalo, teremos que fazer uma rápida reunião da Mesa, com a presença dos dois Vice-Presidentes e, imediatamente a seguir, eu teria um encontro com os representantes dos Grupos Parlamentares, com vista a se acertarem o que vão ser os nossos próximos trabalhos.

Estão então suspensos os trabalhos. Estaremos aqui dentro de meia hora.

(Eram 17.30 horas)

Presidente: Estão reabertos os trabalhos.

(Eram 18.10 horas)

Tem a palavra, para uma intervenção, o Sr. Deputado Vasco Garcia.

Deputado Vasco Garcia: (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Numa Região em vias de desenvolvimento como são os Açores, o papel desempenhado pelos programas de investigação e desenvolvimento experimental ou tecnológico adquirem uma particular importância. Por um lado, pelo volume dos encargos que representam, por outro, pelas repercussões que têm nas estruturas sociais, económicas e culturais.

Este Plano e Orçamento/84 dá-nos assim a oportunidade de reflectir sobre os valores da nossa Investigação de Desenvolvimento (ou ID, como é comum designar-se) quando comparados com os de outros países e mesmo com os do nosso País.

O valor médio da relação entre a ID e o Orçamento dos países da CEE anda à volta dos 3%. A ID representa, em termos orçamentais, 4% para a Alemanha Federal, 5,1% para a França, 1,3% para a Itália e 1,1% para a Irlanda. Em 1980, o peso da ID no Orçamento português foi de 1,1%, aproximadamente, dado que é difícil obterem-se dados exactos.

Na Região, as verbas atribuídas à ID podem-se considerar confinadas, em 1984 praticamente à Universidade dos Açores e às verbas de investigação dos sectores de apoio, na rubrica 15, dotada com 51.500 contos.

Esta verba para investigação científica e técnica engloba apoios à agro-pecuária, pescas, planeamento e outros.

A Universidade dos Açores, inicialmente, parecia ir ficar dotada com cerca de 320.000 contos (incluindo quase 60.000 dos Serviços Sociais Universitários) conforme se pode ver na proposta de Orçamento/84 da Secretaria Regional de Educação e Cultura.

Os últimos valores que conhecemos dão um total de 293.177 contos, incluindo os Serviços Sociais Universitários. Isto significa uma diminuição de 11% nas despesas correntes e de 32%

nas de capital.

Se adicionarmos estes dados, teremos que o ensino superior e a investigação dos sectores de apoio andam à volta dos 350.000 contos. Isto significaria que a relação entre a ID e o Orçamento regional seria de 1,8%, logo mais 2/3 da média da CEE (que repito é 3%) e mais 0,7% do que o resto do País (esta, de 1,1%).

Mas destes quase 300.000 contos da universidade só 250.000 são realmente para o ensino e a investigação funcionarem, pois, pelo menos 50.000 serão afectos aos Serviços Sociais Universitários.

Dos 250.000, 190.000 contos deverão ser de despesas correntes e 60.000 de despesas de investimento. Como só com muito boa vontade metade das despesas correntes irão para a investigação, a ID universitária terá quando muito 150.000 contos, compreendendo-se aqui que os laboratórios são unidades de ensino e investigação.

Temos assim, com os 50.000 contos dos sectores de apoio, 200.000 contos: ou seja, em relação ao Orçamento regional, a ID representa aproximadamente 1%, precisamente 1,05, próximo do valor nacional e cerca de 1/3 do valor médio da CEE.

Não nos parece brilhante, mas é provável que não possa ser de outro modo. De qualquer forma, esperemos que seja, pelo menos, transitório.

Resta ainda, neste sector, fazer um outro reparo: em Portugal, o peso das despesas correntes em relação às de capital, no ensino superior, oscilou entre os 85 e os 90%, com tendência para a diminuição das despesas de capital, estas nunca excedendo os 15%.

Na Universidade dos Açores, as despesas de investimento expostas no Plano e Orçamento/84 representam 20%, ou seja 5% acima do máximo nacional. Numa instituição dividida por três polos, dividida pelo mar de si própria e das suas congéneres portuguesas, é de surpreender agradavelmente. Seria de esperar um muito maior peso das despesas correntes, dadas as viagens, as despesas administrativas, as dificuldades de gestão. De resto, em fase de recessão económica, será sempre de esperar uma diminuição das despesas de capital, com o consequente aumento relativo das despesas correntes.

Impõe-se assim à Universidade uma extrema racionalização dos seus recursos, concentrando o ensino em vez de o dispersar, investindo prioritariamente nos projectos criadores de riqueza e desenvolvimento económico, em suma, em projecto do sector produtivo.

E eu queria fazer aqui um pequeno parentesis, porque não quero deixar de lado a cultura - para dar a César o que é de César - nem quero, de modo nenhum, pensar que a Universidade será

uma fábrica de professores - para dar a Sousa o que é de Sousa -.

(Risos)

O Orador: Os meios para o fazer, se não houver desmesuras e houver bom senso, se pensarmos nos Açores e não em ilhas, se pensarmos em todos e não em cada um.

Ninguém melhor que a Universidade para dar o exemplo, neste como noutros campos e é por isso também que ela conta com o Governo para dotar com os meios necessários às suas tarefas. Silenciosas, ingentes, por vezes ingratas e incompreendidas: mas também aliciantes, como aliciantes são as tarefas a semear agora para colher no futuro.

(PSD e Governo: Muito bem! Muito bem! (palmas)).

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura.

Secretário Regional da Educação e Cultura (Reis Leite): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

O Governo Regional apresenta ao Parlamento, uma Proposta de Plano e Orçamento, anual, para 1984. Insere-se esta proposta, obviamente, no seguimento do projecto de Plano, aqui aprovado, a Médio Prazo. E não se pode, logicamente, pedir que se tragam aqui propostas que não sejam na sequência daquelas que foram discutidas e aqui aprovadas quando se discutiu o Plano a Médio Prazo.

A proposta referente ao ensino, à educação e à cultura, continua a defender linhas de opção e, obviamente, governar é optar. Nós temos plena consciência de que não podemos fazer tudo ao mesmo tempo. E, quando se propôs, como linhas de orientação básica, a insistência na educação e no ensino básico obrigatório, o Governo teve consciência de que iria deixar para mais tarde - se bem que não deixasse de intervir também nessas áreas - outros graus de ensino, que não deixa de ter consciência de que são fundamentais.

De forma que, quando o Sr. Deputado Dionísio de Sousa, por exemplo, aqui nos vem apresentar - como que tendo descoberto a pólvora - que fica mais descuidadamente tratada, na nossa proposta, o ensino pré-primário, e que ele é fundamental, pois, não traz, efectivamente, uma novidade.

A opção - e é uma opção consciente do Governo - é, efectivamente, a nível do ensino obrigatório.

O Governo entendeu de que, no ensino, devia caminhar paralelamente, para colmatar situações gritantes que existiam no arquipélago. E, quando optou, para poder construir uma rede de escolas que permitisse ultrapassar as verdadeiramente escandalosas situações que existiam em todas as nossas ilhas, basta lembrar - e várias vezes aqui tenho invocado esta situação

- de que, quando o Governo Regional tomou a responsabilidade nestes sectores, não havia uma única escola preparatória instalada em edifício próprio.

Havia ilhas do arquipélago onde, efectivamente, o ensino preparatório - já então obrigatório - já não existia.

Havia ilhas onde esse ensino, ainda que existisse, era exercido por colégios particulares - o que não é mal, antes pelo contrário - que limitavam a sua acção a um pequeníssimo e reduzíssimo número de alunos de centros urbanos. Isto é, dedicavam-se - numa situação que eu invocaria como de ensino jesuítico - a preparar as elites das vilas burguesas do arquipélago dos Açores.

Pretendeu o Governo Regional permitir condições para que o ensino básico obrigatório efectivamente se fizesse no arquipélago, e não venha o Sr. Deputado Dionísio de Sousa agora malbaratar os elementos e dizer-nos que: sim, o Governo veio construir as escolas, mas não é construindo as escolas que se resolve o problema.

O Governo não fez só isso, tem tido a sua acção, insistentemente, virada para situações de preparação de professores - de acompanhamento de continuação pedagógica, de troca de experiências pedagógicas a nível dos professores - consciente de que é, antes de mais nada, no homem - nos alunos, nos professores, no pessoal auxiliar e em todas as pessoas empenhadas no desenvolvimento do ensino - que está a mola real do desenvolvimento do ensino, mas também não esquece que não é em escolas que são pardieiros, que não é em escolas que chove dentro, que não é em escolas que não têm material didáctico que, alguma vez, se fará ensino de qualidade.

De forma que não posso deixar de tomar, como uma situação de tentar baralhar os dados para tornar a dar, que se pode atirar areia para os olhos das pessoas - enfim, da opinião pública açoriana - porque, obviamente, o discurso do Sr. Deputado dirigiu-se, antes de mais nada, para fora desta Câmara e não para esta Câmara. Não acredito que pretendesse baralhar os Srs. Deputados, enfim, seria, absolutamente, uma situação absurda, mas as pessoas, não estão de olhos fechados, apercebem-se e sabem que o Plano do Governo, nestas áreas, é englobante.

Efectivamente, os dados disponíveis que nos possam permitir analisar os resultados desta política que se vem exercendo e que se vem completando nos sucessivos Planos do Governo, são claras.

O Sr. Deputado quando pega num documento emanado do DREPA, que traz dados estatísticos e informações que, manifestamente, são importantes, que são um esforço significativo das áreas técnicas que apoiam o Governo Regional, que vêm, pela primeira vez, divulgar dados estatísti-

cos precisos sobre o ensino no arquipélago e, num malabarismo (já aqui hoje, mais de uma vez, alguns dos Sr. Deputados do Partido Socialista falaram em circo, eu diria que no circo o artista de malabarismo saiu-se mal) vem baralhar os dados que são apresentados, vem fazer comparações com dados anteriores, sequer, à existência do Governo Regional, sabendo - porque não pode, efectivamente, ignorá-lo - que os dados disponíveis para essas décadas dos anos 70, eram dados do Instituto Nacional de Estatística, dados que não tinham qualquer precisão, dados que eram apanhados de forma imprecisa nas capitais dos ex-distritos e que não correspondiam senão a uma aproximação.

Ao mesmo tempo, vai servir-se umas vezes de números, outras vezes de percentagens, para o dizer - quando lho convém, obviamente - umas vezes falando no número global, outras vezes falando numa percentagem, esquecendo-se de dizer que toda esta apreciação, pela primeira vez, pode ser feita e apresentada com dados recolhidos, por um lado, directamente nas escolas:

- Pela primeira vez se pôde apresentar dados gráficos (e estes gráficos, creio que são, efectivamente, importantes para virem demonstrar, por exemplo, o acesso dos alunos que saem da escola primária para o preparatório);

- Pela primeira vez se pôde fazer esses gráficos com base em recolhas directas, em cada uma das escolas preparatórias do arquipélago.

Por outro lado, é óbvio que com as dificuldades e a insuficiência de dados disponíveis - porque ainda não sequer estavam, nesta altura, disponíveis os dados do último censo - muitas percentagens se tiveram que encontrar com projecções da própria população.

Creio que se menosprezou um documento que é fruto de muito trabalho e que vem trazer dados, muito positivos, de que se vive, efectivamente, no arquipélago - tal como se afirma nesta Proposta do Plano - pela primeira vez, uma situação em que se cumpre, efectivamente, a escolaridade obrigatória, em que o acesso aos graus de ensino, com incidência especial no ensino obrigatório, se faz também pela primeira vez, com possibilidades de atenuar divergências e situações de manifesta injustiça que se vivia no nosso arquipélago.

Tudo isto acho que se pode e se deve realçar e que estes dados estatísticos disponíveis o vêm, efectivamente, provar, ou seja, que a política proposta e seguida pelo Governo, nestas áreas da educação, traz dados de grande avanço, com possibilidades, efectivamente, de acesso ao ensino obrigatório e que se abrem perspectivas reais para a possibilidade de, sem sobressaltos - pelo menos sem os sobressaltos que existiram nos anos 60, ao criar-se a obrigatoriedade do ensino preparatória - se poder, em qualquer

altura, tornar a escolaridade obrigatória em nove anos.

A existência, hoje em dia, de escolas em todas as ilhas e em todos os concelhos, com possibilidades de acesso a nove anos de escolaridade, com todas as insuficiências que algumas dessas escolas têm, insuficiências, antes de mais nada, humanas, mas supridas, muitas vezes por um esforço e por uma tenacidade da parte dos professores que lá estão e com consciente apoio da parte pedagógica da Secretaria Regional da Educação e Cultura, tem sido possível abrir o acesso a esses nove anos de escolaridade.

Não querer ver isto, negar isto, dizer que isto é uma pura especulação demagógica da parte do Governo é, efectivamente, não querer ver nada.

Não se esquece o Governo de que a sua opção, pelo ensino obrigatório, não pode deixar na penumbra algumas áreas que, aliás, aqui foram invocadas e que a minha divergência não será de fundo.

Que não tenho nada a opôr, não o nego de forma nenhuma, que a escolaridade pré-primária, que a possibilidade de, a partir dos 3 anos as crianças poderem ser acompanhadas e integradas num mundo de sociabilização, tem grandes vantagens. O Governo não esquece isso.

O Governo, também por esses dados estatísticos disponíveis tem, aliás, arrancado neste ramo do ensino, de forma a ter até percentagens bem mais elevadas do que tem nos outros ramos mas, obviamente, que as tem porque partiu do zero, partiu do nada, enquanto que na escolaridade obrigatória - tanto do primário como do preparatório - não partiu, efectivamente do zero. Simplesmente, não é possível fazer um esforço de investimento - nem a nível de construções, por um lado, nem a preparação e acompanhamento de pessoal, por outro - igual em todas as frentes. Teve que se optar.

E, contudo, preciso também não esquecer que, precisamente e por exemplo, no pré-primário, o Governo pôde, aliás, também com um esforço grande, abrir um curso de preparação de professores para o pré-primário - coisa inédita nas ilhas - e que vai permitir que cada uma dessas escolas, que se tem aberto, se abra com a certeza de que, logo à partida, tem condições ideais coisa que não se passou, nem sequer, no ensino primário obrigatório e quanto ao secundário, o bom é nem se falar nas condições em que ele se abriu -.

Por outro lado, as propostas do Governo têm, efectivamente, assentado também nalguns instrumentos importantes de correcção de anomalias: anomalias económicas; anomalias sociais; dificuldades reais de acesso à escola; dificuldades de progressão dentro do sistema de ensino;

que eram pautadas, não pelas capacidades intelectuais de cada um, mas sim por atavismos de vária ordem que não permitiam que as pessoas tivessem acesso ao grau imediato de ensino.

Tudo isso, na nossa Região, sem se ter atingido - é preciso que se diga - o estádio ideal, em que toda a gente pode, livremente, ir para qualquer universidade (isso não é assim, efectivamente) mas, tem sido com base numa política, proposta pelo Governo Regional, assente no Serviço de Acção Escolar que me parece que tem sido um dos elementos mais importantes usados pelo Governo, que se tem corrigido essas anomalias, através de transportes gratuitos para a escola, de assistência, na escola, com alimentação às crianças, porque temos consciência que uma rede escolar, do preparatório e do secundário, não pode, infelizmente, ser como uma malha tão apertada como nós gostávamos.

E preciso transportar crianças que saíam cedo de casa; que ficam fora de casa na hora do almoço; que, certas vezes, regressam a casa tarde, por estradas difíceis, cansadas. A Acção Social Escolar permitiu corrigir tudo isso e montar, efectivamente, um sistema de apoio em que se vão esbatendo e se vão diluindo estas deficiências e estas insuficiências da nossa sociedade.

Não se pode pedir, nem também é essa sequer a nossa linha de orientação, que através duma varinha mágica - essa varinha mágica, às vezes, toma outros nomes - se pudesse, dum dia para o outro, fazer afastar a sociedade velha, a sociedade que não serve e, no outro dia, fazer nascer - saindo pelo sol de leste, possivelmente - uma nova sociedade, em que tudo estava perfeito, em que tudo estava correcto, em que as escolas eram as ideais, os professores tinham sido possivelmente eliminados por esse sol e, de repente, tinham ficado, efectivamente, a todos os níveis - científico e pedagógico - o melhor que havia.

Tenhamos a proporção e a medida. Tomemos, nas nossas mãos, as dificuldades reais e tentemos, com coragem, ultrapassá-las.

E esta é a proposta do Governo, no sector da educação e cultura. E este programa que tem vindo a ser seguido. E este programa que tem resultados que são, no meu entender, importantes, reais, pela primeira vez palpáveis na sociedade açoriana e que têm vindo, num esforço - mais uma vez o realço - digno de admiração dos sectores técnicos de apoio ao Governo, a ser, sucessivamente, postos à disponibilidade dos Srs. Deputados e da opinião pública, para informação.

Se, efectivamente, as pessoas querem e pretendem pegar nesses documentos, dessecá-los e tirar-lhe só a parte negativa, que eles têm - ninguém o nega - (reconheço e conheço

nestes documentos a insuficiência da recolha dos dados estatísticos, mas são os possíveis neste momento) e querer dizer que eles de nada servem ou que eles são uma contradição, que só vêm provar que o Governo está-se a afastar das linhas que propôs e que os resultados são negativos, não me parece correcto. Parece-me, aliás, uma injustiça antes de mais nada.

Eu gostaria e não queria deixar, de forma nenhuma, de responder, de uma forma mais directa e sem ser incluído nesta exposição global que pretendo fazer da chamada de atenção para os projectos e os planos que aqui foram apresentados, uma vez que me dispense de repetir o que ficou escrito e o que ficou apresentado nos documentos.

Os documentos entraram nesta Câmara nas datas previstas pela lei. Obviamente os Srs. Deputados sobre eles se debruçaram, os leram, os estudaram e têm ideias concretas. Seria uma estropícia da minha parte pretender vir aqui explicá-los.

Isto não se trata duma explicação para meninos que não tenham entendido aquilo que diz o livro.

Pretendi, simplesmente, apresentar alguns dos aspectos que me parece serem de realçar nesta proposta.

Por isso gostaria de responder, concretamente ao Sr. Deputado Dionísio de Sousa, sobre algumas das - que não foram perguntas porque o Sr. Deputado não pôs a tónica na interrogativa - críticas, algumas delas acintosas, que foram feitas às nossas propostas.

Creio que alguns dos campos que tocou, eu próprio também, na minha exposição, já tive ocasião de dar a minha opinião sobre eles: o problema das estatísticas, a forma como se serviu dos números e a forma como apresentou a sua visão pessimista destes números disponíveis.

Também já lhe disse que, sinceramente, entendia que os passos dados, pela política do Governo, no sentido de permitir uma efectiva escolarização de nove anos, são reais; são passos seguros e são passos que permitirão, em qualquer altura - repito - poder-se estabelecer na Região nove anos de escolarização sem sobressaltos.

Presidente: Era só para lhe dizer que se aproxima o fim do período regimental.

O Orador: Perante este aviso e não querendo deixar de reforçar também...

Presidente: Lembro ao Sr. Secretário Regional que tem direito a uma segunda intervenção.

O Orador: ...ainda dentro deste aspecto do ensino, o esforço que se fez para poder aumentar o número de ^{do ensino primário, na estrutura} candidatos a professores das escolas do magistério primário actuais. Isto não invalida que o Governo possa ter, e tenha, planos para vir a encontrar uma forma mais alargada de preparação científica e pedagógica.

Presidente: Sr. Secretário Regional, peço desculpa por interromper, mas era para lhe dar uma boa notícia. Acaba de ser chamada a minha atenção, pelo Sr. Secretário da Mesa, para o facto de que o autor ou autores do projecto tem direito, na primeira vez, a usar da palavra por 30 minutos.

Como se trata dum Membro do Governo Regional que é co-autor do projecto do Plano, será esse o entendimento a seguir-se.

O Orador: Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra.

O Orador: Isso permite-me, efectivamente, poder tomar um certo alento e alargar as minhas considerações. Os Srs. Deputados é que talvez nem todos fiquem contentes e terão que me ouvir por mais tempo.

(Risos)

O Orador: Dizia eu que os incentivos que o Governo encontrou para poder refazer o interesse pelo acesso às escolas do magistério primário, não pondo de parte que no futuro possam vir a encontrar-se formas de preparação, pedagógica e científica, para os professores do primário, também a nível de escolas superiores de educação, como estão sendo planeadas e para as quais a Região está preparando os corpos docentes, não são razão - e creio que é depreciativo para se vir dizer que não se encontrou nada melhor, senão o problema dos subsídios.

Tanto os incentivos deram resultado que as escolas do magistério primário, presentemente têm, outra vez, um número significativo de alunos. O que me alegra a mim e, certamente, alegrará também os Srs. Deputados, inclusivé o Sr. Deputado Dionísio de Sousa que, para além de Deputado e tal como eu, é professor e, certamente, o é por gosto e por dedicação.

Nestes êxitos da política do Governo, nestas áreas, encontrará também gosto de que se possam vir a assegurar aquilo que me parece fundamental em qualquer sistema de ensino que é a possibilidade de professores, científica e pedagogicamente bem preparados, disponíveis para irem e poderem estar em todas as áreas do nosso arquipélago porque, certamente, também têm consciência de que o grande problema - e creio que é importante afirmar-se isto - não é a falta de número de professores, é a dificuldade de encontrar disponibilidade e dedicação - apesar de compensações que são importantes e que não se pode pedir que as pessoas prescindam delas - de poder continuar a ter um trabalho que é de base e indispensável, e de ir para qualquer zona do arquipélago. E, ser professor primário, em certas zonas do arquipélago é, a todos os títulos, difícil e devemos reconhecer nessas pessoas, um dos factores fundamentais para o sucesso e para o êxito de qualquer proposta dum sistema de ensino.

Por isso me parece que afirmar-se que as escolas do arquipélago, a qualquer nível e principalmente a nível do primário, são repulsivas é um injustiça.

As escolas não são repulsivas. O Governo tem feito todo o possível por tornar essas escolas agradáveis, abertas efectivamente à comunidade e que o acesso à escola, o gosto por ir para a escola, seja efectivamente um gosto e não deixe, em nenhum dos futuros cidadãos, traumas como deixou nalgumas gerações anteriores.

Quanto às perguntas que alguns Srs. Deputados fizeram ontem, nomeadamente o Sr. Deputado Renato Moura pôs um ponto - se bem que numa situação pontual e concreta, em relação à Escola Preparatória das Flores - que é importante: o problema dos desdobramentos das escolas.

O Governo tem uma orientação neste sentido de que não se deve persistir na perniciosa situação de regimes duplos. A escola tem uma função educativa global importante que não se compadece com a concentração de horas, numa manhã ou numa tarde, para que o menino seja o receptáculo de teorias científicas ou pedagógicas.

A escola tem uma função globalizante de educação que necessita, efectivamente, de todo o tempo e, por isso, os nossos planos têm sido feitos no sentido de não haver desdobramentos em nenhum grau do ensino mas, efectivamente, este estádio ideal para se atingir, tem as suas dificuldades. E, entre optar por ir deixar de construir escolas onde elas não existem de maneira nenhuma, ou estavam em verdadeiros pardieiros, para se encontrar uma solução de não desdobramento em certas concentrações urbanas, onde há uma pressão sobre as escolas, efectivamente que o Governo optou por construir as escolas onde elas eram necessárias, mas, construindo sempre, com a ideia de que elas não devem funcionar em desdobramento.

No caso concreto das Flores - e gostaria de responder ao Sr. Deputado Renato Moura - a intenção é que a escola não funcione em desdobramento. Simplesmente, este ano lectivo, pela mudança da escola, muito em cima da abertura do ano lectivo, pelas dificuldades que se tinha, até em saber se aquele edifício estaria ou não disponível na data da abertura da escola, foi preciso montar um sistema de horários, de transportes, ainda com as disponibilidades da escola antiga e não foi possível ainda mudá-lo para um tempo sem ser em desdobramento, o que é nossa intenção.

Por último, gostaria também de fazer algumas reflexões nas áreas da cultura e do desporto, que aqui foram tratadas pelo Sr. Deputado Carlos César, em termos que eu me permitiria dizer: essencialmente teóricos, talvez um pouco pretenciosos.

Já hoje foi aqui louvada a juventude do Sr. Deputado Carlos César por um dos meus colegas. Eu diria que o Sr. Deputado nestes campos parece que tinha descoberto a alegria adolescente da leitura de certos manifestos que fizeram furor em Lisboa nos anos 10 do nosso século.

O Sr. Deputado trouxe-nos aqui uma visão, à que lhe chamou a do "desassossego". A cultura, efectivamente, é desassossego e não há dúvida que a leitura o deixou desassossegado...

(Risos)

O Orador: ...porque o "Manifesto anti-Dantas" que tanto o parece ter impressionado, e no fundo essa sua "guerra sagrada" à cultura tradicional, a um certo tradicionalismo que o Sr. Deputado entendeu ser conservador - palavra horrível -...

(Risos)

O Orador: ...não é essa, efectivamente, a minha visão.

Eu acho, tenho defendido e continuo, efectivamente, a defender que a cultura é, antes de mais, atrevida e desassossegada. Deve ser, efectivamente, um continuo renovar e uma insatisfação. A cultura, por isso mesmo, não pode ser estatizada, e nisso estamos de acordo.

Não é função dos Governos fazer cultura. Af creio que estamos todos de acordo. Mas também creio que não se pode passar uma esponja por cima dessa cultura que foi, e é, no meu entender, o sustentáculo do nosso entendimento - como um povo, com uma aspiração própria e com expressões próprias de cultura -.

Não é em formas anquilosadas e repetidas de formas tradicionais, certamente, que se encontrarão incentivos à cultura, mas acredito que é na inspiração dos modos tradicionais da cultura açoriana, e é com base nessas formas, ao longo dos séculos acumuladas, que os nossos intelectuais modernos, sem negarem a modernidade, sem negarem os "manifestos anti-Dantas", e é bom que eles apareçam e que nós pudéssemos falar num manifesto, anti-César, não digo...

(Risos)

O Orador: ...mas, anti-algum dos nossos cultores tradicionais da cultura e pudéssemos encontrar novas formas de criação.

Eu permitir-me-ia aqui fazer um destaque, por exemplo, para intelectuais e artistas açorianos que, ao longo dos tempos, bebendo nessa fonte inesgotável que é a cultura tradicional, souberam recriar, de novo, os Açores. Já para não falar de Vitorino Nemésio, poderia, entre os modernos, falar em dois nomes, um na poesia e outro na prosa que, manifestamente, têm-se inspirado nessa tradição e têm sabido fazer dela a modernidade da açorianidade, por exemplo, Alamo de Oliveira, Cristovão de Aguiar. E creio que são nomes suficientemente conhecidos, a

nível da cultura e a nível do seu desapego ao poder instituído que, em nada, vêm levantar suspeitas de conúbio, entre a Secretaria Regional da Educação e Cultura e estas posições e formas de encontrar na inspiração tradicional, a forma de modernidade.

De resto, tomo efectivamente alguns dos aspectos aqui trazidos e apresentados, como formas ditas, antes de mais nada, pela tal juventude do Sr. Deputado Carlos César. Certamente, não quis atingir as nossas instituições culturais, quando lhes pôs adjectivos tão pouco próprios dessas instituições que, a todos os níveis, desde velhas instituições culturais, em formas de academia, até instituições de raiz, efectivamente, populares, são, no meu entender - e creio que muitos açorianos pensam e sentem isso - os pilares mais sólidos de uma forma de animação cultural no arquipélago, nomeadamente as filarmónicas.

Chamar a alguns dos nossos incentivos - da nossa disponibilidade de apoio às filarmónicas, por exemplo - um "rosário grotesco", enfim, é uma flor de retórica, talvez boa para o "Manifesto anti-Dantas".

Efectivamente que não descobriu a pólvora quando diz que os nossos museus e as nossas bibliotecas se debatem com dificuldades orçamentais, mas, esqueceu-se de dizer que, quando o Governo Regional tomou posse nos museus e nas bibliotecas dos Açores, não havia um único técnico especializado. Presentemente, todas elas têm um quadro técnico. Isso, por exemplo, podia ser uma forma de contrabalançar, concretamente, as tais dificuldades orçamentais que existem porque, quando se tomou, em mãos, bibliotecas como, por exemplo, a Biblioteca e Arquivo de Ponta Delgada, com um riquíssimo acesso de documentação, sem ter à frente uma única pessoa com qualquer formação, e dizendo que, dos seus funcionários, a maior parte não tinha mais do que a 4ª classe, sem desprezar, em nada, o trabalho dedicado que essas pessoas fizeram ao longo de anos, pedir que eles fossem os organizadores duma biblioteca e dum arquivo destes, enfim, era pedir o impossível, efectivamente. De forma que creio que estas coisas têm que ser vistas numa perspectiva de continuidade dum trabalho.

Ninguém gostaria mais do que eu de poder, efectivamente, vir anunciar e propôr que, os museus e as bibliotecas dos Açores, tivessem verbas à sua disposição, muito maiores do que aquelas que têm.

Não posso, efectivamente, aceitar e acho que é uma injustiça dizer que alguns dos nossos museus têm nas suas colecções "tralha sem qualquer valor histórico e cultural". E efectivamente, demais. E ir atrás das palavras.

Presidente: Sr. Secretário, era para dizer

que meia hora...

O Orador: Acabou.

Presidente: ...está-se aproximando a passos muito largos.

O Orador: Muito obrigado e eu termino também.

Gostaria só de fazer uma chamada de atenção a outro aspecto que aqui foi focado, nomeadamente ao desporto.

O esforço que o Governo tem feito no desporto parece-me importante e parece-me uma leitura também precipitada e superficial, dizer-se que se limita a subsídios "sem rei nem roque".

Efectivamente que na leitura do Jornal Oficial, onde vêm publicadas portarias de subsídios, verificar-se-á que não significam mais do que uma forma, administrativamente aceitável, de poder passar, claramente, com o conhecimento de todos os cidadãos, dinheiro para associações desportivas. Instituições que, no fundo, são no nosso entender, as que devem movimentar o desporto.

Também entendemos que o desporto não deve ser estatizado e que a Região não aspira a ter representações oficiais de desportistas, para ganharem provas, sejam elas nacionais, regionais ou internacionais.

O desporto é uma forma de complementação do prazer de viver. E isso que pretendemos que o desporto seja.

Não poderia também deixar, para terminar, de chamar a atenção para a maneira incorrecta e injusta como aqui foi tratada a Universidade dos Açores, dizendo-se que a Universidade se preocupava mais com as aspirações do seu corpo docente do que com as necessidades da Região Autónoma dos Açores. Não é verdade, e é uma injustiça, na medida em que, precisamente a Universidade dos Açores, tem sabido dignificar, por um lado, a sua função de Universidade e pretender ser uma Universidade à maneira das universidades clássicas, não pode ser atirado em cara à Universidade, como uma forma de inferioridade, antes pelo contrário.

Quando a Universidade procura investigar e fazer investigação aplicada, em zonas e áreas tão importantes como, por exemplo, a agro-pecuária ou as pescas, não está, manifestamente, a tentar satisfazer os seus investigadores.

Antes pelo contrário, tem tentado procurar e formar um corpo de investigadores que venham, precisamente, servir essas áreas em que a Região necessita, e nega-se, nomeadamente, o trabalho, muito sério e muito pautado, que a Universidade tem feito em áreas de investigação, nomeadamente com Secretarias Regionais do Governo.

Note-se, por exemplo, que um ilustre membro desta Câmara optou - e optou creio que correctamente - por deixar de aqui exercer a sua actividade política, precisamente, para se ir formar

numa área que é da maior importância para o futuro da Região, nomeadamente as pescas e, sinceramente, creio e espero que o Sr. Engenheiro Martins Goulart possa vir a dar ainda um contributo muito importante ao desenvolvimento do polo universitário da oceanografia.

Sr. Presidente, muito obrigado.

(Palmas do PSD e do Governo)

Presidente: Sr. Deputado Dionísio de Sousa, pede a palavra para?

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Para um protesto e para fazer algumas perguntas ao Sr. Secretário.

Presidente: Tem a palavra para o protesto e formular perguntas ao Sr. Secretário.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): O protesto será breve, uma vez que, enfim, não estamos aqui para responder a um malabarismo com outro malabarismo. Vou apenas anotar algumas circunstâncias curiosas.

Eu fui acusado de usar números de forma desprestigiante para o documento que os traz e para o esforço que foi feito na colecção desses números; mas, eu utilizei os números, contrariamente ao que aconteceu com o Sr. Secretário que persistiu em afirmar, não com base em números, não os manipulando, mas não demonstrando uma única das afirmações que fez sobre as minhas pretensas manipulações.

Efectivamente, suponho que toda a gente pôde notar isso. Eu utilizei os números, utilizei-os claramente, portanto com base neles era possível comprovar que determinados números tinham sido mal utilizados, manipulados, pretendiam dizer uma coisa e tinham sido utilizados para provar outra. Foi isso o que foi afirmado pelo Sr. Secretário, repetidamente, longamente, mas sem qualquer comprovação.

Podem ser postas dúvidas sobre aquilo que fiz, mas pretendi fundamentar, justificar e com dados oficiais disponíveis. Fiz a crítica a esses dados e fi-lo numa crítica comparativa com números anteriores. Não vou repetir essa crítica, ela foi bem clara.

Há coisas, acerca das quais pedi esclarecimento a várias pessoas e não consegui resposta, nomeadamente a tal taxa de escolarização que não consegui saber o que era e ninguém me conseguiu, efectivamente, elucidar sobre isso.

Eu voltava a lembrar esses números. Aliás, pretendi falar para toda a gente que estivesse disponível para ouvir, mas atribuir-me a intenção de falar, não para esta Assembleia mas para o público que nos ouça, esteve totalmente fora de cogitações. Eu quis, efectivamente, falar para esta Assembleia e chamar-lhe a atenção para alguns números.

E, ou não, preocupante que haja uma taxa de reprovações de 50% no ensino primário? E,

ou não, preocupante?

- E, para a UNESCO, quando vem a Portugal e observa que há uma taxa de reprovações de 25%. Embora possam ser lançadas dúvidas sobre os números portugueses, fica a UNESCO preocupada.

Suponho que, quando constatamos um estrangulamento logo no início do sistema escolar, em ordem de 50%, é caso para nos preocuparmos. Ou não será?

Considerando isso e conjugando-o com os restantes números, é possível dizer-se, sem quaisquer reticências e dúvidas, que estamos a cumprir a escolaridade obrigatória?

- Não é possível, até porque os números de prosseguimento de estudos provam isso. Estão aqui à minha frente.

Está aqui o quadro do prosseguimento de estudos, do primário para o preparatório:

- Em 79/80, 86% dos alunos passaram do primário para o preparatório;

- Em 80/81, 87,1%;

- Em 81/82, 88,6%.

Lembro que a UNESCO ficava preocupada quando via em Portugal uma taxa de 20%. Nós temos aqui taxas de abandonos da ordem dos 13% e 14%. E para ficarmos, ou não, preocupados ou é para dizermos que estamos a cumprir a escolaridade obrigatória, ao nível do ensino preparatório?

A UNESCO preocupava-se em relação ao prosseguimento de estudos no secundário, uma vez que havia uma perda de 2% do preparatório para o secundário. Sabem - está o documento aqui - quantos alunos passam do preparatório para o secundário?

- Em 79/80, passaram 69,2%;

Em 80/81, 71,9%;

- Em 81/82, 73,2%.

Esse número ronda os 30%.

Portanto o máximo que se pode dizer é que, neste momento, há edifícios que permitirão o prolongamento dos estudos, se chegarmos à escolaridade obrigatória de nove anos, mas, não se esqueçam, também a UNESCO dizia que havia uma mentalidade, em relação ao ensino obrigatório, e um comportamento do sistema escolar, como se o ensino obrigatório fosse apenas de 4 anos e não de 6.

Logo, esses 30% significam que, não por causa das escolas mas por outras circunstâncias, nós não poderemos dizer que temos, neste momento, perspectivas encorajadoras de ultrapassar essa taxa dos 30%.

Também não creio que se possa - e foi, praticamente a única crítica que eu fiz a esse documento - tirar uma conclusão que é, efectivamente, revoltante, ou seja, o dizer-se que, pelo facto de haver taxas de aprovação de 50% no ensino primário; de 67,9% no básico preparatório; de 47,2%, embora o número normal seja de 60%,

no secundário; estamos perante um sistema escolar "em que se assiste a uma gradual melhoria na qualidade de ensino e a um maior grau de exigência, no que concerne ao seu aproveitamento por parte dos alunos".

Estamos, sim, perante um sistema escolar repulsivo para os alunos, e num sistema escolar em que se começa a estrangular na ordem dos 50% no ensino primário, o que é que resta, senão duas pessoas com grau universitário no fim.

Isto é preocupante e suponho que se justifica, não para a população que me ouça mas sim para esta Assembleia, como uma reflexão. Foi essa reflexão que, ao contrário do subentendido, perfeitamente falacioso, do Sr. Secretário, ao dizer que eu não estava falando para esta Assembleia.

Estava falando para esta Assembleia, estou falando para esta Assembleia, utilizei os números, fiz a crítica, baseada nos números, que entendi fazer porque, realmente, encontramos em documentos com dois ou três anos de distância entre si, diferenças, entre a mesma taxa de frequência na ordem dos 5% e mais.

É caso para chamarmos a atenção para isso também, e suponho que não justifica as chamadas ao "sol de leste" e a outras figuras, mais ou menos injustificadas e perfeitamente gratuitas, que foram aqui invocadas pelo Sr. Secretário - essas, sim, com manifesta intenção que não pode ser para esta Assembleia, certamente-.

Para além disso - e eu não queria responder a um malabarismo com outro, por isso mesmo, vou ficar por aqui - desejava apenas acrescentar mais algumas perguntas, para o Sr. Secretário, relacionadas agora com o seu sector. Portanto, perguntas que, de acordo com o sistema ontem referido, fariamos hoje, depois da intervenção de cada um dos Srs. Secretários.

A primeira pergunta diz ainda respeito a uma questão de planeamento e relaciona-se com o programa nº 1, do sector da educação e cultura. Diz respeito à avaliação das escolas necessárias e que este Governo pretende substituir na rede escolar.

Os números divergem todos os anos e faz-se uma procura difícil para se saber, efectivamente, qual é o número de escolas que o Governo Regional pretende levar concluídas no final deste Plano a Médio Prazo.

Eu lembro que, inicialmente, referia-se o número de 285 salas de aulas, para o ensino primário. Documentos posteriores falavam em 291. Afinal qual é o número de escolas, efectivamente, necessárias na Região, que estão degradadas, ao nível do ensino primário e que precisam de ser substituídas?

Também estamos aqui outra vez um pouco à semelhança do que acontece com o tal reino

das estatísticas da educação que flutua ao sabor dos anos e ao sabor de não sei que mais, e só uma primeira pergunta: afinal quantas escolas, ou quantas salas de aulas, no ensino primário, é que esta Região necessita? E 285? E 291? E 356??! Respondam se puderem.

Em relação ao programa 3 e em relação à Universidade, faz-se um raciocínio, nesse programa, que eu tenho uma certa dificuldade em seguir. Diz-se que, como a taxa de execução foi mais baixa nesse programa, se mantem a mesma verba, ao contrário do que acontece com os outros. Eu poderia ler o texto, não sei se rigorosamente, será isso, mas o sentido é, efectivamente, esse.

Referem-se também lá, embora sem especificar, medidas que irão incidir no sempre precário - creio que é a terminologia que lá está - polo universitário da Horta e na Granja da Terra Chã. Eu gostaria de saber quais são, mais concretamente, as medidas que estão previstas para esses dois polos universitários, com uma verba que agora não me ocorre mas que sei que, em relação ao polo da Horta, anda na ordem dos 4.000 contos.

Portanto, enfim, dada a situação em que ele se encontra - ele está aqui tão perto, nós podemos, quase que sem querer, vê-lo - os 4.000 contos parece que não chegarão para muito mais do que manter a vida vegetativa daquele polo.

Em relação à situação do Conservatório de Angra, sabe-se que ele está instalado, desde o sismo, na Escola Secundária de Angra. Eu desejava perguntar ao Sr. Secretário se prevê, para quando, e se há alguma hipótese de se resolver definitivamente, ou não, esse problema, para ver se ele não fica a substituir, numa escola secundária, aquilo que acontecia com os ciclos preparatórios.

No PMP dizia-se que se iria implantar um sistema de educação especial e a extensão dos serviços já existentes. Justificava-se no PMP esse facto pela suspeita da existência de 2.500 crianças e jovens deficientes e, na altura, dizia-se que o sistema actual conseguia, creio eu, atingir 200 crianças e jovens deficientes. Eu pergunto o que é que foi, efectivamente, feito neste domínio, nesses anos.

No PMP também se prometia fomentar a frequência da Universidade, de acordo com as carências do mercado de emprego regional. Isso está efectivamente a ser feito?

Há notícia de saturação de emprego para algumas pessoas que saem da Universidade, nomeadamente, creio que no caso de professores que tiram licenciaturas, ou talvez bacharelatos em histórico-filosóficas e têm que ir leccionar português.

Eu desejava também saber, quanto possível neste momento, a discriminação das verbas do

orçamento corrente da Secretaria se, por acaso, o Sr. Secretário me pudesse dar, neste momento, alguma ideia sobre essa discriminação.

Queria ainda perguntar se, efectivamente, há alguma justificação para as queixas frequentes sobre o destacamento e a requisição de professores primários.

Fala-se em quantidades excessivas. Fala-se em falta de critérios a esse respeito. Fala-se em arbitrariedades. Quantos professores há, efectivamente, destacados ou requisitados, e que critérios são seguidos para esse destacamento ou requisição?

Fala-se também em acumulações de lugares no ensino primário. Há pouco tempo, citava-se um número que dizia que havia 20 casos, creio que, em S. Jorge e uma dezena de casos na Ribeira Grande. E efectivamente assim, ou não?

Houve redução de verbas neste ano lectivo, nas verbas atribuídas aos diferentes graus de ensino? Se houve, por quê? Com que critérios é que foram feitas?

Desejava também saber alguma coisa sobre o lançamento do ensino técnico e profissional. No Continente sabe-se que foi previsto o lançamento desse ensino, com três fases, foram privilegiadas as zonas mais carenciadas. Entre nós, pouco se sabe a esse respeito. Eu pouco sei a esse respeito e gostaria de ser informado de como ele foi lançado, com que critérios e que papel tiveram as escolas nesse lançamento.

Houve algum aumento recente nos preços das refeições nas cantinas escolares? E uma pergunta que também gostava de ver respondida.

Quanto a residências de estudantes, diz-se que, nomeadamente, há uma carência muito grave em Ponta Delgada. As disponibilidades parece que dariam apenas para, mais ou menos, metade da procura. Os outros ficariam entregues à voracidade dos alugadores de quartos. Não há nada previsto a esse respeito; mas, o que é que se pensa fazer para atacar este problema?

E verdade que a admissão de pessoal auxiliar para limpeza, nas escolas primárias, continua a ser tão lenta e complicada como quando dependia duma autorização de Lisboa?

Todos os anos surgem problemas com a abertura de escolas, no começo do ano lectivo. São tradicionais esses atrasos, aliás, são tradicionais no nosso sistema de ensino português. Este ano, entre nós, lembro-me de alguns atrasos referidos em relação à "Roberto Ivens", ao anexada Escola Secundária de Angra, mas, principalmente, em relação à Escola Preparatória dos Biscoitos, em que aí teve certas dimensões de escândalo.

A escola foi aberta sem água, sem luz, sem sanitários. Houve, realmente, uma pressa muito política e muito pouco pedagógica em abrir a escola. Imediatamente, houve uma confusão,

pouco agradável, no concurso. Alguns professores foram colocados antes de encerrado o concurso. Os professores chegaram lá sem serem conhecidos do Conselho Directivo.

Como é que se explica esse comportamento e essa pressa em abrir uma escola que não parecia estar preparada para abrir?

E eram estas as questões que tinha para pôr. Muito obrigado.

Presidente: Sr. Secretário Regional, foi-lhe formulado um protesto e foram-lhe feitas perguntas concretas. Fará o favor de dizer para que é que deseja usar da palavra.

Secretário Regional da Educação e Cultura (Reis Leite): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado Dionísio de Sousa faz uma série de perguntas concretas às quais terei muito gosto em responder.

Primeiro, fez um protesto relacionado ainda com as malfadadas estatísticas disponíveis. Sobre essa matéria, acho que não vale a pena voltarmos a discutir e a falar. Simplesmente, gostaria só de dizer que as suas comparações com os dados disponíveis da UNESCO devem, no meu entender, também acentuar que os parâmetros são diferentes.

Só a título de exemplo, quando a UNESCO se preocupa com percentagens de 2%, da passagem da preparatória para o secundário, está, obviamente, a dirigir-se a sistemas de ensino em que a escolaridade de nove anos é obrigatória. É fundamental ter isto em vista.

Por isso, as nossas percentagens parecem-me importantes em realçar o crescimento contínuo que, de ano para ano, tem tocado, efectivamente, números bastante mais elevados do que as perspectivas portuguesas e com a facilidade de que estes números são disponíveis por ilhas e por concelhos, coisa que, nos dados disponíveis, a nível nacional não existe. Mas, deixemos esse ponto e entremos, concretamente, nas perguntas que faz em relação ao Plano aqui apresentado.

O número de salas no programa nº 1, não o número de escolas que tem sido constante, tem variado e por uma razão muito simples.

E porque estes programas, feitos há quatro anos, sofrem, evidentemente, flutuações, principalmente quando uma carga tão grande dessas salas é, precisamente, em zonas densamente povoadas, nomeadamente a cidade de Ponta Delgada, onde o Governo tem feito um esforço muito grande para colmatar as situações escandalosas que existiam, de instalações de escolas primárias.

Por isso, o número, efectivamente, que o Governo se propõe completar, de escolas é de 356 que é o que aparece no programa de 1984 e que está aferido pelas necessidades actuais.

Quanto ao programa nº 3, de investimentos no ensino superior, concretamente em relação

aos programas que referiu, o Governo propõe-se, em 1984, completar as obras da Granja Universitária do pólo da Terra Chã. Está em execução e pretende completar.

Em relação ao pólo da Horta, pretende melhorar as instalações no espaço disponível porque, efectivamente, a grande dificuldade da Horta, neste momento, é da qualidade das instalações.

Eu permitia-me chamar a atenção do Sr. Deputado para uma errata e umas alterações que foram distribuídas, em relação a este projecto do Plano e que, segundo me informam, foi efectivamente enviada para todos os Srs. Deputados, onde este assunto vem, de facto, esclarecido.

Quanto à Escola Preparatória de Angra, já me confirmou o Sr. Secretário do Equipamento Social, estão efectivamente planeados os trabalhos para se atenderem a algumas danificações ainda do sismo de 80.

Quanto ao sistema relacionado com o apoio ao ensino de deficientes, a posição da Secretaria Regional tem sido no sentido de - em colaboração com o Centro de Educação Especial dos Açores, que não depende directamente da Secretaria Regional da Educação, que, devo dizer que considero fértil - ser possível, para os casos que não são casos de deficiência profunda, a integração dos deficientes nas escolas normais, a começar, obviamente, nas escolas mais próximas dos apoios a esse Centro que, presentemente, tem apoios em Ponta Delgada, em Angra do Heroísmo e na Horta.

Essa integração dos deficientes, não podendo, possivelmente, ser a ideal e abranger todo o número que gostaríamos, tem vindo progressivamente a responder às solicitações que o Centro de Educação Especial nos pede. De forma que a política é de integração dos deficientes nas escolas normais, com resultados positivos.

Quanto ao problema do acesso à Universidade dos Açores, como sabe o Sr. Deputado, a política do Governo Regional não pode deixar de estar limitada, neste campo, pelas determinações a nível nacional - Lei Geral da República do Acesso às Universidades. Simplesmente gostava de salientar que não considero real a saturação de emprego, nomeadamente em licenciados de alguns cursos de professores.

O que se tem passado, é que não tem havido uma procura, pelos jovens licenciados, por aqueles lugares que a Administração pode pôr ao seu dispor. E, por outro lado, também não tem havido, da parte dos licenciados nos cursos de ensino, interesse por preparação pedagógica nalguns ramos do ensino preparatório, optando-se pelo ensino secundário onde, efectivamente e neste momento, o número de lugares postos a concurso é menor.

Mas, creio que aliás isto até é temporário, na medida em que as novas escolas, programadas e a abrir ao longo deste ano de 84 e nos outros, virá trazer um mercado de trabalho ainda maior, não esquecendo que as escolas preparatórias - estas que aqui se anunciam - têm quadros para o ensino secundário também, uma vez que dão aulas do unificado.

Não tenho, neste momento, aqui disponível a discriminação das verbas do orçamento da Secretaria, mas terei e comprometo-me a enviar ao Sr. Deputado uma cópia do mesmo.

O número de professores destacados, também não o tenho disponível neste momento mas quanto aos critérios posso, efectivamente, adiantá-los. Os critérios da Secretaria da Educação, em relação ao destacamento de professores primários, têm sido no sentido de não aceitar e não permitir destacamentos que não entreguem aos professores tarefas de carácter pedagógico e, dentro dessas tarefas de carácter pedagógico, diminuir o número de professores destacados, de forma a não pôr em perigo o normal funcionamento das aulas do ensino primário.

Isto prende-se com uma outra pergunta que o Sr. Deputado fez, relacionada com as acumulações. O problema das acumulações, que é um problema grave e preocupante para a Secretaria da Educação, nem sempre está relacionado, efectivamente, com os destacamentos dos professores. Muitas dessas acumulações se devem porque há relutância dos professores não efectivos do ensino primário, em concorrerem para certas áreas do arquipélago, nomeadamente o Concelho da Calheta em S. Jorge, o Concelho das Lages nas Flores e o Concelho do Nordeste em S. Miguel.

Se os professores primários efectivos, por qualquer razão, nomeadamente por questões de doença, têm que, durante algum tempo, abandonar os seus lugares, a maioria das acumulações são colegas dessas áreas que aceitam, temporariamente, enquanto o professor está doente.

Quanto ao lançamento do ensino técnico-profissional, os critérios que foram seguidos são os seguintes: O Governo - ainda antes de ter sido lançada a nível nacional esta experiência, que vai ter três etapas como o Sr. Deputado, aliás, já anunciou e está devidamente informado - já tinha feito algumas experiências nesse campo, nomeadamente numa experiência piloto que se está desenvolvendo em Ponta Delgada e na Ribeira Grande e que vai continuar a nível do 9º ano e que terá correspondência a um dos cursos agora anunciados pelo Ministério da Educação que é o curso de um ano a seguir aos nove anos de escolaridade.

Vamos também lançar, este ano, a título também de experiência - como, aliás, as normas a nível nacional, também só estão fazendo -

um curso em Ponta Delgada de electricidade, na Escola Domingos Rebelo; um curso em Angra do Heroísmo, na Escola Secundária, de agro-pecuária, com apoio no polo universitário da Terra Chã.

Os critérios seguidos foram as disponibilidades de professores e as disponibilidades de materiais existentes nas escolas, uma vez que a experiência tinha que ser lançada de imediato e não havia possibilidade de equipar outras escolas.

Não houve redução de verbas para os diferentes graus de ensino. Houve, sim, nalguns graus do ensino, a necessidade de manter as verbas do ano passado.

Não houve também aumentos recentes nas refeições nas cantinas escolares, salvaguardando-se a hipótese de ter havido um ajustamento nas cantinas da Universidade dos Açores, aliás, da competência do Conselho Administrativo e Científico da Universidade.

Quanto às residências de estudantes, a situação que aqui foi apontada em relação a Ponta Delgada, creio que só se pode aceitar em relação ao ensino superior. Há neste momento disponibilidade para residências masculinas, em Ponta Delgada, para o ensino secundário, bastante grande, não temos dificuldade. Para o feminino, temos, neste momento, uma procura e uma disponibilidade sensivelmente iguais.

Para o ensino superior o problema não é o mesmo. Simplesmente, como o Sr. Deputado sabe, o número de alunos do Continente, que têm procurado a Universidade dos Açores, tem crescido num ritmo muito grande e, de facto, não tem sido possível acompanhar a disponibilidade nos lares e também não creio que seja uma obrigação só da administração regional, uma vez que este problema tem que ser, e está sendo, tratado a nível nacional porque tem que ter também, pelo menos, uma contrapartida na procura dos nossos alunos em relação a lugares no Continente.

A admissão do pessoal auxiliar nas escolas não será muito rápido, mas é, sem dúvida, muito mais rápido do que era quando se fazia em Lisboa. Tanto mais rápido que, neste momento, se se continuasse a fazer por Lisboa, posso-lhe garantir que não se admitiria ninguém porque as restrições de admissão deste tipo de pessoal, a nível nacional, são muito grandes.

Fazem-se com alguma morosidade porque se fazem por concurso. Concurso, para o qual é preciso, depois avaliar as capacidades, as necessidades e as situações reais de cada um dos concorrentes. Não se pode pedir, efectivamente, que se junte os contrários: a justiça social, por um lado, e a pressa por outro.

Efectivamente creio que o ritmo a que são

feitos estes concursos é aceitável e tem, acima de tudo, a garantia de que se cumpre, de facto, o que está estabelecido por legislação regional, sobre os critérios de justiça social a atender nestes casos.

Quanto às aberturas das escolas, são muito mais aquelas que abrem sem atrasos do que as que abrem com atrasos. O que é importante porque, da pergunta do Sr. Deputado, não saía clara esta situação.

Efectivamente têm havido alguns atrasos porque nem sempre tem sido possível coordenar o início do ano lectivo com o fim de obras, absolutamente imprescindíveis, que se estão fazendo nalgumas escolas, nomeadamente a Roberto Ivens - que foi uma das que foram aqui apontadas - porque a saída duma parte da Escola Preparatória de Ponta Delgada de lá necessitou e pressupôs uma remodelação total da antiga Escola Roberto Ivens que já está também aberta.

Quanto à escola dos Biscoitos, a ideia apresentada pelo Sr. Deputado, de que foi uma abertura precipitada e política, até, nem é verdade, porque simplesmente o que aconteceu foi que foi preciso tomar uma decisão, ainda num tempo recuado, em relação à extinção da Telescola naquela área da ilha, numa altura em que tínhamos algumas garantias do construtor civil de que a escola estaria pronta mais cedo. Houve atrasos, por variadíssimas razões, nomeadamente pela dificuldade da chegada de materiais, e foi preciso abrir a escola dos Biscoitos nas situações que eu próprio entendo e considero que não foram as ideais, mas não era possível voltar atrás com a decisão em relação à Telescola, nomeadamente com concursos. E creio que são as duas situações que o Sr. Deputado anunciou e cada vez é mais fácil abrir as escolas, efectivamente, sem atrasos, desde o momento que estejam completas as obras.

E creio ter respondido às perguntas todas.

Presidente: O Sr. Deputado Manuel Goulart também tinha pedido a palavra para um pedido de esclarecimento. Tem a palavra para o efeito.

Deputado Manuel Goulart (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Secretário da Educação e Cultura, na sua intervenção, aliás reafirmando aquilo que já vinha na Proposta do Plano, confirmou-nos que a opção do Governo, em matéria de ensino, foi para o ensino básico preparatório.

No entanto, na mesma Proposta do Plano, vem, e, aliás, reafirmado pelo Sr. Secretário expresso que o Governo não deixou de fazer um esforço noutras áreas de ensino.

Gostaria de, concretamente, saber, quanto ao ensino pré-primário, porque não vejo qualquer projecto no Plano para 84 que se lhe refira,

se esse esforço do Governo Regional se vai resumir à formação de educadores de infância - que é realmente essencial - e se será, além disso, só a criação de algumas classes de educação pré-primária que não funcionam.

Uma outra questão, em relação à qual eu gostava de ser esclarecido, prende-se com o projecto 4.2 que se refere à recuperação e adaptação do Palácio de Santana à residência de estudantes. Aliás, este processo já vem do corrente ano de 83 sem nenhuma execução. O edifício e seu jardim anexo vem-se degradando de uma forma que é, realmente, lamentável, e o que eu gostaria de saber, concretamente, era se será, efectivamente, no ano de 84 que se concretizará essa aspiração.

É que - como é sabido, aliás, pelo Sr. Secretário e por toda a gente - existem nesta ilha estudantes do Pico e de S. Jorge que não encontram instalações ou, se as encontram, terão que pagar quantias excessivas por elas. Portanto, eu gostaria, realmente, de saber se seria neste Plano que se iria solucionar o problema do Palácio de Santana.

Eu gostaria também de saber - quanto ao programa nº 6 que se refere à defesa e valorização do património cultural, no projecto 6.1 não se encontra nenhuma verba destinada à Ilha do Faial, nem mesmo verba desagregada, sabendo-se que há necessidades urgentes nesse campo em monumentos que, embora poderão dizer que não são de grande valor, que são aquilo que nós temos, que é nosso e que precisamos de conservar - como pensa o Governo solucionar o problema da necessidade de restauro das Igrejas do Carmo e de S. Francisco, do frontespício da Igreja Matriz da Horta, bem como a recuperação e restauração do Castelo de São Sebastião.

Também nos objectivos e medidas enunciadas no Plano para o sector da Educação diz-se: "que nas opções do Plano a Médio Prazo ficou explícito que o Governo, no campo do desporto e da cultura, optava por criar as condições em que estas actividades se desenvolvessem, privilegiando o apoio às associações desportivas e culturais".

Ora, em relação a isto, eu gostaria, concretamente, de saber como é que o Sr. Secretário da Educação e Cultura pensa atingir estes objectivos. Se será só atribuindo às filarmónicas instrumental e fardamento, sem lhes dar condições físicas para poderem utilizar esse equipamento que lhes será dado?

Embora não sendo um programa da sua área, uma vez que virá contribuir para este objectivo, eu perguntaria como pensa atingir este objectivo com os 2.000 contos que se encontram inscritos para a ilha do Faial, no programa 16.1, sabendo-se que existem filarmónicas, pelo menos duas

aqui na ilha, que não têm sede própria e que aspiram a ela; que, no caso da União Faialense, para ensaiar, tem um quarto da sacristia da Igreja, sem instalações sanitárias, com pequeníssimas dimensões, e com executantes do sexo feminino. Eu gostaria de saber como é que se resolve este caso, portanto com estes 2.000 contos que existem para a Ilha do Faial, tendo em conta que para além desta referida, a Filarmónica Artista Faialense também tem um projecto de construção de sede.

Quanto às Associações Desportivas, também penso que não se atingirá o objectivo da promoção do desporto apenas gastando uns milhares em deslocações e estadias, de algumas equipas, ao Continente, mas, sim, que será necessário criar e dar condições a todas as agremiações desportivas para terem possibilidades de virem a ser aquele pólo de desenvolvimento, não só desportivo - porque as nossas agremiações não se limitam apenas a isso - mas também cultura, que nós desejamos.

Portanto, dado que existem na nossa ilha também Associações Desportivas que precisam de restaurar, ou mesmo de modificar, completamente, as suas sedes, uma vez que não têm condições, como é que, com estes 2.000 contos, se vai atingir esse objectivo?

Gostaria ainda de saber, quanto às instalações do Museu da Horta e à consequente instalação numa secção como Museu dos Capelinhos, que medidas pensa a Secretaria da Educação e Cultura tomar para que as instalações do Museu sejam desocupadas pela Delegação da Secretaria das Finanças, que lá funcionam.

Eram estas concretamente, as questões sobre as quais gostaria de ser esclarecido.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura, para responder a estas questões.

Secretário Regional da Educação e Cultura (Reis Leite):

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Põe, o Sr. Deputado Manuel Goulart, uma série de perguntas, às quais terei muito gosto em responder. Em relação ao pré-primário, efectivamente, dizer-se que a acção do Governo se resume à formação de educadores de infância, creio que é começar a casa pelos alicerces, porque resumir-se-ia, sim se tivéssemos a tentação de começar pelo tecto.

O nosso projecto neste campo é claro. Nós pretendemos começar, e arrancar para este grau de ensino, formando, efectivamente, os professores e não permitindo as improvisações, porque tenho consciência pedagógica de que, o que poderá acontecer com improvisações, é de que aquilo que seria um benefício, a partir da escolarização,

neste grau de ensino, de crianças de 3 a 6 anos, acabaria por ser uma desgraça.

Nós entendemos que esta área - uma vez que a nossa opção, como tive ocasião de aqui argumentar, é para a escolaridade básica obrigatória e, depois, para a escolaridade de nove anos com o ensino unificado - terá que ser uma área que abranja outras instituições, e por isso temos pedido às autarquias locais - às Juntas de Freguesia e às Câmaras - ou outras instituições - cooperativas, instituições de solidariedade regional, etc. - que possam encontrar espaços disponíveis e aceites para que estes nossos profissionais exerçam.

Quando se diz que se criaram classes que não funcionam, creio que também se está a passar por este assunto descuidadamente porque a abertura do concurso para essas classes, era muito claro. Desde o momento que não houvesse pessoas formadas, que tivessem concorrido, essas classes não funcionariam.

De forma que só funcionam, de facto, aquelas para as quais há educadores de infância formados. Entendo que a opção do Governo - não tendo mais disponibilidade nesta área, de aplicar essas disponibilidades na formação dos educadores de infância - é uma medida correcta e é a que nós apresentamos.

Quanto à residência de estudantes no Faial, efectivamente o projecto de adaptação está quase pronto e, no ano de 1984, é nossa intenção que ela fique executada.

Quanto ao programa 6.1, o problema do património cultural, eu não defendo a ideia e acho que é uma forma de lamúria que não faz sentido dizer-se que os 4 monumentos que aqui foram invocados, em relação à Horta, não têm muito valor. Essa é uma falsa modéstia, espero eu, da parte do Sr. Deputado que deve ter plena consciência de que, no programa de património cultural açoriano, a actual Matriz da Horta é uma peça fundamental.

Entendemos, contudo, que a situação de alguns dos outros monumentos regionais, paralelos aos que aqui foram invocados, é de degradação muito maior e que é necessário começar por esses outros, nomeadamente, por aquele que aí se anuncia, que é o antigo Colégio dos Jesuítas de Ponta Delgada, e não por estes que, não estando nas condições que nós gostaríamos, podem, efectivamente, esperar mais algum tempo, sem um perigo eminente de ruína.

Quanto à disponibilidade de verbas para áreas da cultura, nomeadamente no Faial, a nossa opção também, atendendo à que as verbas disponíveis não podem ir mais além, foi, de facto, de criar condições nas filarmónicas, pretendendo colmatar brechas a nível de disponibilidade de instrumentos, de fardamentos e de apoio a

escolas de música, não podendo, neste momento atender-se aos pedidos para as sedes. Será noutros programas, doutros planos. Neste momento não é possível.

Estes 2.000 contos que estão disponíveis para o Faial não pretendem, efectivamente, ter qualquer acção nesse campo das sedes. Aliás, o mesmo se diga para o desporto.

Também não posso aceitar que se diga que o desenvolvimento do desporto regional assenta, essencialmente, nas idas para o Continente. Não é e a opinião pública e os Srs. Deputados, certamente, estão suficientemente informados de que, até, tem sido política do Governo Regional pôr travão a essa decisão, que era uma decisão política de fundo, de dar preferência à participação, a nível de campeonatos nacionais, quando nós temos pretendido precisamente, como é opção do Plano, desenvolver e auxiliar as associações locais de desporto - e do desporto para todos -.

Quanto às instalações do Museu da Horta, o Governo Regional tomou já uma resolução sobre esta matéria e pretende, de facto, que as instalações do Museu possam vir a ocupar o que presentemente é ocupado pela Delegação de Finanças e da Administração Pública, no antigo edifício da Junta Geral da Horta, esperando que, ao longo deste ano, efectivamente, essa desocupação se possa fazer. É um programa difícil, de cooperação entre várias Secretarias, e acima de tudo, é preciso encontrar espaços também disponíveis na Horta, para que esses outros serviços possam continuar a prestar, ao público, o serviço de qualidade que se espera deles.

Presidente: O Sr. Deputado Pacheco de Almeida tinha pedido a palavra. Também para pedidos de esclarecimento?

Deputado Pacheco de Almeida (PSD): Certo. Ao Sr. Deputado Dionísio de Sousa.

Presidente: Vamos lá a fazer um ponto de ordem. O Sr. Deputado Manuel Goulart também desejava usar da palavra?

Deputado Manuel Goulart (PS): É que ficou um ponto por esclarecer.

Presidente: Queria lembrar que há um ponto que não está ainda respondido.

O Orador: Desejava mais e melhores esclarecimentos.

Presidente: Muito bem, um momento só. O Sr. Deputado Pacheco de Almeida queria fazer uma observação.

Deputado Pacheco de Almeida (PSD): Não, desejava formular umas perguntas ao Sr. Deputado Dionísio de Sousa.

Presidente: Concerteza, sim Senhor, possivelmente relacionadas com a sua intervenção.

Então vamos por ordem. Primeiro o Sr. Deputa-

do Manuel Goulart que é para completar. Uma vez que se trata apenas de completar, faz favor de dizer quais são os pontos a que não respondeu o Sr. Secretário Regional, para que esse assunto possa ficar já arrumado. Depois falará o Sr. Deputado Pacheco de Almeida e, finalmente, o Sr. Deputado Emílio Porto.

Deputado Manuel Goulart (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para ficar melhor esclarecido, gostaria apenas de perguntar, ao Sr. Secretário da Educação e Cultura, se as classes de educação pré-primária criadas, com a condição de apenas funcionarem se tivessem educadores de infância, foram ou não, postas a concurso.

Secretário Regional da Educação e Cultura (Reis Leite): Foram, sim, Sr. Deputado.

O Orador: Muito obrigado.

Presidente: Já está esclarecido.

Os Sr. Deputado Pacheco de Almeida tem a palavra para pedir esclarecimentos ao Sr. Deputado Dionísio de Sousa.

Deputado Pacheco de Almeida (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Era para colocar aqui duas ou três perguntas ao Sr. Deputado Dionísio de Sousa, que me surgiram como reacção natural de preocupação - que também sentimos nesta bancada - pelas questões da educação. Só que as desejamos ver integradas no conjunto daquilo que somos.

Perguntava, ao Sr. Deputado Dionísio de Sousa, se, quando coloca todas as questões que aqui colocou, se sente integrado na comunidade que somos ou se sai desta comunidade e as coloca num universo diferente deste em que vivemos. É a primeira questão.

Uma segunda questão é no sentido de perguntar se o Sr. Deputado tem, ou não, a consciência de viver numa sociedade em mudança e em construção.

Uma outra questão, que lhe coloco e que se prende com a sua intervenção, tem que ver com o insucesso escolar que referiu - e a fuga à escola permite que use esta designação -. Tem, ou não, conhecimento o Sr. Deputado das razões de fundo que estão subjacentes a este insucesso escolar, referido, e à fuga à escolaridade, que entre nós ainda se verifica?

É, ou não, do seu conhecimento a ruralidade na nossa sociedade, naquilo que ela tem de dificuldade de acesso à escola? E eu não falo de acesso à escola, apenas no sentido da escola primária, não me fico pelo conceito elitista do acesso à Universidade, ou mesmo ao ensino secundário?

Gostaria, portanto de me referir também a esses aspectos: ao da ruralidade da nossa

gente, naquilo que ele tem de vivência; ao da qualidade de vida da comunidade que somos; ao nível cultural da família onde se insere a criança; à qualidade de habitação que temos em muitos casos; à necessidade de emprego que se vive na família e que leva, em muito casos, as crianças, embora com todo o flagelo que daí deriva, também de incidência escolar, à procura dum emprego complementar - e isto não posso chamar, propriamente emprego, mas é ocupação -.

Até que ponto os problemas da deficiência, que aqui aflorou, são responsáveis pelo insucesso escolar?

Até que ponto é que o chamado insucesso escolar não esconde casos de deficiência, duma ou doutra natureza?

Resumidamente, eu gostaria de colocar ao Sr. Deputado estas perguntas no sentido de ser esclarecido, sobre se elas são, ou não, condicionantes duma política, e terminaria com uma pergunta final.

É possível, a um qualquer governo por maiores que sejam as preocupações dos governantes e, nesse caso do Partido Social Democrata - no curto espaço de tempo que temos de vivência, desta Câmara, encontrar resposta para todas as questões que aqui deixou?

Presidente: Sr. Deputado Dionísio de Sousa tem a palavra, se entender responder a estas questões.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Bom, posso responder à primeira pergunta mas parece-me escusado. Se estou, ou não, integrado nesta sociedade? Não sei se isso se refere à minha pessoa concretamente, ou se se refere à intervenção e ao contexto em que ela foi feita?

Deputado Pacheco de Almeida (PSD): A intervenção apenas!

O Orador: Tudo o que foi referido - os dados que foram referidos - resultou - e isso pode-se ver pelas citações feitas da consulta duma obra sobre o sistema de ensino em Portugal, da UNESCO. Portanto as conclusões ou teorias que lá estão pretendiam ter em vista o sistema escolar português, que é aquele em que nós vivemos.

Se assim foi, e em relação à intervenção, suponho que não há qualquer distanciamento ou qualquer fuga da realidade, nomeadamente da realidade Açores. O que se pretendeu foi considerar essa realidade, com base nos números fornecidos, tal como ela é, não tal como é, floridamente, roseamente, apresentada, não por mim, que tentei pôr os pés na realidade, mas por aquilo que se diz, em relação ao sector da educação.

O que eu pus em dúvida foi que os problemas

da escolaridade obrigatória nos Açores tivessem resolvidos. Eu pus em dúvida isso. O Governo Regional diz que não há qualquer dúvida, que se cumpre, efectivamente - está lá com advérbio e tudo - a escolaridade obrigatória.

Se há ou não fuga à realidade, eu deixo à consideração de todos, se é em relação àquilo que eu disse, se é em relação àquilo que vem apontado como realidade que os números, do próprio Governo Regional, desmentem?

Quanto à consciência de estar numa ^{sociedade} em mudança, é evidente, isso é uma fatalidade.

Deputado Pacheco de Almeida (PSD)(Negação inaudível)

O Orador: A aceleração histórica não é devido ao Governo Regional, tem alguns séculos, vem a ocorrer e o Governo Regional vai fazendo um esforço para se adaptar a essa sociedade em mudança.

Não vou negar esse esforço, portanto, não há qualquer dúvida, estamos numa sociedade em mudança. Em mudança de valores, em mudança que poderá levar - porque não - algumas pessoas a perderem o comboio da mudança.

Presidente do Governo Regional (Mota Amaral): No seu caso, por exemplo!

O Orador: Em relação ao insucesso escolar, é evidente que todas essas razões foram apontadas, outras podem ser referidas. Têm relação com o insucesso escolar. Portanto, é evidente que a escola não é um mundo separado do resto da sociedade.

Este ambiente social reflecte-se na escola - e eu, de facto, não acentuei isso na minha intervenção, porque a orientava noutro sentido - por isso é errado atribuir, exclusivamente, o insucesso escolar ao professor, mas também é errado, erradíssimo, dizer que o insucesso escolar é uma virtude, é uma qualidade, a incentivar no sistema escolar.

Deputados Carlos Teixeira e Pacheco de Almeida (PSD): (Negação inaudível).

O Orador: É isso que está dito - desculpem, mas é isso - no documento.

Citam-se os números sobre aproveitamento escolar: 50% dos alunos não têm aproveitamento escolar no ensino primário. E, conclui-se que isto significa que a qualidade do ensino melhorou. Isto significa que o sistema está a funcionar correctamente.

Portanto, como eu não pretendo fazer um estudo sobre o insucesso escolar e as suas causas, não referi essas razões, o que rejeitei, como válida, foi a conclusão, tirada num documento oficial, em relação ao insucesso escolar, ou seja - resumindo, outra vez, a conclusão, para que não a esqueçam - há um documento oficial, do Governo Regional dos Açores, que diz que

o insucesso escolar é uma virtude do sistema escolar dos Açores.

Presidente: Eu pedia ao Sr. Vice-Presidente o favor de tomar a Presidência para que eu possa fazer uma intervenção, que, possivelmente, não terei oportunidade de fazer para a semana.

(Neste momento, o Sr. Deputado Roberto Amaral ocupou a Presidência da Mesa)

Presidente: Bom, Srs. Deputados, accionado que está o mecanismo de substituição da Presidência, eu dou a palavra ao Sr. Deputado Álvaro Monjardino para participar nos debates.

Deputado Álvaro Monjardino (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo Regional:

Neste debate sobre as propostas do Plano e do Orçamento para 1984, gostaria de deixar aqui algumas reflexões sobre os recursos financeiros da Região, tal como eles resultam (ia dizer "ressaltam") da ordem constitucional e estatutária vigente.

Desde sempre o calcanhar de Aquiles da autonomia açoriana foi a questão financeira. É do senso comum que não há poder político a sério sem meios - e um desses meios consiste em dispôr-se de dinheiros públicos com significativo volume -.

Não é o único meio, aliás. Os recursos humanos - e não só os técnicos como até os políticos - constituem um outro pelo menos tão importante, conquanto na aparência só aos poucos a sua indispensabilidade se vá revelando. Têm a haver, em todos os escalões, e falando apenas destes últimos, uma classe política capaz: capaz entre outras coisas, de assegurar uma alternância, e de permitir que as substituições se façam sem dramas e sem orfandades.

Mas não é para falar disto que venho hoje a este tribuna. Venho, sim, referir o caso das nossas finanças públicas que nos permitem, mais uma vez, ter à nossa frente uma proposta de orçamento **equilibrada**.

Tal fenómeno, numa Região cujos réditos fiscais são notoriamente baixos, não seria possível sem um enquadramento jurídico, e isso é muito surpreendente, que nós, açorianos, tivemos a audácia de imaginar, e tivemos a capacidade política de fazer passar pelos canais legislativos competentes.

Já no preâmbulo do longínquo projecto de Estatuto que a Junta Regional dos Açores fez elaborar e apresentou em inícios de 1976, se afirmava o seguinte:

"Sobre o regime financeiro, torna-se mister destruir para sempre o mito, cuidadosamente mantido durante longos anos, da insuficiência económica da Região.

Realmente, em termos de produção - quase

toda dependente de um sector primário excessivamente voltado para a terra, fisicamente limitado e tecnologicamente atrasado - a Região poderia considerar-se deficitária (...). (Isto sem falar da insuficiência estatística).

Em termos de rendimento fiscal interno, ainda se podia considerar como tal (...). (Sem embargo a não consideração de todas as imposições geradas em actividades com ela conexas).

Só que pôr o problema neste pé é aceitá-lo em campo desfavorável e parcial, porque dentro da perspectiva tacanha da produção insular, como facto económico primordial, e da fiscalidade interna, que é apenas uma zona das Finanças Públicas.

Na verdade, o grande valor das ilhas não está na modéstia dos seus 240.000 hectares de terreno enxuto, ainda que fértil.

Está no seu espaço marítimo circundante, que houve o cuidado de afirmar como zona territorial e área de influência económica (...). (Em consonância com propostas que nessa altura, ainda eram muito novas porque eram de 1974 e que hoje até já estão ultrapassadas pela nova Lei do Mar).

Está finalmente na sua posição geográfica, cobijada desde o século XVI até ao presente, e tão mal aproveitada até agora para fins não militares.

É consciente destes valores e de casos paralelos, concretamente existentes (e quantificados) em vários lugares do Mundo, que a Região tem de considerar-se economicamente **excedentária em larga escala**, desde que as vantagens económicas e financeiras inevitavelmente decorrentes de acordos e tratados incidindo sobre a sua terra e sobre o seu mar revertam em benefício dela.

E é igualmente na consciência de que a Região faz parte do todo português que o Estatuto invoca o princípio da solidariedade nacional que, nesta perspectiva, fará a Região sempre **contribuinte** e nunca **recedora**, partilhando com o resto do país as receitas - fatalmente excedentárias - que, sempre nesta perspectiva, nunca poderá deixar de receber".

Porém, neutralizados pelo VI Governo Provisório os artigos com incidência financeira do Projecto de Estatuto Provisório só a partir de Agosto de 1980, com o novo Estatuto, dito "definitivo", se obteve o normativo adequado para espelhar aquela realidade teórica.

O artigo 80º do Estatuto inserto nos princípios gerais do regime económico e financeiro, acolheu, em termos sensacionais, o princípio do suporte nacional dos custos da insularidade.

O artigo 82º do Estatuto enumera as receitas da Região, e três das suas alíneas vêm desenvolvidas nos artigos 84º, 85º e 87º.

É esta a panóplia estatutária vigente, que só agora começa a receber, em toda a sua extensão, um conteúdo próprio. É ela que, quando tal conteúdo recebido for pleno, permitirá à

Região **dispensar** muitos dos meios financeiros a que teria direito e que, por menos necessários, poderão reverter directamente a favor da comunidade nacional.

Sr. Presidente:

Virá agora a propósito indicar alguns elementos interpretativos, para o que nos parece ser o entendimento correcto dos artigos 82º, alínea d) e 84º do Estatuto, sobre os benefícios decorrentes dos tratados e acordos internacionais a que a Região, numa perspectiva financeira, tem direito.

Uma Comissão desta Assembleia, de que faço parte, produziu recentemente - numa escassa página final de um relatório unanimemente aprovado - afirmações que suscitaram alguma controvérsia na Imprensa, condimentada com especulações "à portuguesa", isto é, sobre atitudes ou manobras de cariz puramente pessoal.

Dando de barato estas fraquezas, vamos ao fundo da questão.

Nesta Casa já se fez alguma doutrina sobre Direito Estatutário, e com sortes várias: posições aqui defendidas tiveram acolhimento na Comissão Constitucional e nos Tribunais, e foram também ignoradas, em alguma medida, na última Assembleia Constituinte.

Não é, evidentemente, motivo nem para nos envaidecermos nem para desanimarmos.

Uma coisa, porém, nos parece dificilmente contestável.

O impulso para uma interpretação correcta - e favorável - do nosso Estatuto **há-de sempre partir de cá**, exactamente como de cá saiu o texto das suas normas. É exacta e somente nesta linha que se inserem as considerações seguintes.

Desde 1976 temos uma norma constitucional (hoje, o artigo 229º, alínea p) da Constituição que nos diz que as Regiões Autónomas têm o direito de **participar** nas **negociações** de tratados e convenções internacionais que directamente lhes digam respeito, bem como nos **benefícios** deles decorrentes.

É, naturalmente, uma norma muito genérica, que veio a ter alguns desenvolvimentos importantes no Estatuto actual.

Assim, a Constituição **não diz como se participa** nas negociações: mas o Estatuto di-lo, no seu artigo 62º.

A Constituição **não diz que matérias respeitam directamente** à Região: mas o Estatuto di-lo, nos seus artigos 60º e 61º.

Por outro lado, os **benefícios** em que a Constituição fala são de muitas naturezas. Até Canotilho e Moreira, com a sua conhecida má-vontade interpretativa no que toca às autonomias regionais, admitem que tais benefícios vão para além dos financeiros. E de facto assim

é: pense-se em contrapartidas políticas - o patrocínio de uma candidatura portuguesa ao Conselho de Segurança das Nações Unidas um alargamento da área do COMIBERLANT, a vinda para Portugal de uma agência especializada das Nações Unidas - ou mesmo em contrapartidas económico-sociais - por exemplo, preferência por produtos portugueses, garantias para mão-de-obra nacional -.

Mas as participações em que fala a alínea d) do artigo 82º do Estatuto, essas exprimem-se sempre em numerário: o artigo 82º insere-se no Capítulo II (Finanças), Secção I (Receitas e Despesas).

Então, por que se fala em **Participações?** Por que não **todas** as vantagens financeiras, como parece resultar expressamente do artigo 84º, para o qual aliás se remete?

Caberá aqui contar sumariamente a história deste artigo 84º.

No projecto do actual Estatuto, apresentado pelo PSD, o artigo correspondente a este era o 71º.

Este artigo reproduzia, sem variantes, o artigo 55º do Estatuto Provisório: "A Região participará dos benefícios decorrentes dos tratados e acordos internacionais que directamente lhe digam respeito, incluindo os relativos a águas territoriais e zonas de domínio económico exclusivo contíguas ao arquipélago".

A Comissão especial que apreciou os dois projectos de Estatuto apresentou o seguinte texto alternativo:

"Os benefícios decorrentes dos tratados e acordos internacionais directamente respeitantes à Região, tal como definida no artigo 1º deste Estatuto, serão **afectados a projectos de desenvolvimento desta**".

A fundamentação desta alteração era a seguinte: "Fonte: artigo 71º do projecto do PSD, com nova formulação **destinada a vincar o interesse primordial da Região em promover o seu desenvolvimento** através dos mesmos benefícios" (cf. Dº da Assembleia Regional, nº 93, de 3/3/80, p. 3368).

Há aqui uma alargamento ("os benefícios") e uma restrição (A **afecção a projectos de desenvolvimento**). Com o que se entendia vincar uma **prioridade absoluta**, mas **ordenada e portanto condicionada** a finalidades específicas - desde logo excluindo as despesas correntes (as quais, aliás, são abrangidas, mas sem se esgotarem, no conceito de custos da insularidade que, por sinal, a ela se não restringem) -.

Aquele texto da Comissão, convertido em proposta pelo Grupo Parlamentar do PSD, foi aprovado por unanimidade (cf. Dº da Assembleia Regional, nº 96, 6/3/80, p. 3467).

Há pois aqui uma clara intenção inovadora,

e o desejo de dar conteúdo útil a um artigo do novo Estatuto, que de outro modo seria meramente repetitivo do que vinha já dito na Constituição.

A esta luz, ganha entendimento próprio e relevante a articulação da alínea d) do artigo 82º - meramente enunciativa - com o artigo 84º.

O entendimento é este: **a medida da participação será função das necessidades financeiras de cada ano para projectos de desenvolvimento.** É assim possível **não haver afectação total do benefício** quando os projectos não precisarem de mais financiamento. É (teoricamente) possível até **não haver participação nenhuma** - se (teoricamente também) não houver projectos de desenvolvimento a financiar.

Por isso, a referência a **participação** na alínea d) do artigo 82º do Estatuto, só se compreende, à luz das exigências baseadas no artigo 84º. Aquele é, pois, um preceito meramente formal, a que o artigo 84º vem dar, caso por caso, a medida do conteúdo.

Acrescentarei, sem ir mais longe, que outra ocasião não resulta da actual proposta do Orçamento, ao qual prevê uma verba fixa, ao abrigo dos artigos 82º, alínea d), e 84º, para financiamento de projectos.

E, é, por isso, que o Orçamento sai equilibrado.

Agora o que não podia Senhor Presidente, era deixar de pôr-se em relevo esta realidade normativa, numa altura em que, **pela primeira vez**, os mecanismos do artigo 84º irão funcionar.

É que este entendimento traz ao Governo Regional um poder negocial acrescido, que constitui um argumento de reserva nestes dias cruciais da conclusão do acordo dito das Lajes, e da votação do O.G.E. para 1984.

Aliás, a razão de estes novos critérios de financiamento radica fundo na nossa História.

Somos uma Região terciária, com velhos e reconhecidos méritos internacionais. Somos uma garantia da própria identidade portuguesa, como nação muito mais atlântica do que ibérica - agora de novo em risco por sonhos de união (ou absorção) peninsular, que iriam ao arrepio de todo o passado português, e da própria dialéctica que fez da Península a matriz de um facto ímpar que foi a unificação de todo o género humano.

Ora é neste contexto, geográfico e histórico, que se insere a problemática financeira dos Açores: território que, no **processo económico**, contribui para a actividade de **produção**, mas não com menor valia para as actividades de **circulação**: o que tudo tem o seu peso, o seu valor e a sua função. Quanto mais internacional fôr essa função, mais forte componente básica será

da própria personalidade nacional portuguesa.

Só assim se explica, muito para além de conjunturas políticas favoráveis - que sem dúvida existiram durante o ano de 1980 - a aprovação do nosso Estatuto, com todas as virtualidades, todos os direitos e todas as garantias que ele nos trouxe - e que nunca será demais estudar, aprofundar e desenvolver -.

É também por isso que nos respeitam. Mas, e bem acima desse respeito externo, é assim que somos dignos do mandato que recebemos, e da autonomia política que, por vezes a pulso, continuamos a conquistar.

Muito obrigado Sr. Presidente.

(Palmas do PSD)

Presidente: Srs. Deputados, ultrapassamos um pouco a hora regimental de encerramento dos trabalhos, pelo que, uma vez que mais ninguém pretende usar da palavra na sequência da intervenção do Sr. Deputado Álvaro Monjardino, vou dar por encerrados os trabalhos por hoje, e marcar a Ordem do Dia dos trabalhos para a próxima Segunda-Feira.

Será a seguinte:

- Continuação dos debates sobre as propostas do Plano e do Orçamento.

E, na presunção de que os debates se acelerarão e que fiquem votadas as propostas atrás referidas, vou agendar ainda mais dois diplomas:

- Apreciação do Projecto de Decreto Legislativo Regional que visa a alteração da "Orgânica dos Serviços da Assembleia Regional", com processos de urgência e prioridade nos termos do artigo 52º do Regimento;

- Apreciação dum Projecto de Resolução do Partido Socialista que visa a "Alteração do Regimento da Assembleia".

Portanto, até Segunda-Feira, pelas 15.00 horas, e muito obrigado.

(Eram 20.15 horas)

(Deputados que entraram durante a Sessão: PSD - Melo Alves).

(Deputados que faltaram à Sessão: PSD - Carlos Bettencourt, José Maria Cabral, José Freitas Silva; PS - António Pimentel).

DOCUMENTOS QUE ENTRARAM DURANTE A SESSÃO

Cópia do ofício nº 696 de 20/6/83 da Presidência do Governo Regional enviado ao Presidente da Assembleia Regional dos Açores remetendo informações da Secretaria Regional da Educação e Cultura.

Informação nº 261/83

A Proposta de Decreto Regional sobre a zona protegida em epígrafe, elaborada pelo Centro

Democrático Social e apresentada à consideração da Assembleia Regional suscita-me as seguintes considerações:

1- Não me parece suficientemente fundamentada, na nota preambular, a intenção de classificar a zona do Valverde.

De resto, fica-se com a ideia de que aquela zona já está degradada, que pouco restará do seu interesse original.

2. Penso, portanto, que, a entender-se que a zona deverá ser classificada, se deveria rever o texto do preâmbulo, a fim de garantir maior solidez à argumentação.

A superior consideração de V. Exa.

Angra do Heroísmo, 19 de Agosto de 1983.

O Director Regional dos Assuntos Sociais:
Jorge Eduardo de Abreu Pamplona Forjaz.

Informação nº 262/83

A Proposta de Decreto Regional sobre a reserva natural da Baía de São Lourenço, elaborada pelo Centro Democrático Social e apresentada à discussão e apreciação da Assembleia Regional suscita-me as seguintes observações:

1. O preâmbulo sofre de diversas incorrecções, contradições e mesmo ingenuidades de expressão que importa corrigir ou alterar. Assim:

1.1. Não me parece a linguagem mais adequada falar-se em "maravilhosa paisagem";

1.2. Num parágrafo refere-se o "habitat bisecular" e noutra diz-se que os marienses ali vivem "há três séculos";

1.3. Falar-se em "Casas de veraneio há 3 séculos" e definir como "feudal" a sociedade mariense, parecem-me abusos de conceito e ignorância da realidade histórica.

2. O artigo 5º insinua, mas não explicita a criação de uma comissão a que preside a Secretaria Regional do Equipamento Social, pelo que convirá rever o seu articulado de modo a torná-lo mais claro e objectivo.

3. Se a vigilância do cumprimento do diploma cabe a uma comissão, qual é o papel da Câmara Municipal? E quem aplica - e a favor de quem revertem - as multas?

A superior consideração de V. Exa.

Angra do Heroísmo, 19 de Agosto de 1983.

O Director Regional dos Assuntos Culturais:
Jorge Eduardo de Abreu Pamplona Forjaz.

Informação nº 263/83

A Proposta de Decreto Regional sobre a zona protegida da Maia em Santa Maria, elaborada pelo Centro Democrático Social e apresentada à apreciação da Assembleia Regional, suscita-me as seguintes observações:

1. O preâmbulo careceria de ser revisto com vista a torná-lo mais objectivo e menos

apaixonado pelo tema em apreço, despindo-o de adjectivos tais como "imorredouros" ("exemplos imorredouros"), "surpreendente" ("pitoresco surpreendente"), ou de conceitos que não são locais, quando se refere às "Mansões" (as "mansions" americanas) dos emigrantes.

2. Conviria também não insistir demasiado na tónica da protecção do ambiente por causa do turista. Corre-se assim o risco de se estarem a tomar medidas para salvar o ambiente para o estranho à própria terra, quando são os habitantes da terra os primeiros cujos interesses devem ser protegidos.

Angra do Heroísmo, 19 de Agosto de 1983.

O Director Regional dos Assuntos Culturais:
Jorge Eduardo de Abreu Pamplona Forjaz.

Informação nº 264/83

A Proposta de Decreto Regional sobre a zona protegida da Baía da Praia em Santa Maria, elaborada pelo Centro Democrático Social e apresentada à Assembleia Regional suscita-me as seguintes observações:

1. O preâmbulo não me parece devidamente elaborado - é confuso, não esclarecedor e aponta para soluções que depois o corpo do diploma não contempla. É o caso de se referir a um plano de urbanização que no corpo do diploma não aparece referenciado.

2. Em termos exclusivamente estilísticos, parece-me redundante o segundo parágrafo, pois que se limita a repetir o que diz o primeiro.

3. O artigo 3º, alínea d) diz que é condicionado o "derrube ou extinção de toda a flora existente". Neste termos até as ervas daninhas são protegidas.

4. Não se fala no papel da Câmara Municipal no cumprimento do Decreto, nem se esclarece quem aplica - e para quem revertem - as multas.

5. Não se parecem muito eficazes - aplicadas a crimes sobre propriedades imobiliárias - multas cujo máximo é de 50.000\$00.

A superior consideração de V. Exa.

Angra do Heroísmo, 22 de Agosto de 1983.

O Director Regional dos Assuntos Culturais:
Jorge Eduardo de Abreu Pamplona Forjaz.

Informação nº 265/83

A Proposta de Decreto Regional sobre a zona protegida do Barreiro da Faneca em Santa Maria, elaborada pelo Centro Democrático Social e apresentada à apreciação da Assembleia Regional suscita-me as seguintes considerações:

1. O projecto aponta para a classificação de uma zona, de interesse indiscutível, mas ora se lhe refere como "zona típica" (artigo 1º), "zona protegida" (artigo 2º), ou "área de interesse público" (artigo 3º), pelo que

conviria uniformizar os conceitos e pô-los de acordo com a terminologia habitual.

2. Trata-se de um projecto que classifica uma área, mas que só aponta soluções a partir do momento em que essa zona fôr adquirida pelo Estado (Secretaria Regional da Agricultura e Pescas). E a até se verificar essa aquisição? Quais são as condicionantes? Qual o papel da Câmara Municipal da área?

A superior consideração de V. Exa.

Angra do Heroísmo, 22 de Agosto de 1983.

O Director Regional dos Assuntos Culturais:

Jorge Eduardo de Abreu Pamplona Forjaz.

Informação nº 266/83

A Proposta de Decreto Regional sobre a zona protegida de Santa Bárbara em Santa Maria, elaborada pelo Centro Democrático Social, e apresentada à Assembleia Regional para discussão, sugere-me as seguintes observações:

1. O preâmbulo, querendo embora valorizar o objecto em análise e assim justificar a sua classificação, parece-me incorrecto não só quando afirma que existem **aldeias** nos Açores, como quando as diz inspiradas nos velhos presépios portugueses (não será exactamente o **contrário?**).

Por outro lado, não me parece que o centro de freguesia possa e deva ser considerado **único em todo o espaço açoriano e mesmo português** - será um exagero que conviria eliminar do texto preambular.

No entanto, estou perfeitamente de acordo com o espírito do preâmbulo, quando afirma que urge preservar o ambiente tradicional, protegendo-o de alterações atentatórias da sua harmoniosa beleza e dignidade.

2. Verifico que, neste projecto, se prevê a inclusão de um representante da Câmara Municipal de Vila do Porto na comissão que vigia o cumprimento do diploma, ao contrário dos outros projectos sobre a mesma ilha e que não se referem à Câmara Municipal. Porquê a inclusão neste caso particular?

3. O artigo 1º fala na **zona protegida, urbana**; no entanto, o artigo 2º diz que a referida zona protegida é de **interesse histórico-rural** - parece-me haver aqui uma certa contradição que conviria esclarecer.

A superior consideração de V. Exa.

Angra do Heroísmo, 22 de Agosto de 1983.

O Director Regional dos Assuntos Culturais:

Jorge Eduardo de Abreu Pamplona Forjaz.

Cópia do ofício nº 1694 de 21/6/83 da Presidência do governo Regional, enviado ao Presidente da Assembleia Regional dos Açores.

Excelência:

Relativamente ao assunto tratado no ofício

acima referenciado, levo ao conhecimento de V. Exa. que solicitei informação dos departamentos governamentais envolvidos na execução dos diplomas sobre zonas protegidas e património classificado.

A tutela desta área de acção do Governo Regional cabe especificamente à Secretaria Regional do Equipamento Social.

Foram já elaborados os diplomas regulamentares relativos aos Decretos Regionais nº 1/80/A, de 31 de Janeiro e nº 8/82/A, de 14 de Junho; estão em elaboração os restantes. A falta de técnicos especializados tem motivado dificuldade na produção destes regulamentos.

O diploma regulamentar sobre o Monte da Guia foi já aprovado em Conselho e enviado ao Ministro da República, devendo a sua publicação verificar-se muito em breve.

Com os melhores cumprimentos de muita consideração.

O Presidente do Governo Regional: João Bosco Mota Amaral.

Resposta do Governo Regional a um requerimento apresentado pelos Srs. Deputados D. Fátima Oliveira, António Silveira e José Ribeiro, sobre Subsídios de Brucelose.

Relativamente ao requerimento de 15/9/83, dos Srs. Deputados acima referidos, encarregue-me Sua Excelência o Presidente do Governo Regional de informar V. Exa. de que as verbas em causa, por razões de ordem administrativa, só ficaram utilizáveis no começo do segundo trimestre de 1983; assim o atraso referido não respeitou apenas a São Jorge. Entretanto, e até ao fim do 3º trimestre, foram abatidos 144 bovinos brucélicos tendo sido pagos subsídios no montante de 1.177.920\$00.

Com os melhores cumprimentos.

O Chefe de Gabinete: Eduardo Gil Miranda Cabral.

Resposta do Governo Regional a um requerimento apresentado pelos Srs. Deputados Manuel Valadão e D. Adelaide Teles, sobre a Sede dos Serviços Agrícolas e Veterinários da Ilha Graciosa.

Relativamente ao requerimento de 15/9/83 dos Srs. Deputados acima referidos, encarregue-me sua Excelência o Presidente do Governo Regional de transcrever a V. Exa. a informação prestada pela Secretaria Regional da Agricultura e Pescas:

"1. A verba de 2.000 contos atribuída ao Programa "Construção de Armazéns e Ampliação das Instalações" para a Ilha Graciosa em 1982, foi utilizada do seguinte modo:

Complemento de um armazém para recolha de alfaias, anteriormente iniciado por administração directa.....	67 160\$00
Despesas com esboço topográfico....	15 187\$50

Pagamento parcial do projecto..... 500 000\$00
TOTAL..... 582 347\$50

O diferencial, por não termos o projecto pronto e ser mesmo insuficiente para dar início à obra, foi utilizado da aquisição de materiais diversos, sempre com o intuito de fugir à constante alta de preços;

2. No corrente ano, o mesmo Programa teve a dotação inicial de 3.000 contos, aos quais já foram subtraídos, para acertos orçamentais, 400 contos. A verba remanescente ainda está intacta, porque aguardamos que os responsáveis do projecto apresentem a nota de despesa, encontrando-se aquele já na Direcção de Urbanização para ser apreciado. O saldo será, de igual modo, utilizado na compra de mais materiais não perecíveis.

Dado o volume da obra, só se poderá pensar a sério na sua construção quando for possível dotar este Programa com verba adequada".

Com os melhores cumprimentos.

O **Chefe de Gabinete:** Eduardo Gil Miranda Cabral.

Parecer da Comissão para os Assuntos Sociais sobre o Projecto de Decreto Legislativo Regional que visa a "Integração do Subsídio de Manutenção no Regime de Segurança Social para o Clero Diocesano Regular e a Ministros de Diversas Confissões Religiosas".

A Comissão Permanente para os Assuntos Sociais reuniu, no dia 14 de Novembro de 1983, na Secretaria Regional da Administração Pública, em Angra do Heroísmo, para voltar a apreciar e emitir parecer sobre o projecto em epígrafe.

I

Enquadramento Jurídico

Este Projecto encontra o seu enquadramento jurídico na alínea a), do nº1 do artigo 20º do Estatuto.

II

Apreciação na generalidade

Sobre o Projecto de Decreto Legislativo Regional apresentado a esta Assembleia em 20/1/82, foi elaborado o respectivo relatório em 24 de Agosto de 1982, após a realização de várias e demoradas diligências para obter parecer das diferentes confissões religiosas, nomeadamente da Hierarquia da Igreja Católica.

Presente à Assembleia o referido relatório, esta acabaria por deliberar, em 28/1/83, que o texto alternativo apresentado, baixasse de novo a esta Comissão para um parecer que melhor habilitasse o Plenário da Assembleia a decidir sobre o projecto em causa.

Assim, e reportando-se aos pontos do requeri-

mento de baixa à Comissão emitiu o seguinte parecer:

1. As consequências directas e indirectas, que a sua aprovação previsivelmente provocará, não se apresentam como fáceis de comensurar dado que se reportam essencialmente à **vida interna** das diversas confissões religiosas.

De imediato, e apenas por análise dedutiva, poderemos mencionar alguns aspectos para os quais alguns indicadores nos parecem apontar:

a) Atribuição de uma feição estatizada a um múnus essencialmente espiritual, levando os fiéis de cada confissão religiosa e alienarem-se do direito e dever de contribuir com o necessário para a manutenção e sustento dos seus ministros do culto;

b) Criação ou agudização de possíveis conflitos na vida interna de cada confissão religiosa;

c) Substituir-se o poder político à, pelo menos aparente, falta de organização interna para repartição dos bens, de algumas confissões religiosas, procurando-se **remediar** situações possivelmente menos correctas através dos que se poderia considerar um "**abraço protector de tutela**", que foi rejeitado pelo espírito do regime concordatário vigente;

d) Dar, se aprovado este projecto, uma imagem deturpada de uma possível intenção de suborno do poder religioso pelo poder político;

e) Acentuar desigualdades sociais que resultariam do facto de se minorar, por legislação especial, as dificuldades sócio-económicas de um determinado número de cidadãos, continuando a subsistir situações idênticas e, em alguns casos, ainda mais graves, numa vasta camada da nossa sociedade.

Por outro lado poderia verificar-se:

a) Um maior número de ministros que se dedicassem exclusivamente ao seu múnus pastoral e uma maior incidência da sua acção na área social;

b) Uma confiança mais acentuada em encarar o seu futuro como ministro do culto.

2. Faremos apenas um breve apontamento sobre os regimes existentes nas Repúblicas Federal Alemã e Italiana.

Na República Federal Alemã é pago ao Estado um imposto de culto mediante declaração da confissão religiosa a que pertence o contribuinte, sendo o montante remetido à respectiva hierarquia que o administra livremente dele remunerando os seus ministros de culto. O imposto dos cidadãos que se declaram ateus é canalizado para instituições de beneficência.

Na Itália, aquando da concentração urbana, o Partido Comunista propôs e foi aprovado que uma determinada verba percentual do Orçamento do Estado deveria ser destinada a compensar, complementarmente, os ministros cuja cõngrua

não atingisse o salário mínimo nacional.

4. Ao ofício de 7/6/83 remetido por esta Comissão a fim de dar cumprimento a este ponto 4 do requerimento, nenhuma resposta nos foi dada pelo Sr. Bispo da Diocese de Angra. Não se verificou por parte das demais confissões religiosas existentes na Região, qualquer pronunciamento para além dos recebidos anteriormente.

5. Dada a preponderância da Igreja Católica a Comissão solicitou à Câmara Eclesiástica os referidos dados estatísticos que, até ao momento da elaboração deste relatório, não nos foram fornecidos.

O projecto apresentado pelo Partido Socialista nada de novo trouxe na altura - e é bom que isto fique claro - a não ser o projecto de instituição do então designado "subsídio de manutenção" bem como as normas necessárias para a sua atribuição. Isto, porque pela Portaria nº 291/74 de 23 de Abril "cria-se o sistema de enquadramento imediato na Previdência, do Clero Diocesano e abre-se a possibilidade de integração voluntária ao clero regular e a ministros de diversas confissões religiosas legalmente reconhecidas entre nós". Pela circular nº 149/76 e a **pedido das entidades religiosas competentes**, conforme o previsto no nº7 da citada portaria, é alargado o regime aos membros das ordens e congregações religiosas.

Pode, ainda, ler-se no preâmbulo da Portaria nº 291/74 de 26 de Abril que "o presente regime foi estabelecido **em articulação com o Episcopado**".

De salientar que para o estabelecimento de um simples esquema de Segurança Social que tendia, já na altura, a ser alargado a todos os cidadãos, o Estado de acordo com os novos princípios concordatários só **o fez em articulação com o Episcopado**. Reconhece, assim, a igualdade dos cidadãos mas, tal como dizia D. António Ribeiro, Patriarca de Lisboa, aquando da revisão da Concordata: "O Estado reconhece a Igreja, garante-lhe o livre exercício da sua vida e missão, mas não se intromete na sua vida interna, **nem como protector, nem como inimigo**".

Assim sendo e tendo, também, em conta as alíneas b), c) e d) e a reserva que se faz na alínea e) do documento enviado pelo Conselho Presbiteral em 24 de Agosto de 1982; o silêncio persistente da Hierarquia Católica de quem esta Assembleia desejaria conhecer o parecer; a oposição das outras confissões religiosas que se pronunciaram e algumas previsíveis consequências e interpretações já mencionadas, a Comissão, maioritariamente, é de parecer que o Projecto de Decreto Legislativo Regional original ou alternativo deverá ser rejeitado.

Junto se anexa a declaração de voto do Partido Socialista:

Declaração de Voto

Não tendo ocorrido qualquer alteração que justificasse uma mudança de posição do Partido Socialista, em relação ao Projecto de subsídio complementar ao Cléro, os representantes do Partido Socialista na Comissão dos Assuntos Sociais mantêm o seu voto favorável ao projecto elaborado por aquela Comissão.

Angra do Heroísmo, 14 de Novembro de 1983.

O Presidente: Borges de Carvalho.

O Relator: Fátima Oliveira.

Parecer da Comissão para os Assuntos Económicos e Financeiros sobre a Proposta de Decreto Legislativo Regional que regula a "Exploração de Pedreiras".

A Comissão reuniu em Ponta Delgada para reapreciação da proposta acima referida. Após a consulta que efectuou às Câmaras Municipais e da audição das Secretarias Regionais do Comércio e Indústria e do Equipamento Social, mantém como válidas todas as considerações expendidas no seu parecer de 8 de Setembro próximo passado.

Das autarquias locais consultadas e das respostas recebidas até à presente data resulta que apenas as Câmaras Municipais de Nordeste e de Ponta Delgada se manifestaram no sentido da introdução da audição, no processo de licenciamento das autarquias onde se situarem as pedreiras.

Na audição das Secretarias Regionais acima referidas a Comissão tomou conhecimento de que já constava da regulamentação que se encontra em fase de preparação na Secretaria Regional do Comércio e Indústria, a obrigatoriedade de parecer da Secretaria Regional do Equipamento Social e das Câmaras Municipais onde se localizem as pedreiras.

Nestes termos, a Comissão entende que a obrigatoriedade de audição da Secretaria Regional do Equipamento Social e das Câmaras Municipais deverá ficar consignada no Decreto Legislativo Regional:

Assim, propõe-se a alteração do artigo que se passa a mencionar e que teria a seguinte redacção:

Artigo 13º

A licença de estabelecimento é concedida pela Secretaria Regional do Comércio e Indústria, ouvida a Secretaria Regional do Equipamento Social e a Câmara Municipal do Concelho onde se localizar a pedreira.

O presente parecer foi aprovado por unanimidade, na especialidade e na generalidade no dia 18 de Novembro de 1983, em Ponta Delgada.

O Presidente: Carlos Teixeira.

O Relator: Jorge Cruz.

O Redactor de 2ª Classe: Eduardo Elias
da Silva.